

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP

Matriz Curricular Nacional Para a formação em Segurança Pública

Versão Modificada e Ampliada

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508

Telefones: (61) 3429-9262 Fax: (61) 3225-8769

E-mail: ensino.senasp@mj.gov.br

APRESENTAÇÃO

A principal característica da Matriz Curricular Nacional – doravante denominada Matriz – é ser um referencial teórico-metodológico para orientar as atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender. Seus eixos articuladores e áreas temáticas norteiam, hoje, os mais diversos programas e projetos executados pela SENASP.

Apresentada em 2003, num amplo Seminário Nacional sobre Segurança Pública, que tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, a Matriz sofreu sua primeira revisão em 2005, quando foram agregados ao trabalho realizado pela SENASP outros dois documentos: as *Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*, um conjunto de orientações para o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades formativas e a *Malha Curricular*, um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de Segurança Pública.

No período de 2005 a 2007, a SENASP, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou seis seminários regionais denominados *Matriz Curricular em Movimento*, destinados a equipe técnica e docentes das academias e centros de formação. As reflexões realizadas tiveram como base os três documentos citados anteriormente. Esses seminários possibilitaram a apresentação dos fundamentos didático-metodológicos presentes na Matriz, a discussão sobre as disciplinas da Malha Curricular e a transversalidade dos Direitos Humanos, bem como reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas.

Os resultados colhidos nos seminários e a demanda cada vez maior por apoio para implantação da Matriz nos estados estimularam a equipe a lançar uma versão atualizada e ampliada da Matriz, contendo em um só documento as orientações que servem de referenciais para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

Espera-se que este documento seja uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com idéias e sugestões que possam estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública. Espera-se, também, que todo este movimento chegue às salas de aula, transformando a ação pedagógica e contribuindo para a excelência da formação do profissional de segurança pública.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP

Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Nacional de Segurança Pública

Juliana Márcia Barroso

Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Melissa de Alencar Alves Pongeluppi

Coordenadora Geral de Ensino

Consultoras Pedagógicas

1ª versão (2003) – Profa. Dra. Valdemarina Bidone

2ª versão com a malha curricular (2005) – Profa. MSc. Bernadete M. Pessanha Cordeiro

Versão Modificada e Ampliada (2008) – Profa. Bernadete M. Pessanha Cordeiro

Grupo de Trabalho desta Edição

Major Erich Méier (PMDF)

TC Hamilton Esteves (BMDF)

Profa. Dra. Patrícia Luíza Costa (Agente da PCMG)

Profa. MSc. Tereza Cristina Albieri Baraldi (Delegada de Polícia da PCSP)

Dr. Francisco das Chagas Soares Araújo (Delegado da PCDF)

Major João Filipe Dias Fernandes (PMPE)

Sgto. Antonio Junio de Oliveira (BMDF)

SUMÁRIO

1	Matriz Curricular Nacional: Referencial para as Ações formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública	1
2	O Contexto do Público de Interesse e as Competências a serem Desenvolvidas	3
3	Princípios da Matriz	7
3.1	Princípios Éticos.....	7
3.2	Princípios Educacionais	8
3.3	Princípios Didático-Pedagógicos	8
4	Objetivos.....	9
4.1	Objetivo Geral.....	9
4.2	Objetivos Específicos	9
5	A Dinâmica Curricular: Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.....	10
5.1	Eixos Articuladores	10
5.2	Áreas Temáticas	13
6	Orientações Teórico- Metodológicas	19
6.1	Os processos de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de competências	19
6.2	Interdisciplinaridade e transversalidade.....	22
6.3	Metodologia e técnicas de ensino.....	24
6.4	Sistema de Avaliação da Aprendizagem e o processo de educação continuada	26
7	Malha Curricular para as Ações Formativas de Segurança Pública	27
7.1	A Educação a Distância e a Oferta de Disciplinas que Compõem a Malha Curricular	30
8	Ementas das disciplinas.....	31
8.1	Composição das ementas	31
8.2	Descrição das Ementas (Anexo II)	32
9	Referências Bibliográficas	33
	Anexo I – Diretrizes Pedagógicas da SENASP.....	37
	Anexo II – Descrição das Ementas	42

1. Matriz Curricular Nacional: Referencial para as Ações formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública

A SENASP, as instituições de Segurança Pública responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações formativas para os profissionais da Segurança Pública e demais instituições que colaboram nesses processos, compartilham o mesmo pensamento: *o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente os desafios e às demandas da sociedade.*

Este pensamento impulsiona a necessidade de se repensar o currículo, a organização curricular, os espaços e tempos das ações formativas para que as mesmas possam privilegiar:

- O foco no processo de aprendizagem;
- A construção de redes do conhecimento que promovam a integração, a cooperação e a articulação entre diferentes instituições;
- As diversas modalidades de ensino;
- Os diferentes tipos de aprendizagem e recursos;
- O desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e afetivas;
- A autonomia intelectual;
- A reflexão antes, durante e após as ações.

Autonomia Intelectual

“Adaptabilidade do profissional, isto é, sua possibilidade de agir em situações diferentes, de gerir incerteza e de poder enfrentar as mudanças no exercício da sua profissão.”

(PAQUAY et al. 2001, p. 32 apud ALTET 1992)

É cada vez mais necessário pensar a intencionalidade das ações formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional se tornam imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios existentes e contribuir para efetividade das organizações de segurança pública.

Portanto, a Matriz Curricular Nacional tem por objetivo ser um referencial teórico-metodológico que orienta as atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender.

A palavra “**matriz**” remete às idéias de “criação” e “geração” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em segurança pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre eixos articuladores e áreas temáticas.

Ampliando a definição

O termo “matriz”, suscita a possibilidade de um arranjo não linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizem a formação em segurança pública.

Os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações formativas. Eles foram definidos a partir da sua relevância e pertinência nas discussões sobre segurança pública, bem como a partir de sua relação com as problemáticas sociais, atuais e urgentes, de abrangência nacional.

As áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis às ações formativas e devem estar alinhados ao conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área de segurança pública.

De acordo com Perrenoud et al (2001), o termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos, mas abrange também a expressão de princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível, possibilitando a promoção de debates e a reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.

O que são Competências?

Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir nas diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

No âmbito desse documento trabalharemos com três conjuntos de competências:

Competências Cognitivas: são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

Competências Operativas: são as competências que prevêm a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

Competências Atitudinais: são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, a Matriz Curricular Nacional, tanto na elaboração das competências, em seus objetivos, nos significados dos eixos articuladores e das áreas temáticas, no desenho da malha curricular, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, fornece subsídios e instrumentos que possibilitam às Academias e Centro de Formação a elaboração de caminhos para que o profissional da área de segurança pública possa, de maneira autônoma e responsável, conseguir refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

2. O Contexto do Público de Interesse e as Competências a serem Desenvolvidas

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, no **Artigo 144** estabelece que:

A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

No mesmo artigo, após disciplinar as atividades relativas a cada órgão policial e determinar a que esfera de poder pertence a sua manutenção, no § 8º, consta também as Guardas Municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações.

Assim, legalmente, temos que:

As Polícias Federais e Rodoviárias Federais, consideradas polícias da União, possuem departamentos específicos para a sua administração. Esses departamentos compõem o organograma do Ministério da Justiça.

As polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros subordinam-se aos Governadores dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios. E os Municípios poderão constituir Guardas Municipais.

As polícias civis e militares, bem como os corpos de bombeiros, no âmbito dos Estados, e as Guardas Municipais, sob a responsabilidade dos municípios, compõem o público de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Órgão Normativo do Ministério da Justiça que tem, de acordo com o Decreto nº 6.061 de 15 de Março de 2007, dentre as suas atividades a seguinte atribuição:

Estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade. (Decreto Nº 6.061/2007, Art.12, inciso VIII).

No âmbito estadual tal atribuição impõe um olhar sobre duas áreas importantes: Segurança Pública e Defesa Civil.

A **Segurança Pública** é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger os cidadãos, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

A **Defesa Civil** é um conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, tanto por agressão externa quanto em consequência de calamidades e desastres da natureza. (MJ/SENASP: conceitos básicos¹).

Aprofundando ainda mais esta questão, faz-se necessário outro corte com relação a descrição contida na primeira área, ou seja, as diferenças existentes entre as atividades realizadas pelas polícias militares e civis.

Saindo da dimensão legal para a dimensão profissional, estes cortes podem ser confirmados quando se analisa a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>), pois para cada um dos cargos dos profissionais de segurança pública, contido no texto legal, são apresentadas diferentes atribuições.

¹ Conceitos Básicos. Disponível em www.mj.gov.br

O que significa CBO?

CBO é a Classificação Brasileira de Ocupações – um documento elaborado pelo Ministério do Trabalho para reconhecer, nomear e codificar os títulos e descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

Fonte: Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br>)

Analisando as ocupações dos policiais civis, militares e dos bombeiros, foi possível perceber o quanto elas são distintas em sua natureza e objetivo.

A análise também chama a atenção para outro aspecto: a CBO é um instrumento que contempla a dimensão técnica das ocupações encontradas no mercado de trabalho, ou seja, a CBO enfoca as competências técnicas ou operativas pertinentes às atividades a serem realizadas pelos diferentes profissionais de segurança pública, bem como as competências pessoais necessárias para as atividades de cada cargo, assim, como ponto de partida para um perfil profissiográfico, a CBO é uma excelente fonte. Mas, numa perspectiva além das competências técnicas ou operativas, as competências precisam ser complementadas por outras que abarquem também as cognitivas e ampliem o leque das atitudinais para que os profissionais da área de segurança pública possam compreender seu papel como sujeito social e político no espaço que ocupam e possam, conseqüentemente, refletir e decidir sobre as ações que realizam como agente do Estado e como cidadãos compromissados com a segurança das cidades e dos cidadãos.

Isto se faz necessário, pois dado o seu papel fomentador, articulador e integrador, são estas competências que norteiam a elaboração e as propostas dos programas e projetos da SENASP.

Relacionando

É importante ressaltar que estas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico que, de acordo com Balestreri (1998), estão presentes na formação do profissional da Área de Segurança Pública; com os Quatro Pilares da Educação propostos pela UNESCO: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver e com as dimensões do conhecimento: saber, saber fazer e saber ser.

Na perspectiva de ampliar as competências contidas na CBO e fornecer à SENASP um conjunto de competências que auxiliasse na elaboração de programas e projetos para a área de segurança pública, o grupo de trabalho selecionou/elaborou o seguinte mapa de competências para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública:

- Competências Cognitivas
 - » Analisar dados estatísticos que possibilitem compreender os cenários da realidade brasileira em relação à criminalidade, à violência e à necessidade da prevenção;
 - » Descrever o sistema de Segurança Pública;
 - » Compreender a necessidade de uma gestão integrada e comunitária do sistema de segurança pública;
 - » Descrever o papel da instituição a que pertence dentro do sistema de segurança pública;

- » Estabelecer um panorama geral sobre o sistema jurídico vigente no país, essencialmente no que é pertinente aos ramos do direito aplicáveis à atuação do profissional de segurança pública;
 - » Relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade.
- Competências Operativas
 - » Proteger pessoas;
 - » Demonstrar segurança;
 - » Manusear armas não-letais e letais;
 - » Dominar técnicas de abordagem;
 - » Dominar técnicas de autodefesa;
 - » Dominar técnicas de primeiros socorros;
 - » Dominar técnicas de negociação, resolução de conflitos e incidentes;
 - » Transmitir mensagens via rádio;
 - » Selecionar equipamento de acordo com o tipo de ocorrência;
 - » Usar equipamento de proteção individual;
 - » Manejar equipamentos com eficácia;
 - » Praticar exercícios físicos;
 - » Relacionar-se com a comunidade;
 - » Prestar serviços assistenciais à comunidade;
 - » Trabalhar em equipe e múltiplas equipes ao mesmo tempo;
 - » Levantar informações sobre o local da ocorrência;
 - » Isolar local de crime;
 - » Prever socorro de vítimas;
 - » Obter ou captar informações sobre a ocorrência;
 - » Entrevistar pessoas;
 - » Arrolar testemunhas;
 - » Conduzir à autoridade policial as partes envolvidas no crime;
 - » Elaborar documentos pertinentes à ocorrência;
 - » Elaborar relatórios;
 - » Cumprir determinações judiciais;
 - » Produzir estatística;
 - » Tipificar as condutas delituosas.

- Competências Atitudinais

- » Demonstrar controle emocional;
- » Manter-se atualizado;
- » Manter ética profissional;
- » Cumprir normas e regulamentos internos;
- » Agir com civilidade e respeito;
- » Demonstrar desenvoltura;
- » Demonstrar criatividade;
- » Demonstrar paciência;
- » Demonstrar perspicácia;
- » Demonstrar capacidade para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza;
- » Demonstrar disciplina;
- » Demonstrar resistência à fadiga física;
- » Manter boa apresentação;
- » Manter condicionamento físico;
- » Demonstrar firmeza de caráter;
- » Agir com bom senso;
- » Agir discretamente;
- » Agir com iniciativa;
- » Agir com imparcialidade.

É importante ressaltar que:

- A divisão apresentada é meramente didática, pois o objetivo é que o processo de ensino crie condições para que no processo de aprendizagem ocorra a mobilização dos conhecimentos, habilidade e atitudes como ilustra a Figura 1.
- Estas competências não esgotam a possibilidade de ampliação de outras que venham atender as peculiaridade das Academias e Centros de Formação e que auxiliem no desenho dos currículos e na seleção de disciplinas que venham atender as especificidades de cada cargo profissional.



Figura 1 – Mobilização das competências

3. Princípios da Matriz

Os princípios da matriz são preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública.

Os princípios estão classificados, para efeito didático, em três grandes grupos:

- **Ético** – os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos Direitos Humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num Estado Democrático de Direito.
- **Educacional** – os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.
- **Didático-pedagógico** – os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

3.1 Princípios Éticos

- **Compatibilidade entre Direitos Humanos e eficiência policial:** as habilidades operativas a serem desenvolvidas pelas ações formativas de segurança pública necessitam estar respaldadas pelos instrumentos legais de proteção e defesa dos Direitos Humanos, pois Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários. Esta compatibilidade expressa a relação existente entre Estado Democrático de Direito com o cidadão.
- **Compreensão e valorização das diferenças:** as ações formativas de segurança pública devem propiciar o acesso a conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que valorizem os Direitos Humanos e a cidadania, enfatizando o respeito à pessoa e à justiça social.

3.2 Princípios Educacionais

- **Flexibilidade, diversificação e transformação:** as ações formativas de segurança pública devem ser entendidas como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.
- **Abrangência e capilaridade:** as ações formativas de segurança pública devem alcançar o maior número possível de instituições, de profissionais e de pessoas, por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.
- **Qualidade e atualização permanente:** as ações formativas de segurança pública devem ser submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento sistemático, garantindo, assim, a qualidade e a excelência das referidas ações.
- **Articulação, continuidade e regularidade:** a consistência e a coerência dos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas devem ser alcançadas mediante o investimento na formação de docentes e na constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitem disseminar os referenciais das políticas democráticas de segurança pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

3.3 Princípios Didático-Pedagógicos

- **Valorização do conhecimento anterior:** os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão.
- **Universalidade:** os conceitos, doutrinas e metodologias que fazem parte do currículo das ações formativas de segurança pública devem ser veiculadas de forma padronizada, levando-se em consideração a diversidade que caracteriza o país.
- **Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes:** interdisciplinaridade e transversalidade são duas dimensões metodológicas – modo de se trabalhar conhecimento – em torno das quais o professor pode utilizar o currículo diferentemente do modelo tradicional, contribuindo assim para a excelência humana, por meio das diversas possibilidades de interação, e para excelência acadêmica, utilizando-se das situações de aprendizagem mais significativas.

Estas abordagens proporcionam que as áreas temáticas e os eixos articuladores possam ser trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da inter-relação dos campos de conhecimentos.

É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da matriz, devem abordar os Direitos Humanos a partir das abordagens interdisciplinar e transversal, ou seja, os temas relacionados aos Direitos Humanos, principalmente, os vinculados à diferença sociocultural

de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

As ações formativas de segurança pública planejadas tendo como referência a matriz têm como objetivo geral:

- Favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

4.2 Objetivos Específicos

As ações formativas de segurança pública deverão criar condições para que os profissionais em formação possam:

- Posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;
- Perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- Conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;
- Conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive as relativas ao uso da força e as tecnologias não-letais, no desempenho da atividade de Segurança Pública, utilizando-as de acordo com os preceitos legais;
- Utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.

5. A Dinâmica Curricular: Eixos Articuladores e Áreas Temáticas

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz se encontram nas infinitas possibilidades de interações existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas, pois são essas interações que proporcionam, ao mesmo tempo, a visualização de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública e conteúdos que atendam as peculiaridades regionais.

5.1 Eixos Articuladores

Os eixos articuladores da Matriz estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional. Devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas.

São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político onde elas se dão.

Os quatro eixos que compõem esta matriz foram selecionados para orientar os currículos das ações formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos. São eles:

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública.
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública.
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública.
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

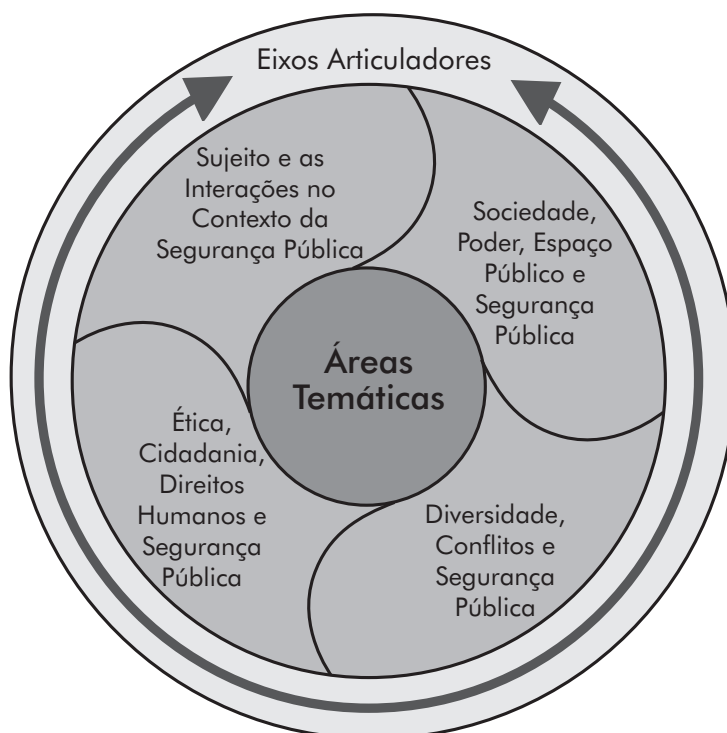


Figura 2 – Eixo Articuladores

5.1.1 Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública

Este eixo articulador se justifica pela necessidade de considerar o profissional de Segurança Pública como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos e com o ambiente.

A articulação dos conteúdos desse eixo deverá abranger a discussão sobre os valores a respeito de si mesmo e as relações estabelecidas no contexto do exercício da sua profissão. São temas:

- Sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo;
- Aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos;
- Relações humanas;
- Autoconhecimento e valores.

5.1.2 Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública

É o eixo que se traduz na exigência de considerar as atividades de segurança pública no contexto da sociedade, no locus onde elas se dão, oferecendo a possibilidade de conhecer e refletir sobre a realidade social, sua organização e suas tensões estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico e cultural; sobre conceitos políticos fundamentais como “Democracia” e “Estado de Direito”, considerando igualmente as questões referentes à convivência no espaço público (local principal da atuação dos órgãos de segurança pública e da coexistência de interesses e intenções conflitantes).

São exemplos de temas desse eixo:

- Elementos de antropologia e de história.
- Sociedade, povo e Estado Brasileiro.
- Espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito.
- Constituição do Estado de Direito.
- Formas de sociabilidade e utilização do espaço público.
- História social e econômica do Brasil e dos estados.

5.1.3 Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública

Este eixo articulador visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, pela importância da reflexão sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de segurança pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional, buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional.

São exemplos de temas desse eixo:

- Valores presentes na sociedade;
- Atuações humanas frente a dilemas éticos;
- Ética, política, cidadania e segurança pública;
- Práticas dos profissionais da área de segurança pública à luz das normas e dos valores dos Direitos Humanos.

5.1.4 Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

Este eixo articulador trata do debate de questões voltadas à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. A diversidade é proposta como fonte permanente de enriquecimento e desafio, cabendo proporcionar ao profissional de segurança pública instrumentos para conhecer e refletir sobre expressões da diversidade e do conflito como fenômenos inerentes à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania, no respeito e valorização das diferenças. Estimula a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de segurança pública frente às questões de diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem, de comportamentos de todas aquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

São exemplos de temas desse eixo:

- Diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania;
- Valorização das diferenças e a intervenção de órgãos da Segurança Pública;
- Conflitos gerados pela intolerância e a discriminação;
- Mediação e negociação de conflitos;
- Movimentos sociais e a atuação dos profissionais da área de segurança pública

Diante das relações inesgotáveis entre os eixos articuladores, áreas temáticas e o contexto mais amplo, outras abordagens éticas e políticas serão exigidas para a harmonização dos interesses comuns, dos direitos dos indivíduos, com as necessidades da sociedade, das comunidades e das organizações onde trabalham.

O gráfico abaixo apresenta possibilidades de integração e ampliação do conhecimento a partir dos eixos articuladores.



Figura 3 – Possibilidades de integração e ampliação do conhecimento a partir dos eixos articuladores

5.2 Áreas Temáticas

As áreas temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública que o capacitem para o exercício de sua função. Na elaboração desta Matriz foram elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação policial.

As áreas temáticas designam também os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais.

Cabe ressaltar que mesmo sendo utilizada como referência para abrigar um conjunto de disciplinas na malha curricular, a ser apresentada nesse documento, originalmente, o uso do termo “área” deu-se em função de que a área temática identifica um conjunto de conteúdos a serem tratados no currículo.

Cada área temática define um espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais.

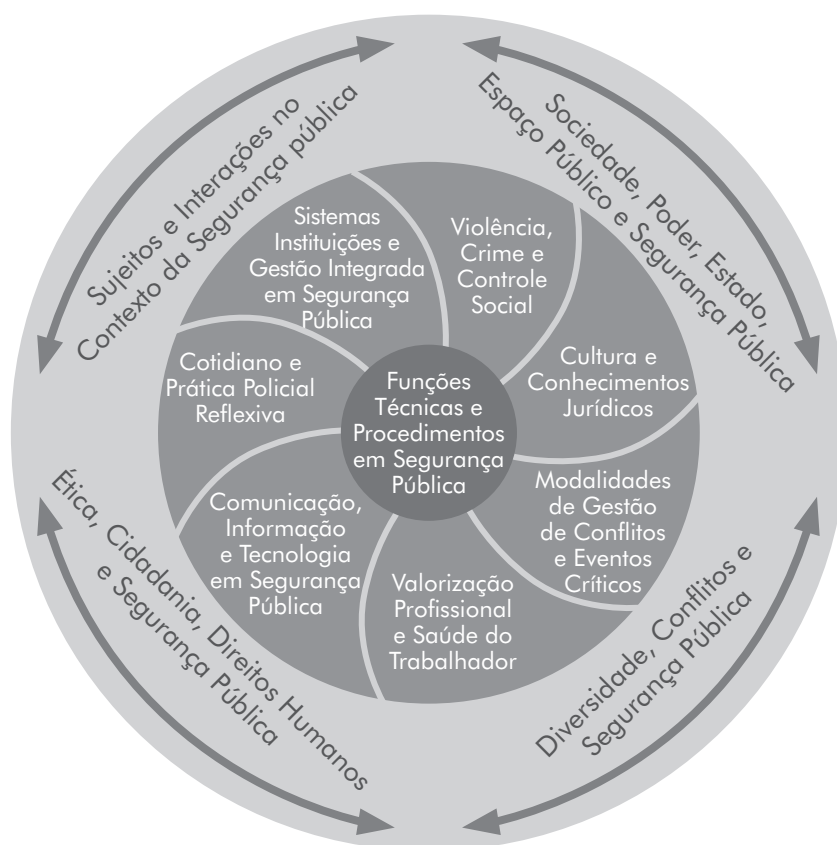


Figura 4 – Áreas Temáticas da Matriz

As áreas temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;

- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A área temática “funções, técnicas e procedimentos em segurança pública” corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar o profissional de segurança pública para o desempenho de sua função. A qualidade desse desempenho está, contudo, vinculada às competências cognitivas, operativas e atitudinais contempladas pelas demais áreas temáticas.

5.2.1 Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública.

Esta área temática possibilita a compreensão das estruturas organizacionais da história e da dinâmica das Instituições de segurança pública dos diversos Sistemas existentes, incluindo a discussão crítica e contextualizada da atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais, que compõem as organizações responsáveis pela promoção e preservação da ordem pública, destacando as competências, os pontos de articulação existentes, as interfaces e a interatividade das respectivas ações, com vistas a instrumentalizar o profissional para a participação no desenvolvimento das políticas integradas de segurança pública. Propõe estimular, especialmente na formação profissional inicial, o conhecimento dos fatores sociais que afetam a atuação das organizações de segurança pública e, mais amplamente, do Sistema de Justiça Criminal para a compreensão de sua inserção no sistema e para a análise histórica e crítica das questões relativas às políticas públicas de segurança e do conceito de segurança pública.

A gestão integrada em segurança pública se constitui em importante conteúdo porquanto possibilitará a compreensão crítica dos princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e implementação das políticas de segurança pública.

Exemplos de temas a serem trabalhados nessa área:

- O conceito e os diferentes paradigmas de segurança pública;
- A história das Instituições de segurança pública;
- A formulação, implementação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- As funções e atribuições da polícia numa sociedade democrática;
- A filosofia e modelos de policiamento comunitário;
- A gestão integrada e interatividade em segurança pública;
- O controle democrático externo e interno das Instituições de segurança pública;
- O poder de polícia, o poder da polícia e o poder discricionário do policial;
- A administração e serviço públicos;
- A gestão de recursos humanos, planos de carreira e relações de trabalho;
- O planejamento estratégico aplicado à segurança pública.

5.2.2 Violências, Crime e Controle Social

Esta área temática estabelece um espaço de conhecimento crítico e reflexivo atinente aos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão das diversas maneiras e graus da sociedade organizar (ou não) o controle dessas manifestações, incluindo o entendimento da diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades e a abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área

- Sociologia da violência;
- Violência estrutural, institucional, interpessoal;
- Mídia, violência e (in)segurança;
- Noções de criminologia;
- Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas;
- Sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- Jovens em conflito com a lei;
- Violência e corrupção policial;
- Crime organizado: análise crítica da gênese e estruturas;
- Violência da escola e violência na escola;
- Violência e grupos vulneráveis;
- Violência contra a mulher;
- Exploração sexual comercial;
- Violência no trânsito;
- Tráfico de drogas.

5.2.3 Cultura e Conhecimento Jurídico

Esta área temática propicia a reflexão crítica sobre o Direito como construção cultural e sobre os Direitos Humanos e sua implementação, com vista à atuação profissional de segurança pública no Estado Democrático de Direito, implicando no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades dos profissionais da área de segurança pública, de forma indissociada das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática profissional.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área:

- Direito, sua concepção e função;
- Direitos Humanos, sua história e instrumentos de garantia;
- Elementos de Direito Constitucional;
- Elementos de Direito Administrativo;
- Elementos de Direito Penal e Direito Processual Penal;

- Legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública.

5.2.4 Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos

Esta área temática propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com situações conflituosas, considerando que estas são diversificadas e que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, gradientes do uso da força, entre outras. Dada a complexidade destas situações de conflito é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e os envolvidos, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal, sendo a análise das situações de conflito, sejam realizadas no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado, comportamento afirmativo, com aplicação das táticas de gerenciamento de conflitos.

Exemplos de temas a serem trabalhados nessa área:

- Análise e prevenção de conflitos;
- Mediação de conflitos;
- Emotividade e percepção das situações e conflito;
- Preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos;
- Tomada de decisão em situações de conflito;
- Uso da força, legitimidade e limites;
- Formas de uso da força, responsabilidade e ética;
- Responsabilidade dos aplicadores da lei;
- Relação com a mídia.

5.2.5 Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador

A abordagem desta área temática é urgente e determinante quanto à motivação, à eficácia e ao bem-estar do profissional em segurança pública, incluindo metodologias que valorizem os participantes e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e como membro de uma instituição, contribuindo para a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar dos profissionais, não se restringindo às questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também às condições de trabalho, assistência, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação.

A saúde do trabalhador está associada a sua valorização, tendo-se como referência a dimensão física e os aspectos psicológicos e sociais da vida profissional, devendo esta Área Temática incluir a valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e emocional do profissional de segurança pública, referindo-se à adoção de providências técnicas e à modalidades específicas de organização do trabalho e ao estudo do estresse e de suas conseqüências.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- Imagem do profissional de segurança pública;
- Condições de trabalho em segurança pública;
- Desempenho profissional e procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- Conceito de saúde para o profissional em segurança pública;
- Condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- Exercício e condicionamento físico.

5.2.6 Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública.

Esta área temática inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, isto é, dos processos de troca e transferência de informação.

É imprescindível para o profissional de Segurança Pública conhecer e utilizar de maneira eficaz, legal e eticamente sustentável, o complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o próprio sistema de segurança pública. Esta área inclui a abordagem geral dos diferentes princípios, meios e modalidades de comunicação, destacando-se entre eles a comunicação verbal e não-verbal e a factual, fundamentais para a interação com o público, a comunicação escrita e a comunicação de massa, designando as diversas técnicas de difusão de informação, ligadas ao desenvolvimento técnico-científico, destinadas ao conjunto da sociedade.

Abrange, ainda, o estudo das modalidades específicas de comunicação, de caráter intra-institucional e interinstitucional, indispensáveis para o funcionamento do sistema de segurança. Contempla as atividades formativas relativas às diversas tecnologias utilizadas em segurança pública, sejam elas ligadas diretamente à comunicação de informações ou relativa às demais atividades em segurança pública, numa visão de aprendizado das tecnologias indissociada da discussão da finalidade e/ou procedimento policial.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- Princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- Comunicação verbal e corporal;
- Comunicação de massa e Sistema de Segurança Pública;
- Sistemas de telecomunicações interno e externo;
- Registro de ocorrências;
- Estatística criminal e análise criminal;
- Geoprocessamento e atuação policial no locus urbano;
- Gestão das novas tecnologias da informação;
- Atividades, operações e análise de Inteligência;
- Controle democrático e atividades de Inteligência;

5.2.7 Cotidiano e Prática Policial Reflexiva

Esta área temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica sobre a prática, a realidade e o cotidiano da profissão, preparando para a mobilização do conjunto de conhecimentos para solução e mediação de problemas concretos.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nessa área:

- Casos de relevância e alto risco;
- Mediação e solução de problemas policiais;
- Práticas individuais e institucionais polêmicas;
- Análise situacional concreta;
- Temas relacionados ao imaginário popular sobre segurança pública e seus profissionais;
- Reflexão sobre rotinas;
- Práticas policiais emblemáticas.

5.2.8 Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública

Trata-se da Área Temática em que se concentram os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes do exercício das funções e que devem permear as ações formativas e integrar as demais Áreas Temáticas.

Exemplos de temas a serem abordados nessa área:

- Planejamento de ação integrada;
- Análise criminal;
- Áreas integradas de segurança pública;
- Informações sobre proteção a testemunhas;
- Perícias;
- Técnicas para ação tática (ex: técnicas de abordagem, técnicas de defesa pessoal, técnicas de contenção, imobilização e condução, direção defensiva, uso legal da força, métodos de intervenção e de mediação, formas e técnicas de patrulhamento, técnicas de atendimento pré-hospitalar, local de crime, entre outros);
- Investigação policial.

O desenvolvimento teórico das áreas temáticas dar-se-á em íntima relação com os eixos articuladores, mediada pela reflexão sobre o cotidiano e a prática profissional.

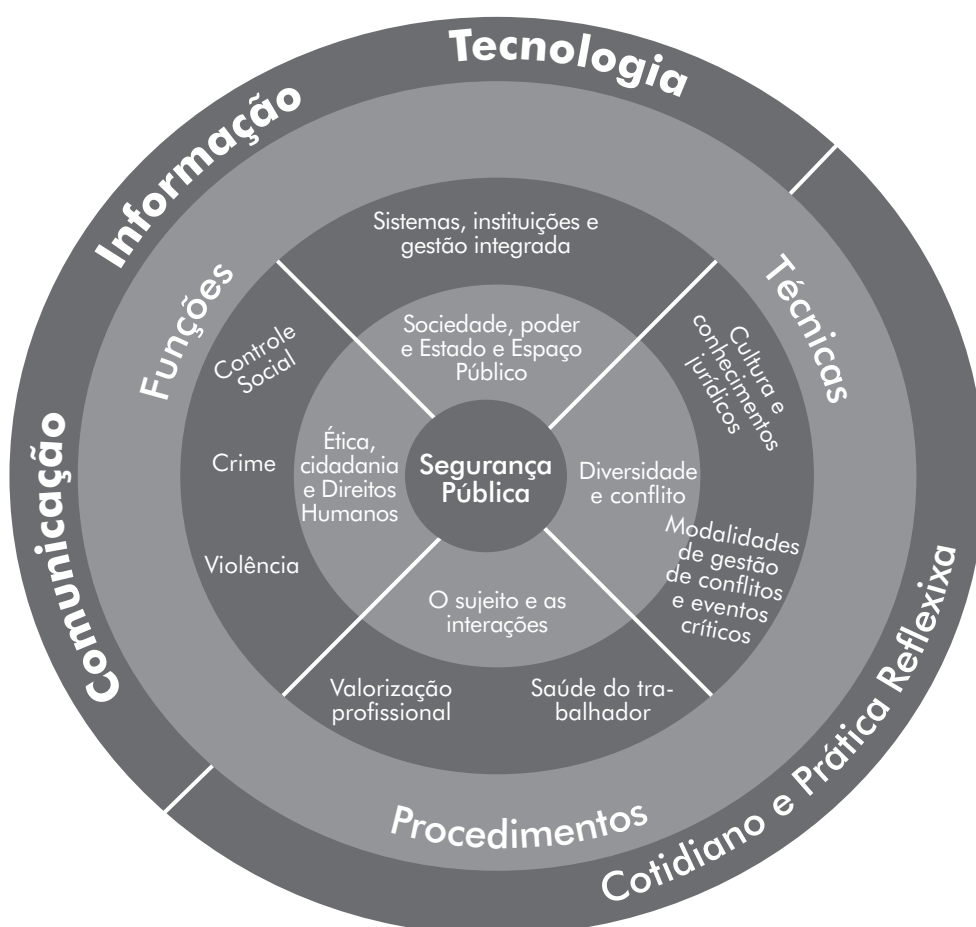


Figura 5 – Relação área temática e eixos articuladores

6. Orientações Teórico-Metodológicas

As orientações teórico-metodológicas que servem de fonte para a Matriz constituem um referencial para que os educadores e técnicos possam planejar e acompanhar as ações de formação e capacitação dos profissionais da área de segurança pública.

O referencial teórico-metodológico da Matriz está calcado em um paradigma que concebe a formação e a capacitação como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências, estimulando os profissionais da área de segurança pública a buscarem a atualização profissional necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea relacionadas à sua área de atuação e ao desempenho das suas funções, tornando-se, assim, competentes e comprometidos com aquilo que está no campo de ação da sua prática profissional. (Schön, 2000).

6.1 Os processos de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de competências

Na visão educacional pretendida, o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional do educador, para que ocorra a promoção da aprendizagem, a construção/reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, considerando a necessidade de padrões de qualidades e de abrangência a princípios éticos.

Construção e Reconstrução do conhecimento

Os processos de construção/reconstrução do conhecimento estão relacionados à capacidade de aprender continuamente e envolvem, dentre outras, as capacidades de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade, frente a desafios e situações problematizadoras relacionadas à área de atuação.

Por possuir muitas definições e conceitos caracterizados pelos contextos culturais que está inserida, a definição de aprendizagem, exigirá reflexão e atenção sobre as singularidades que permeiam as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Contudo, no âmbito deste documento, a aprendizagem é considerada um processo “de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental” (LIBÂNEO, 1994, p. 83), mediado pelo processo de ensino, que envolve a relação cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento.

O que podemos aprender?

Podemos aprender conhecimentos sistematizados (fatos, conceitos, princípios, métodos de conhecimento, etc.); habilidades e hábitos intelectuais e sensomotores (observar um fato e extrair conclusões; destacar propriedades e relações das coisas; dominar procedimentos para resolver exercícios; escrever e ler; usar adequadamente os sentidos, manipular objetos e instrumentos, etc.); atitudes e valores (por exemplo, perseverança e responsabilidade no estudo, modo científico de resolver problemas humanos, senso crítico frente aos objetos de estudos e à realidade, espírito de camaradagem e solidariedade, convicções, valores humanos e sociais, interesse pelo conhecimento, modos de convivência social, etc.) (LIBÂNEO, 2004, p. 83).

Uma aprendizagem desorganizada costuma levar a formas de aprendizagem repetitivas, sem a compreensão do que se está aprendendo. De acordo com Santomé (1998), a aprendizagem é um sistema complexo composto pelos subsistemas que interagem entre si: o que se aprende (resultados da aprendizagem), como se aprende (processos e estratégias) e em que se aprende (condições práticas).

Tendo como ponto de partida estas concepções, a Matriz oferece um referencial pedagógico que tem em vista a promoção efetiva da consciência coletiva profissional da área de segurança pública. Para tanto, as aprendizagens não se resumem simplesmente a um conjunto de rotinas recicladas, mas referem-se à construção/reconstrução do conhecimento, envolvendo as seguintes competências:

- **Cognitivas/Aprender a pensar** – competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações.
- **Atitudinais²/Aprender a ser e a conviver** – competências que visam a estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Relacionando

Os conceitos de competência e autonomia intelectual estão intimamente relacionados com as dimensões: aprender a pensar, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a atuar, intituladas pela UNESCO como os Quatro Pilares da Educação. (UNESCO -- MEC, 2001)

- **Operativas/Aprender a atuar** – competências que prevêm a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

As competências devem orientar a seleção dos componentes curriculares que comporão os currículos das ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Assim, os temas emergentes contidos nos eixos articuladores e os conteúdos contidos nas áreas temáticas devem ser desdobrados em:

- Conteúdos conceituais (leis, teorias e princípios);
- Conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas);
- Conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos).

Estes conteúdos devem favorecer o desenvolvimento das competências profissionais, entendidas na área de segurança pública como:

O conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessárias ao exercício das funções a serem desempenhadas; o conjunto de competências que forma a competência profissional é de natureza cognitiva, afetiva e prática, bem como de ordem didática, incluindo diferentes saberes que possibilitam a ação em diferentes situações (Azevedo e Souza et al, 1922).

Todo este processo pode ser ilustrado pela figura a seguir:

2 Atitudinal – adjetivo comum de dois gêneros. Relativo a ou próprio de atitude (corporal, psíquica, social, etc.) ou dela decorrente (Fonte: Houaiss – Dicionário Eletrônico).



Figura 6 – Desdobramento das competências

Segundo Azevedo e Souza (1996) convergem para o desenvolvimento das competências profissionais os saberes teóricos, práticos e instrumentais relacionados aos saberes situacionais, ou seja, as situações encontradas na prática profissional.

Os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos em contexto mais amplo nas diferentes disciplinas e na cultura da prática em segurança pública, são indissociáveis dos saberes práticos.

Os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos distinguem-se:

- Os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre o “como fazer”);
- Os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito e o saber “quando” e “onde” os saberes podem ser aplicados).

Este “saber situacional” articula os diferentes saberes na ação, gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação, consciente das limitações e da complexidade situacional; desenvolver hábitos que possibilitarão discernir o impossível do possível, e elaborar cenários com consciência do inevitável e do desejável (LE BOTERF, 2003).

Conforme Le Boterf (2003), as competências específicas envolvem um conjunto de saberes integrados que necessitam ser identificados nos planos das disciplinas de forma avaliável e em nível adequado, oportunizando a compreensão do que se espera. Entre estes saberes destaca-se:

- Saber redizer textualmente, repetindo tal como foi dito;
- Saber redizer, dizendo o que foi dito com as próprias palavras ou na forma de um gráfico, desenho ou imagem;
- Saber refazer, reproduzindo o que foi aprendido em situações semelhantes, adaptando rapidamente situações rotineiras;

- Saber fazer, aplicando o conhecimento em situações não semelhantes a que se serviu de aprendizagem, o que exige análise, ordenação, combinação e diferenciação entre o que é essencial e o que é superficial, síntese, solução de problemas, avaliação, escuta e comunicação;
- Saber fazer gestual, no uso de equipamentos e no uso da tecnologia;
- Saber ser, incluindo o autoconhecimento, o conhecimento dos outros e da vida em geral, remetendo a sistemas de valores, opiniões e crenças usadas nas avaliações e julgamentos. Este saber integra o saber redizer, o saber refazer e o saber fazer;
- Saber transformar-se, implicando no engajamento em projetos, ajustes e antecipação do futuro;
- Saber fazer relacional, incluindo o estabelecimento de relações entre conceitos, teoria e prática, contexto mais próximo e contexto mais amplo.

A integração de saberes é um processo em que um novo saber liga-se a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas, por isso, faz-se necessário proporcionar atividades variadas, relacionadas com a prática, durante o processo de formação e de capacitação dos profissionais que atuam na área de segurança pública.

As principais metas pedagógicas dizem respeito à aplicação dos saberes, à aquisição progressiva de técnicas, habilidades e esquemas de ação (saber fazer) e ao saber da experiência teorizada (saber refletir).

6.2 Interdisciplinaridade e transversalidade

A proposta educativa para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública exige um delineamento pedagógico diferenciado apoiado nas interações enriquecedoras, a partir da interdisciplinaridade e da transversalidade entre os diferentes componentes curriculares. A consideração das relações existentes entre os diversos campos de conhecimento contribuirá para uma visão mais ampla da realidade e para a busca de soluções significativas para os problemas enfrentados no âmbito profissional.

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade questiona a segmentação dos diferentes campos do conhecimento, possibilitando uma relação epistemológica entre as disciplinas, ou seja, uma interrelação existente entre os diversos campos do conhecimento frente ao mesmo objeto de estudo (...). Romper com a fragmentação do conhecimento não significa excluir sua unidade (...), mas sim articulá-la de forma diferenciada, possibilitando que o diálogo entre os conhecimentos possa favorecer a contextualização dos conteúdos frente às exigências de uma sociedade democrática, levantando questões, abrindo pista, intervindo construtivamente na realidade, favorecendo o pensar antes, durante e depois da ação e, conseqüentemente, na construção da autonomia intelectual. (CORDEIRO & SILVA, 2003, p. 18).

A figura a seguir ilustra a interdisciplinaridade e a possibilidade de interação a partir das áreas temáticas.

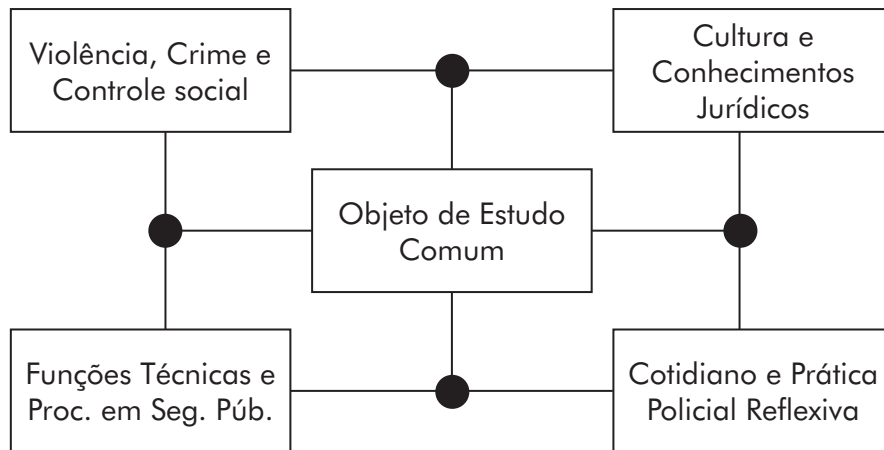


Figura 7 – Interdisciplinaridade

A transversalidade preconizada pela Matriz está apoiada na necessidade de discussão com base nos temas emergentes destacados pelos eixos articuladores, os quais se associam aos possíveis questionamentos e cenários da realidade atual relacionados ao Direito do Consumidor e temas conexos.

Transversalidade

Segundo Cordeiro & Silva (2003), a transversalidade refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Salientam que os temas transversais não devem constituir uma disciplina, mas permear todo o trabalho educativo.

A figura abaixo (fig. 8) reforça a ideia dos eixos articuladores perpassando as áreas temáticas. A dinâmica existente entre os conteúdos e questionamentos trazidos pelos eixos articuladores e as áreas temáticas auxiliam na significação do processo de aprendizagem.

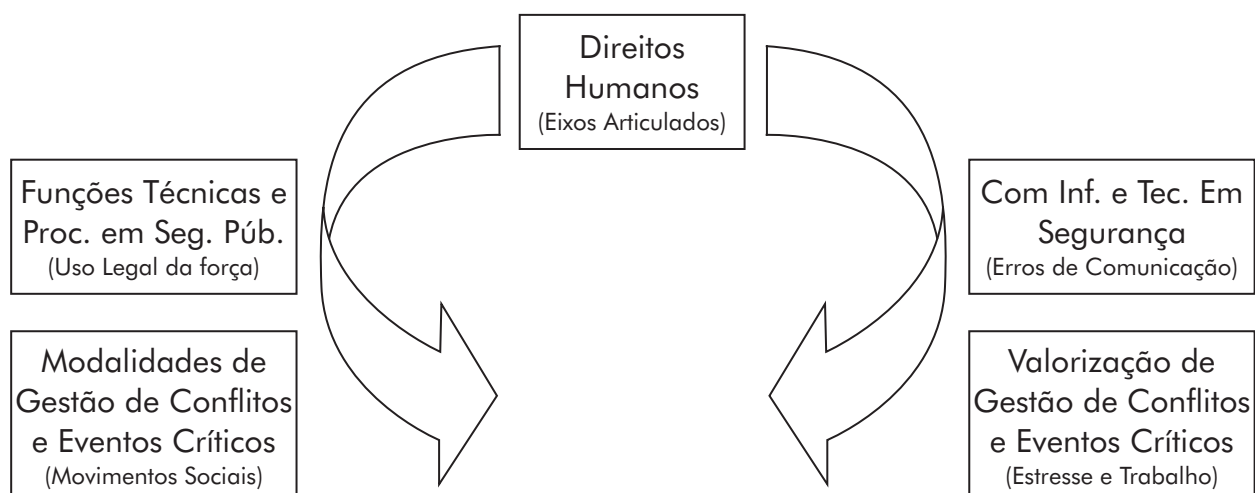


Figura 8 – Transversalidade

Para a efetivação da interdisciplinaridade e da transversalidade pretendida, aqueles que promoverem as ações formativas precisarão planejá-las a partir da análise crítica das ações pedagógicas, da cultura organizacional e das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e socio-cultural, ou seja, entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade. Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum de segurança pública, passa a exigir o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize por:

- Coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- Compreensão da complexidade das situações de trabalho, das práticas de segurança pública e das competências necessárias à atuação dos profissionais que compõem e operam o sistema de segurança pública;
- Organização curricular que promova a articulação entre eixos articuladores e entre estes e as áreas temáticas por meio de percursos interdisciplinares;
- Desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes com os perfis profissionais;
- Utilização de metodologias e técnicas coerentes com um ensino comprometido com a transformação social e profissional;
- Articulação entre teoria e prática;
- Ampliação de competências profissionais;
- Estímulo à curiosidade intelectual e à responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- Avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

6.3 Metodologia e técnicas de ensino

Em uma proposta curricular as metodologias de ensino norteiam a direção dos percursos interdisciplinares a serem percorridos.

É importante ressaltar que, para realizar a integração pretendida, mudanças na metodologia de ensino são decisivas, incluindo o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes, dos pontos contidos na Matriz.

A metodologia de ensino exposta neste documento está baseada nos pontos destacados por Perrenoud (1999), exigindo, assim, os seguintes movimentos interdependentes:

- A mobilização para a aprendizagem deve ser guiada pelo interesse, pela busca de conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais, bem como a análise do conhecimento anterior para a reformulação de conceitos, ações e atitudes;
- A desconstrução/reconstrução do conhecimento deve se dar pelo desenvolvimento da capacidade para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes situações vivenciadas na realidade e da reflexão sobre a ação;
- A avaliação da própria ação e produção (pelo discente) deve acontecer a partir da reflexão sobre as ações e sobre os resultados alcançados, identificando avanços, reproduções e retrocessos.

Enquanto a metodologia norteia a direção a ser seguida pelos percursos interdisciplinares, as técnicas de ensino possibilitam a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos, relacionados às situações práticas vivenciadas pelos profissionais da área de segurança pública.

Tendo como referência os princípios que fundamentam a Matriz e os objetivos das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, sugere-se, de acordo com Cordeiro (2006) a utilização das seguintes técnicas de ensino:

- **Resolução de problemas** – o professor elabora situações-problema, simulando a realidade. Os estudantes discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses. A seguir, eles formulam os objetivos de aprendizagem e identificam as fontes de pesquisa para o estudo individualizado. Os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados ao grande grupo, para revisão e sistematização de uma proposição final, de uma explicação ou proposta de ação para o problema, encerrando o ciclo de atividades.

A resolução de problemas é indicada para a formação profissional, pois propicia a transferência de aprendizagem, ao fazer com que o estudante enfrente novas situações, dotando-o de capacidade para resolver problemas que ultrapassam os limites de uma única disciplina e possibilitando-o detectar, analisar e solucionar problemas sob novos enfoques. A resolução de problemas, por se constituir uma forma diferenciada de estruturar o conhecimento, favorece a integração de conteúdos, possibilitando a compreensão da realidade social e o posicionamento como cidadão e garantindo a visão global e integradora do conhecimento.

- **Simulação (role playing)** – a simulação é uma técnica em que se constrói um cenário para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares.
- **Estudo de casos** – esta técnica compreende a discussão em pequenos grupos de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados a situações que farão parte do cotidiano da área de segurança pública. Os casos deverão vir acompanhados do máximo de informações pertinentes para que o estudante possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Esta técnica permite que os estudantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos aprendidos.
- **Lista de tarefas (Job Aids)** – as listas de tarefas devem ser utilizadas quando se tem por objetivo que os estudantes sigam passos na realização de procedimentos.
- **Painel de discussão** – caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem a sua visão sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador que controlará o tempo de exposição e de debate e organizará a síntese dos pontos abordados no painel.
- **Discussões em grupos** – apresentação de um tema a ser discutido a cada grupo. Ao final do tempo estipulado, os grupos apresentam a síntese da discussão.
- **Discussão dirigida** – técnica de ensino em que os participantes expressam suas idéias após analisarem criticamente um assunto de interesse relacionado com o tema. Ao final da atividade, é feita uma avaliação, quando se ressalta o valor das contribuições feitas pelos participantes, bem como a importância das conclusões.
- **Debate cruzado** – organizado em dois grupos, em que cada grupo terá de debater uma tese contrária à do outro grupo, invertendo-se os papéis ao final.
- **Grupo de vivência ou verbalização e grupo de observação (GV/ GO)** – os participantes são divididos em dois grupos, em que o primeiro terá a função de vivência ou verbalização de determinada situação e o segundo desempenhará a função de observador. Ao final, invertem-se os papéis.
- **Brainstorming e Brainwriting** – utilizados para gerar novas idéias, buscar soluções para um determinado problema. Todas as idéias surgidas devem ser registradas, a seguir categorizadas e analisadas com o auxílio de um coordenador. Ao final, o grupo toma as decisões para a resolução do problema.

- **Demonstração ou aula prática** – explicação por meio da demonstração de técnicas e procedimentos, oportunizando aos estudantes: a exercitação, o *feedback*, a automação e a aplicação.

As atividades de demonstração devem proporcionar possibilidades aos estudantes de refletir sobre a demonstração do instrutor, questionando o “porquê” de determinada ação ou técnica, bem como momentos de intervenções em que o instrutor, mediante acompanhamento, emite *feedback* sobre o desempenho realizado, proporcionando, caso seja necessário, a devida correção.

6.4 Sistema de Avaliação da Aprendizagem e o processo de educação continuada

O objetivo do processo de avaliação proposto pela Matriz é fornecer informações que possibilitem a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem.

Nesta abordagem, o sistema não se reduz aos critérios de aprovação e reprovação, mas sim, constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da eficácia das ações de educação, a partir de critérios claramente definidos e divulgados.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência básica os objetivos definidos para o processo de formação e capacitação e o desenvolvimento de competências a serem desenvolvidas.

De acordo com Perrenoud (2001), para a melhor compreensão da relevância social e educacional da avaliação da aprendizagem, importa investigar os fracassos e avanços a partir da reflexão sobre as práticas avaliativas. Isto implicará na renovação destas práticas, permeada pela observação direta e pela intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias idéias, ações e atitudes.

Os profissionais da área de segurança pública devem ter consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção. Para isso, devem ser estimulados a analisar situações concretas e hipotéticas e a conceber, com o auxílio do docente, um projeto pessoal de formação. É preciso que o discente observe a si mesmo e o seu grupo de trabalho em situações práticas diversificadas, experimentando a reflexão e a análise entre a própria percepção e a dos docentes a seu respeito, o que, de acordo com Perrenoud (2001), o auxilia na análise de atitudes, de valores e de papéis sociais, além de propiciar esclarecimento e revisão, oferecendo ao discente a possibilidade de tomar consciência de suas necessidades e motivações de suas ações e, a partir daí, conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Dessa forma, é preciso oportunizar situações de avaliação em que o discente possa tomar consciência de seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias idéias numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente, favorecendo esquemas de percepção que permitam opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da elaboração de cenários que o auxiliem a formar um novo conjunto de hábitos.

Sendo assim, é necessário desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada de consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação, para que estes possam ser transformados (Azevedo e Souza, 1996 e 1988), bem como oportunizar a visualização da qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes.

7. Malha Curricular para as Ações Formativas de Segurança Pública

Malha curricular é o termo utilizado para substituir a expressão “grade curricular”. Na palavra malha está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

A malha curricular que compõe a Matriz, foi elaborada em 2005 e revisada em 2008, por um grupo de trabalho multidisciplinar e institucional, a partir das competências dos profissionais de segurança pública, já apresentada nesse documento.

A malha curricular de disciplinas para as ações formativas na área de segurança pública se constitui de um núcleo comum de disciplinas, agrupadas por áreas temáticas, que congreguem conteúdos **conceituais, procedimentais e atitudinais**, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

Tabela 1 – Malha Curricular para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública (Núcleo Comum)

Áreas Temáticas da Matriz		Disciplinas	Porcentual da Carga horária Sugerida
I	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública no Brasil	5%
		Fundamentos de Gestão Pública	5%
		Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	5%
		Abordagem sociopsicológica da violência e do crime	4%
II	Violência, Crimes e Controle Social	Abordagem sociopsicológica da violência e do crime	5%
		Criminologia aplicada à Segurança Pública	5%
		Análise de Cenários e Riscos	5%
III	Cultura e Conhecimento Jurídico	Direitos Humanos	6%
		Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos	5%
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	4%
		Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	4%

Áreas Temáticas da Matriz		Disciplinas	Porcentual da Carga horária Sugerida
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas	6%
		Saúde e Segurança aplicada ao trabalho	6%
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	4%
		Telecomunicações	4%
		Sistemas Informatizados	4%
		Gestão da Informação	5%
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva ³	Ética e Cidadania	6%
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Preservação e Valorização da Prova	4%
		Primeiros Socorros	4%
		Uso da Força	5%

- 3 Além da disciplina Ética e Cidadania, esta área destina-se ao trabalho de outras práticas possíveis que favoreçam a reflexão sobre/e na realidade. Esta também associada ao período de estágio supervisionado, em que deverão ser incluídas atividades que possibilitem a reflexão sobre a prática. Para o Núcleo Comum caberiam estudos de caso, visitas, vídeo formação, resolução de problemas, dentre outros métodos e técnicas que devem estar presentes nas estratégias de ensino de cada uma das disciplinas.

Vale observar que não há especificação em relação ao número de horas para cada disciplina. Entretanto, como sugestão foi adotada uma porcentagem destinada a cada disciplina que deve ser calculada em relação ao número de total de horas destinadas aos currículos.

Para que esta porcentagem não fosse obtida aleatoriamente, baseou-se no princípio contido na Lei de Extrema e Média Razão – também denominada *seção áurea* ou *ponto de ouro* –, pautada no proporcionalismo, na aceitação de diferenças consideradas como proporcionais, complementares, eqüitativas e harmônicas. Segundo esta regra o ponto de proporção “mais adequado” está compreendido entre o intervalo da extrema e média razão, ou seja, entre pontos de intervalo que vão de 62% e 38%. Assim, todos os valores que se aproximem destes pontos estão proporcionalmente equilibradas. A diferença entre os pontos extremos não pode ultrapassar um intervalo de 24%.

A título de exemplo foi realizada outra leitura da malha curricular utilizando o critério de natureza dos conteúdos, que possibilitou dispor as disciplinas de acordo com as dimensões dos conhecimentos que estão mais afetados. Assim, temos três grupos de disciplinas:

Tabela 2 – Distribuição das Disciplinas de Acordo com a natureza dos conteúdos

Disciplinas pautadas na dimensão conceitual	Disciplinas pautadas na dimensão procedimental	Disciplinas pautadas na dimensão atitudinal
Abordagem sociopsicológica da violência e do crime	Língua e Comunicação	Ética e Cidadania
Criminologia aplicada à Segurança Pública	Telecomunicações	Relações Humanas
Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	Sistemas Informatizados	Saúde e Segurança aplicadas ao trabalho
Sistema de Segurança Pública no Brasil	Preservação e Valorização da Prova	Direitos Humanos
Fundamentos de Gestão Pública	Primeiros Socorros	
Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos	Análise de Cenários e Riscos	
Gestão da Informação	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	
	Mobilização Comunitária	
	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	
	Uso da força	
35%	41%	24%

Considerando o número de disciplinas em cada dimensão procurou-se respeitar intervalos diferenciais que não ultrapassem 24% de diferença entre as partes. Aplicando esta regra à malha, obteve-se a porcentagem para cada disciplina.

Recomenda-se que a malha curricular possa corresponder de 40% à 25% do número de horas aulas total do currículo.

Veja um exemplo:

- Em um currículo em que foram destinadas 400 horas para o núcleo comum, têm-se os seguintes resultados para as disciplinas:
- Disciplinas com 6% terão aproximadamente 24 h/aulas.
- Disciplinas com 5% terão aproximadamente 20 h/aulas.
- Disciplinas com 4% terão aproximadamente 10h/aulas.

7.1 A Educação a Distância e a Oferta de Disciplinas que Compõem a Malha Curricular

É inegável a contribuição das tecnologias da comunicação e informação para o processo educacional e, principalmente, para a educação a distância.

O crescimento dessa modalidade tem possibilitado às instituições investirem em soluções que ofereçam ao estudante a oportunidade de gerenciar o seu tempo e escolher o local dedicado à aprendizagem.

Legalmente, as instituições de Ensino Superior seguem para oferta da modalidade à distância as orientações do Ministério da Educação (MEC), dentre as quais destacam-se as seguintes legislações específicas:

- Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que em seu art. 80 e seus respectivos parágrafos orienta sobre a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e educação continuada;
- Decreto nº 5.622/05 que regulamenta o art. 80 da Lei 9394/96, caracterizando a educação à distância e normatizando a sua oferta nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Portaria nº 4.059/04 substitui a portaria 2.253/01 que normatizava os procedimentos de autorização para oferta de disciplinas na modalidade não-presencial, em cursos de graduação reconhecidos.

A SENASP alinhada às possibilidades trazidas pela modalidade à distância implementou, em 2005, a Rede Nacional de Educação à Distância. A rede é responsável por ofertar cursos que possibilitam a formação continuada dos profissionais da área de segurança pública.

Os cursos possuem 40 ou 60 horas aulas e estão fundamentados nos princípios da matriz curricular nacional, nos conteúdos que fazem parte da malha curricular e estão compatíveis com as demandas e as necessidades da formação do profissional da área de segurança pública.

Por terem dentre seus objetivos a ampliação do conhecimento na área de segurança pública e o acesso à tecnologia, muitos centros de formação e academias estão utilizando os cursos da Rede Nacional de Educação à Distância como parte dos currículos das ações formativas que executam na modalidade presencial. Tais arranjos permitem uma dinamicidade ao currículo, possibilitam a integração dos profissionais, minimizam custos e promovem a unidade de pensamento e ação. Contudo, recomenda-se, que a porcentagem da oferta desses cursos à distância – que equivalem à disciplinas do núcleo comum – no âmbito dos currículos das ações formativas presenciais, sigam como parâmetro a recomendação descrita no § 2º, do artigo 1º da Portaria MEC nº 4.059/04, descrito a seguir:

Art. 1º.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no *caput*, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

8. Ementas das disciplinas

As ementas das disciplinas do núcleo comum foram elaboradas por profissionais da área de segurança pública indicados pelas Unidades Federativas.

As Ementas das Disciplinas, que compõem o núcleo comum da malha curricular, têm por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos docentes envolvidos diretamente nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, favorecendo a unidade de pensamento e ação desses profissionais.

Todos os componentes das ementas das disciplinas estão focados no público de interesse da SENASP, ou seja, policiais militares, policiais civis e bombeiros.

8.1 Composição das ementas

As ementas são compostas das seguintes partes:

- Nome da disciplina.
- Mapa de competências.

O mapa de competências foi o instrumento utilizado para orientar a seleção dos conteúdos de cada disciplina de acordo com as dimensões do conhecimento que expressam conteúdos conceituais, conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais.

Os mapas de competências possuem como características serem mais amplos e abrangentes. Eles servem de base para seleção de conteúdos que comporão as ementas.

- Descrição da disciplina

- » Contextualização

Histórico da disciplina contendo uma relação com o contexto atual;

Diferentes abordagens teóricas sobre a disciplina, se houver, destacando a que será considerada;

Problemáticas que a disciplina visa levantar/responder;

Importância do seu estudo para a formação do profissional da área de segurança pública.

- » Objetivo geral da disciplina

Dentro de um enfoque voltado para a aprendizagem, o papel do professor é de um facilitador (articulador, mediador, tutor), seu papel é o de “criar condições para...”, portanto o objetivo da disciplina deve conter verbos de ação que permitam visualizar o comportamento que se espera do aluno ao final da disciplina.

Os objetivos deverão ser descritos obedecendo-se às dimensões do conhecimento:

- SABER (conhecimentos) – expressam os conteúdos conceituais que o profissional de segurança pública deve saber em relação ao campo disciplinar: leis, princípios e saberes sistematizados.
- SABER FAZER (habilidades e conteúdos procedimentais) – indicam as habilidades operativas e de pensamento que o profissional de segurança pública precisa demonstrar em relação ao campo disciplinar: métodos, técnicas, procedimentos, bem como as habilidades de pensamento: observação, análise, síntese.
- SABER SER (atitudes) – expressam os conteúdos atitudinais – os valores, as crenças, as atitudes etc. – que serão fortalecidas pelas situações vivenciadas dentro do campo disciplinar em questão.

- Conteúdos

Os conteúdos não devem ser considerados um fim em si mesmo, mas ferramentas que possibilitem refletir, intencionalmente, sobre a prática do profissional da área de segurança pública e as possibilidades de intervenção na realidade.

Os conteúdos descritos possuem como foco o que o profissional da área de segurança pública, **essencialmente**, precisa saber em relação àquele campo disciplinar.

- Estratégias de ensino

Foram selecionadas estratégias de ensino consideradas imprescindíveis para possibilitar o alcance dos objetivos. De acordo com a linha teórico-metodológica contemplada na Matriz Curricular Nacional, devem ser privilegiados métodos e técnicas coerentes com o ensino ativo (situações-problema, estudos de caso, *role playing*, demonstrações, etc.) adequados aos objetivos da disciplina.

- Avaliação da aprendizagem

Neste item deverão ser descritos os aspectos que deverão ser observados durante a execução da disciplina e que facilite o docente a dar *feedback* sobre o desempenho do aluno, propiciando que o mesmo reflita sobre a ação realizada.

- Referências Bibliográficas

Referências bibliográficas de livros, artigos e outros documentos que fundamentem os conteúdos a serem estudados, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem, servindo de referenciais para a prática de ensino que seguem o padrão ABNT.

8.2 Descrição das Ementas (Anexo II)

9. Referências Bibliográficas

- ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et. al. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilú. **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública. Curso de Formação de Formadores. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro et al.. Disponível em: <http://senasp.dtcom.com.br/> Acesso em: 4 jun. 2007. Acesso restrito ao conteúdo com login e senha.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz Curricular Nacional para Formação dos Profissionais de Segurança Pública, 2003.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz Curricular em Movimento: malha curricular, 2006.
- CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy. S. **Direitos Humanos**: referencial prático para docentes do Ensino Policial. 2. ed. Brasília: CICV, 2005.
- MEC – UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.
- ESCÁMEZ, Juan; GIL, Ramón. **O protagonismo na Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Magistério).
- MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- PERRENOUD, Philippe et al. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ROEGIERS, Xavier; KETELE, Jean-Marie. **Uma pedagogia da integração**: competências e aquisições no ensino. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SACRISTÁN, Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**. Porto Alegre. Artmed, 1998.
- SCHÖN, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ANEXO I

Diretrizes Pedagógicas da SENASP

Diretrizes para as atividades formativas¹ para os profissionais da área de segurança pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

1. Das referências e dos princípios a serem seguidos:

1.1 As atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento ou atualização/capacitação na área de segurança pública, seja nas modalidades presencial ou a distância, deverão ter como referência os princípios contidos na Matriz Curricular Nacional e os eixos ético, legal e técnico, pertinentes ao ensino do profissional da área de segurança pública, num Estado Democrático de Direito.

1.1.1 Entende-se por atividades formativas de ingresso aquelas que têm por finalidade qualificar os recursos humanos necessários para o desempenho das atividades típicas dos cargos iniciais das instituições de segurança pública de âmbito estadual e federal, que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

1.1.2 Entende-se por atividades formativas de aperfeiçoamento profissional, aquelas que se configuram requisito indispensável à promoção e que têm por finalidade qualificar os recursos humanos para o desempenho das atividades típicas dos cargos de carreira das instituições de segurança pública de âmbito estadual e federal, que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

1.1.3 Denomina-se por atividades formativas de atualização/capacitação, aquelas que possibilitem o acompanhamento e o desenvolvimento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a cidadania, a sociedade e a atualização constante da doutrina do profissional da área de segurança pública, em conformidade com a dinâmica social.

1 Por atividades formativas entende-se: os cursos, as palestras, estágios, trabalhos de campo ou qualquer outra atividade realizada com fins educacionais.

1.2 As atividades formativas devem ser integradas.

1.2.1 A integração não está adstrita ao compartilhamento do espaço físico, à carga horária e às áreas de conhecimento, todavia, exigirá que se observe no âmbito estadual e federal os seguintes aspectos:

- Política de ensino unificada com diretrizes claras quanto à formação, aperfeiçoamento e atualização;
- Existência de equipes de coordenação/supervisão única e integrada, que poderá ser organizada como diretoria (ou outra denominação) de ensino das secretarias de segurança estaduais ou por órgãos competentes no âmbito federal;
- Planejamento de ensino compartilhado e elaborado por uma equipe composta por profissionais das diversas instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública no estado, contando, obrigatoriamente, com o auxílio de um profissional com graduação em pedagogia;
- Conjunto de conteúdos comuns que abranjam a concepção de Estado –Sociedade, o papel e a importância da ação profissional de segurança pública num Estado Democrático de Direito, bem como garantam a unidade de pensamento e ação ética, técnica e legal desse profissional;
- Conjunto de doutrinas, métodos, técnicas e procedimentos uniformizados;
- Quadro de corpo docente capacitado e integrado;
- Ambientes de ensino, fisicamente adequados, que proporcionem a integração e estimulem a aprendizagem colaborativa.

2. Do desenho dos currículos, programas e planos de ensino.

2.1 Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica.

2.1.2 O núcleo comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

- As disciplinas que compõem a malha curricular do núcleo comum e suas respectivas cargas horárias devem constar das malhas curriculares dos currículos dos centros de ensino, observado o foco que se fizer necessário para atender a atividade formativa a que se destinam.
- Serão aceitas disciplinas com nomenclatura e ementa diferentes, porém equivalentes, desde que justificada a equivalência.

- Todos os conteúdos expressos nas ementas das disciplinas do núcleo comum devem compor os currículos dos cursos de formação de qualquer centro de ensino da área de segurança pública.

2.1.3 A parte específica deverá ser elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada estado em conjunto com as instituições envolvidas, observados os perfis profissiográficos e as competências e habilidades existentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A parte específica deverá ser composta por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, relacionados diretamente com a especialidade que irão desempenhar, com as necessidades e peculiaridades regionais e com a complementaridade do núcleo comum.

2.2 Os planos de ensino das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida (75%), as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação.

3. Da metodologia de ensino.

Com o objetivo de favorecer a articulação e a alternância entre teoria e prática, os currículos, programas e planos desenvolvidos com base na Matriz Curricular Nacional devem:

3.1 Proporcionar a participação “ativa” dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação.

3.1.1 Estudos de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas, dentre outros, são atividades que auxiliam o desenvolvimento de uma prática reflexiva.

3.1.2 Por mecanismos intencionais entende-se um planejamento de ensino que possa considerar as competências e as habilidades que serão desenvolvidas, bem como os objetivos a serem alcançados. Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de segurança pública trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnico-operacionais desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os alunos possam apreender – aplicar – avaliar – corrigir, mediante um feedback constante.

- 3.2 Favorecer uma ambiente de formação aberto, ou seja, que vá além dos muros dos centros de ensino, contemplando atividades que favoreçam aos alunos o contato e o intercâmbio com todos os órgãos de segurança pública, comunidades, ONGs, instituições de ensino, bibliotecas.
- 3.3 Prever mecanismos para a revisão continuada de seus objetivos, conteúdos e práticas didáticas, com base nos dados colhidos nas avaliações procedidas.
- 3.4 Enfatizar e prever as condições necessárias ao desenvolvimento dos conteúdos atitudinais, particularmente: patriotismo, responsabilidade, lealdade, disciplina, entusiasmo profissional, cooperação, iniciativa, criatividade e os preceitos de respeito à dignidade humana e da responsabilidade social.
- 3.5 Incentivar que o aluno desenhe seu percurso de desenvolvimento profissional dentro da instituição, estimulando o auto-aperfeiçoamento e a predisposição à mudança.
- 3.6 Favorecer a ampla utilização das tecnologias de informação e comunicação nas atividades presenciais ou a distância.

4. Prescrições a serem consideradas no planejamento e execução das atividades formativas:

- 4.1 A equipe da secretaria de segurança responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnicas dos centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública, deve organizar um banco de dados que possibilite o cadastramento e avaliação dos docentes. Quando não for possível, deve solicitar que o professor faça a inclusão do seu currículo no sistema Lattes do CNPQ (<http://lattes.cnpq.br/curriculo/sistemas.jsp>). Isto ajudará na seleção dos profissionais para compor o corpo docente das atividades formativas a serem desenvolvidas.
 - 4.1.1 O pagamento do profissional de segurança pública que atua como docente deverá ser realizado conforme orientação do respectivo Tribunal de Contas. Cada secretaria deverá buscar orientação para legitimar o processo.
- 4.2 A equipe da secretaria de segurança responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnicas dos centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública, devem elaborar cronograma anual das atividades formativas de ingresso (quando houver), aperfeiçoamento e atualização para os referidos profissionais, bem com a pesquisa e capacitação pedagógica para os docentes que formam o quadro de professores de seus cursos.

4.2.1 Os centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública são espaços articuladores e irradiadores de conhecimento, devendo promover atividades de ensino e pesquisa. Para tanto, devem investir em parcerias com outras instituições de ensino, institutos de pesquisa, ONG's, dentre outros parceiros.

4.3 Os centros de ensino podem conseguir junto às Secretarias e ao Conselho de Educação Estadual para o credenciamento da instituição o reconhecimento dos cursos ofertados. Devendo cada centro organizar-se de acordo com as solicitações exigidas.

4.3.1 As Secretarias de Segurança Pública Estaduais deverão estimular a participação dos professores em programas de especialização, mestrados e doutorados com o objetivo de atender as exigências estabelecidas para o credenciamento da instituição e o reconhecimento dos cursos pretendidos.

4.4 Devem ser observadas as condições físicas favoráveis ao ensino, principalmente com relação ao número de alunos em sala de aula. A relação ideal apontada por muitas secretarias de educação têm como parâmetro 1m² por aluno e 40 alunos por turma.

4.4.1 Nas atividades práticas deverá ser observada a distribuição do número de alunos por professor. Caso seja necessário deverão ser organizados grupos por monitores, sendo recomendado dez alunos(as) por um monitor, ou o rodízio dos alunos(as) na atividade.

As diretrizes que compõem este documento devem orientar todos os projetos, na área de ensino, a serem encaminhados a SENASP no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.

ANEXO II

ÁREA TEMÁTICA I

Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública

Disciplina: Sistema de Segurança Pública no Brasil

1. Mapa de competências da disciplina

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Abordagem histórica e cultural das instituições de segurança pública• Funções de Preservação do Estado Democrático de Direito• Agentes de segurança pública como profissão• Estrutura organizacional e funcional• SUSP• Formulação, implantação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas• Atribuições das instituições de segurança pública• Controle Democrático Interno e externo das instituições e do profissional da área de Segurança Pública• Conceitos de territorialização e área de abrangência de outras instituições• Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal• Mudanças e novos desafios: segurança local e global	<ul style="list-style-type: none">• Solução de problemas em equipe• Análise crítica das políticas públicas, funções e atribuições• Pensamento crítico sobre seus compromissos e responsabilidades como cidadão e profissional	<ul style="list-style-type: none">• Visão sistêmica e compartilhada• Senso de interdependência, autonomia• Trabalho de forma cooperativa e colaborativa• Ética• Alinhamento com a missão constitucional• Comprometimento com a organização e com a carreira no contexto global• Reconhecimento dos limites e das possibilidades/legitimidade na prática de seus atos• Curiosidade intelectual• Valorização do espaço de atuação

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Muitos autores apontam para a necessidade de uma visão sistêmica da segurança pública, o que também foi reforçado pelo governo federal anterior e pelo governo atual, tendo em vista que ambos editaram planos específicos para a área da segurança pública.

Além disso, dentre as várias abordagens teóricas das organizações que permitem tratar as questões de segurança, criminalidade e violência; a abordagem sistêmica – que descreve a segurança pública como um sistema de estruturas interligadas, com certo nível de autonomia – é a que mais se aproxima do que se deseja desenvolver na área da segurança pública.

Sendo assim, é de crucial importância que o profissional de segurança pública possua a visão sistêmica da sua profissão, assumindo um comprometimento mais amplo, abrangendo não só as ações do órgão em que atua, mas este papel conectado com todo o sistema social em que atua.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender a visão sistêmica da segurança pública, as instituições, os profissionais e as políticas e as ações voltadas para a sociedade e o cidadão, mediante o estudo dos seus antecedentes históricos e da análise de cenários e perspectivas.
- Exercitar habilidades para:
 - » Mapear, analisar e opinar sobre as políticas públicas e planejamento na área de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer a importância de formulação de políticas públicas e da elaboração de planejamento na área de segurança pública.

c) Conteúdos

- Antecedentes históricos e culturais
 - » Abordagem histórica e cultural das instituições de segurança pública no mundo e no Brasil;
 - » Modelos de segurança pública;
 - » Funções de Preservação do Estado Democrático de Direito;
 - » Segurança pública como profissão;
 - » Planos de Segurança Pública;
 - » Estrutura organizacional e funcional.
- Conceitos básicos
 - » Abordagem sistêmica;
 - » Atribuições das instituições de segurança pública;
 - » Controle democrático interno e externo das instituições de Segurança Pública;

- » Conceitos de territorialização e área de abrangência de outras instituições;
 - » Políticas públicas: formulação, implantação, avaliação e acompanhamento.
 - » Análise de cenários e perspectivas
 - » Mudanças e novos desafios: segurança global e local;
 - » Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal.
- Planejamento
 - » Planejamento sistêmico;
 - » Execução de ações de segurança segundo a abordagem sistêmica;
 - » Análise das ações de segurança segundo a abordagem sistêmica.

d) Estratégias de ensino

- » Leitura de livros e textos pertinentes à questão;
- » Pesquisa na internet e outras fontes sobre modelos de Segurança Pública;
- » Pesquisa e análise de políticas e planos na área de segurança;
- » Seminários elaborados pelos alunos;
- » Estudo dirigido;
- » Estudo de caso.

e) Avaliação da aprendizagem

- » Auto-avaliação.
- » Avaliação escrita.
- » Avaliação realizada antes do final da carga-horária, para que possam ser abordados novamente os pontos em que os alunos não demonstrarem um bom nível de entendimento.

f) Referências Bibliográficas

BAYLEY, David H. Criando uma Teoria de Policiamento: Padrões de Policiamento. **Coleção Polícia e Sociedade 1**. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Padrões de Policiamento:** uma análise internacionalmente comparativa. São Paulo: EDUSP, 2001.

BRETAS M.L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social: Revista de Sociologia**. USP, 1997.

_____. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Daniel Chaves; WILSON J. Barp (orgs.) **Reflexões sobre Políticas de Segurança Pública**. Belém: Editora Universitária UFPA,, 2005.

CERQUEIRA, C.M.N. A polícia em uma sociedade democrática. In *Polícia, violência e direitos humanos*. CEDOP, [S.l.]. **Série Cadernos de Polícia**, n. 20, 1994.

- _____. **O Futuro de uma ilusão:** o sonho de uma nova polícia. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HOLLOWAY, T.H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e ensino militar.** São Paulo: Cortez, 1998.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.
- LIMA, R.K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro:** seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia:** Sociologia da Força Pública. **Série Polícia e Sociedade,** n. 10. São Paulo: EDUSP, 2003. ().
- MONKKONEN, Eric H. História da Polícia Urbana. IN: Policiamento Moderno. TONRY Michael; MORRIS, Norval (orgs.) Tradução de Jacy Cárdua Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2003. **Série Polícia e Sociedade.** n. 7. (Org) Nancy Cardia.
- ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira:** Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, guardas municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Tradução João de Freitas Teixeira, Petrópolis, Vozes, 1996.
- SANTOS JVT. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social: Revista de Sociologia,** USP, 1997.
- SILVA, Jorge da Militarização da Segurança Pública e a Reforma da Polícia: um depoimento. **Ensaios Jurídicos: O Direito em Revista,** Rio de Janeiro: IBAJ, 1996.
- _____. **O Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional.** Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.
- SOARES, L.E. **Meu casaco de general:** quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.
- SOARES, L.E. **Violência e política no Rio de Janeiro.** Relume-Dumará/ISER, Rio de Janeiro, 1996.
- SOUZA, Herbert José. **Como se faz uma análise de conjuntura.** 21. ed. Editora Vozes, 2000.
- ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia** – entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Administração pública:• Aspectos conceituais• Princípios• Administração pública, paradigma burocrático X paradigma gerencial• Instrumentos de Gestão Pública• Gestão financeira e orçamentária• Gestão de pessoal• Gestão de processo• Sistema de controle da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none">• Competências e habilidades gerenciais que facilitem a tomada de decisão no seu nível funcional• Identificação dos fatores que contribuem para a qualidade dos serviços prestados	<ul style="list-style-type: none">• Visão sistêmica da administração pública• Atenção prioritária ao cidadão e à sociedade• Consciência da importância de seu papel como agente da Administração Pública• Valorização das pessoas não as tratando diferenciadamente restringindo-se apenas aos casos previstos em lei• Reconhecimento de valores que contribuem para o atendimento de qualidade: cortesia, rapidez, atendimento, confiabilidade e conforto

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Nas últimas décadas vem crescendo nas sociedades democráticas de economias avançadas e emergentes a demanda pelo melhor uso possível dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Surge assim, uma Administração Pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade.

O cidadão, cada vez mais consciente de seus direitos, inserido agora em um contexto democrático, passa a exigir que suas demandas sejam atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência da gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores.

Frente a esta nova demanda por serviços públicos de qualidade, a Administração Pública vê-se diante de um ponto de inflexão: ou abdica da responsabilidade de oferecer aos cidadãos os serviços necessários e, assim, de receber, por meio de tributos arrecadados, os valores correspondentes a estes; ou qualifica seus profissionais para que se alinhem com a nova ordem estabelecida – realizar mais por menos, mais rápido e melhor. A segunda hipótese se apresenta como a única aceitável do ponto de vista ético e institucional por parte da Administração.

A formação dos profissionais da área da segurança pública visa a responder às deficiências teóricas e técnicas desse profissional, de modo a torná-lo um profissional multifuncional e multidisciplinar, aliando conhecimentos, habilidades e atitudes em busca de um objetivo único: o cumprimento da missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e accountability, entre outros.

As próprias estruturas orgânica e normativa das instituições contemporâneas de segurança pública demonstram a preocupação com o alcance de tal missão institucional, com a criação de uma legislação que dê celeridade à tomada de decisão, em substituição a um modelo tipicamente burocrático, marcado pela inoperância. Somado a isso, a divisão interna em órgãos de atividade finalística e órgãos de apoio logístico são pontos fortes da racionalização das atividades sem a perda de efetividade. É conveniente observar que a área de atividades finalísticas se desdobra em dois campos: o das funções estratégicas e o de funções táticas, traduzindo isso uma bipartição entre o planejamento-suporte estratégico e a execução propriamente dita da atividade típica de defesa social.

A finalidade é valorizar cada elemento organizacional e humano, seja pelo incremento do potencial operativo de cada um, seja pela melhor apuração das competências e funções atribuídas a eles: profissionais ou instituições.

Toda esta racionalidade traz definições muito firmes para o decurso eficiente do caminho procedimental dos serviços administrativos e os estritamente policiais, dando-lhes consistência e interatividade.

A estrutura conceptual da área de atividades finalísticas, com seus órgãos e unidades de funções estratégicas e táticas, deve conceber um sistema tecnicamente íntegro, bem amarrado e construído de modo a encurtar não só o processo decisório, como também apto a positivar a harmonia técnico-científica de todo o complexo organizacional.

Todo esse sistema deve estar voltado para a construção dinâmica da política de formação, aprimoramento profissional, pesquisa e normalização técnico-científica, além da captação, análise e difusão de dados e conhecimentos do cotidiano referentes a todos os passos do ciclo e da ação dos profissionais da área de segurança pública e os cenários criminais no tempo e no espaço, com ênfase na permanente avaliação de qualidade dos processos produtivos.

As organizações policiais precisam adotar rotinas de inovação científica no processo de produção de seus serviços. Isso exige não apenas a superação de hábitos organizacionais, como também a própria evolução do modelo de carreiras, na descrição de suas funções, sobretudo no que se refere ao modo como se articulam na busca da descrição transparente dos cenários conflitivos. O profissional da área de segurança pública é, antes de tudo, um cidadão cuja missão requer equilíbrio moral e competência técnica.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender o modelo de administração voltado para o desempenho das funções gerenciais e técnico-administrativas, com foco em resultados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Utilizar ferramentas e instrumentos de gestão para mediar as ações decorrentes do contato direto com as demandas reais da sociedade e do cidadão.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Cumprir a missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e accountability, entre outros pertinentes à ação profissional, dentro de um Estado Democrático de Direito.

c) Conteúdos

- Introdução aos Fundamentos da Gestão Pública

Princípios da administração pública; Diferenciação entre administração pública e administração privada; Fundamentos gerenciais; Conceitos gerais de políticas públicas; Processo de formulação e implementação de políticas públicas; Acompanhamento, avaliação e controle de resultados.

- Planejamento do Setor Público

Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público.

- Elaboração e Gestão de Projetos

Introdução ao estudo de projetos; O planejamento e o projeto; A preparação do projeto e suas etapas; A avaliação do projeto; Projetos: viabilidade econômica.

- Ferramentas de Modernização do Setor Público

Ferramentas gerenciais; Tendências conceituais sobre gestão de banco de dados para o setor público; Gestão de clima organizacional, indicadores de desempenho; Avaliação de desempenho individual e institucional; Avaliação das políticas públicas; Construção de indicadores.

- Orçamento Público

Planejamento: plano plurianual de ação governamental; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução orçamentária; Receita e despesa públicas; Orçamento tradicional X Orçamento programa; Prestações de contas e relatórios de gestão.

d) Estratégias de Ensino-Aprendizagem

- » Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- » Estudo de textos pertinentes aos temas;
- » Pesquisa na internet para investigar boas práticas de gestão;
- » Discussão em grupo sobre os temas;
- » Estudo de casos;
- » Exercícios práticos.

e) Avaliação

- » Avaliação escrita.
- » Avaliação realizada antes do final da carga-horária, para que possam ser abordados novamente os pontos em que os alunos não demonstrarem um bom nível de entendimento.

f) Referências Bibliográficas

ALECIAN, Serge; FOUCHER Dominique. **Guia de gerenciamento do setor público**. Brasília: ENAP/ Editora Revan, 2001.

ANDRADE, Sebastião Carlos de Oliveira. **Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão**. Rio de Janeiro, 2001.

AQUINO, Cléber Pinheiro D.G. Administração de recursos humanos: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura da empresa: os abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean François (coord.). **Os indivíduos na organização**, v. 2, São Paulo: Atlas, 1993.

BAYLEY, David H; Skolnick, Jerome H. **Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades Norte-Americanas**. São Paulo: USP, 2002.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro: ou arte de ser mais igual que os outros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira et all Criminalidade violenta na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): Reflexos nas políticas de segurança. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. **Anais**. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

BORN, R. **Desvendando o Planejamento Estratégico**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BRAGA, R. Monteiro. **Planejamento Estratégico para Instituições**. São Paulo: Hoper, 2005.

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BERRY, L.; Parasurama A. **Serviços de Marketing**. Competindo através da Qualidade. 1. ed. São Paulo: Maltese-Norma, 1992.

BAUMAN. Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BITTNER E. **As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia**. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: EDUSP; 2003.

CLARET, Martin. **A essência da Motivação**. Martin Claret, 1998.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Reforma policial: persistência e mudança institucional; Violência Urbana e reforma policial no Rio de Janeiro. As reformas na polícia de Nova York. Entre a Lei e a Ordem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CHIAVENATO Adalberto. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: MCcGraw-Hill, 1987.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

DAVIS, Keith; Newstron, John W. **Comportamento humano no Trabalho**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DESAUNIERS, Julieta Beatriz Ramos (org.). Formação, Trabalho e Competência. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998. In HESSELBEIN, Frances et. al **A comunidade do futuro**. Idéias para uma nova comunidade. São Paulo, Futura, 1998.

_____. **O líder do futuro**. Visões, estratégias e práticas para a nova era. São Paulo: Futura, 1996.

FALEIROS E FALEIROS. **Circuitos e Curtos-circuitos**. São Paulo: Veras, 2001.

FARAH M. F. et all **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro:Zahar,2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo:Companhia das Letras,1995.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, Jorge Lessa. **Qualidade Competitiva no Brasil** – Transformando Valores, Atitudes e Comportamentos na Busca da Qualidade Total. Salvador: Casa da Qualidade, 1995.

_____. **Mandar é Fácil... Difícil é Liderar: O Desafio do Comando na Nova Economia**. Salvador: Editora Casa da Qualidade, 2001.

IMAN, Instituto. **Inovação e Melhoramento na Administração Moderna**. São Paulo: 1996.

KAHN, Tulio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KONDO, Yoshio. **Motivação Humana: um fator chave para o gerenciamento**. Trad. Dario Ikuo Miyake. São Paulo: Gente, 1994.

KONDO, Yoshio. **Motivação Humana: um fator chave para o gerenciamento**. Trad. Dario Ikuo Miyake. São Paulo: Gente, 1994.

LOPES, Tomás de Vilanova Monteiro. **Motivação no Trabalho**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MAFFESOLI M. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n.15, ago 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp; 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: A Ciência e a Arte de Ser Dirigente**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1995.

MONTEIRO, José A. **Qualidade Total no Serviço Público**. Brasília: QA e T. Consultores Associados Ltda, 1991.

- MONJARDET D. **O que faz a polícia.** Sociologia da Força Pública. São Paulo: EDUSP; 2003.
- MOTA, Fernando C. P.; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Introdução à Organização Burocrática.** São Paulo: Thomson Learning, 2003.
- NOBREGA, Clemente. **A Empresa Quântica.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- OLIVEIRA, Milton. **Energia Emocional** – base da gerência eficaz. Rio de Janeiro: Makron Books, 1998.
- _____. et al **Filosofia Política Contemporânea.** Editora Vozes, 2003.
- PROGRAMA Gestão Pública e Cidadania Novos contornos da Gestão Local: conceitos em construção Instituto Polis, São Paulo, 2002.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Decreto nº 3.507 de 13 de junho de 2000. – Dispõe sobre estabelecimento de padrões de qualidade do atendimento prestado aos cidadãos [...]”
- SANTIN VF. **Controle judicial da segurança pública:** eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 2004.
- TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por resultados.** Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
- UNESCO. Um Caminho para o Brasil no Século XXI – Brasília Instituto de Política, 2002.
- ZANELLI, José C et al. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

g) Referências na WEB

- BALESTRERI, Ricardo. Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais. 2006.
- Disponível em: www.sp.df/sites/100/164/QUALIFICAROPROCESSOQUALIFICANDOAPESSOA.pdf
- Ministério do Planejamento: www.planejamento.gov.br
- Programa Nacional de Desburocratização: www.d.gov.br
- Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento: www.gestaopublica.gov.br
- Escola Nacional de Administração Pública: [www.ena.gov.br/Programa Qualidade no Serviço Público](http://www.ena.gov.br/Programa%20Qualidade%20no%20Serviço%20Público): www.qualidade.planejamento.gov.br
- Sistema de Melhoria e Avaliação da Gestão Pública: www.aplicativos.planejamento.gov.br
- Fundação Prêmio Nacional da Qualidade: www.fpnq.org.br
- Fundação de Desenvolvimento Gerencial: www.fdg.org.br
- Portal Gestão Pública: www.gespublica.gov.br

Disciplina: Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Características e exigências da sociedade contemporânea• Políticas públicas de segurança como vetores sociais da mudança• Fundamentos da Gestão Integrada e da gestão comunitária• Redes sociais para busca de solução de problemas na área de segurança• Aspectos básicos: planejamento, acompanhamento e avaliação cooperativa e colaborativa• Experiências nacionais e internacionais bem sucedidas de gestão integrada e de gestão comunitária na área de segurança pública	<ul style="list-style-type: none">• Formular ações de Segurança pública orientada por problemas• Elaboração de Diagnóstico situacional de forma participativa com instituições, conselhos paritários e representantes da comunidade• Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de Segurança Pública• Participação em reuniões produtivas com instituições, conselhos paritários e representantes da comunidade.• Avaliar os planos e as ações colocadas em prática	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer alianças e parcerias• Interação com a comunidade• Postura proativa• Ser vetor social de mudança• Priorização dos problemas de SP da população de sua circunscrição (micro-área), segundo critérios estabelecidos pelas secretarias de segurança e pela população• Participação Integrada e Comunitária• Cooperação e colaboração

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

Dentre as exigências da sociedade contemporânea destacam-se, não somente a integração das ações dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública, mas também a articulação das forças sociais (setores públicos, organismos internacionais, instituições, organizações, entidades de classe, comunidades...) em prol de projetos e ações que venham responder as demandas sociais.

Alguns autores contemporâneos destacam a necessidade de uma estrutura diferenciada na busca dessas soluções, e apontam a criação de "redes" como uma alternativa viável para que estas forças sociais possam ser articuladas de forma integrada e colaborativa.

Neste contexto, as instituições de segurança pública, representantes do Estado, são consideradas peças-chaves nas redes a serem formadas, principalmente no âmbito comunitário, pois conhecem e lidam com a dinâmica e a complexidade da realidade.

Cabe destacar, que dá mesma forma que os profissionais de segurança pública podem cooperar e colaborar com outros setores da sociedade, mediante o conhecimento que possuem sobre a realidade; podem também, aproveitar as possibilidades de articulação em rede para promoverem a busca de solução – de forma participativa e integrada – para problemas que afetam a segurança pública, mas que não são criminais, necessariamente.

Dentre as metodologias que possam ser utilizadas para impulsionarem a busca e implementação de soluções integradas e comunitárias no âmbito da Segurança Pública destacam-se as orientadas por problemas (identificação do problema, análise do problema, planejamento da intervenção e avaliação das ações realizadas).

Compreender a realidade e utilizar estas metodologias para intervir no que for necessário de forma participativa, fará diferença na atuação do profissional da área de Segurança Pública.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Identificar os fundamentos de gestão integrada e comunitária, bem como as diversas formas existentes dessa gestão no sistema de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Utilizar metodologias orientadas por problemas para identificação dos mesmos, propor estratégias de intervenções e estabelecer critérios para avaliação da intervenção.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Atuar de forma colaborativa e cooperativa no planejamento de ações integradas e comunitárias.

c) Conteúdo

- » Características e exigências da sociedade contemporânea.
- » Histórico das relações entre os setores da sociedade.
- » Conceitos de rede.
- » Fundamentos e princípios da gestão integrada e comunitária.
- » Mecanismos do Estado que favorecem a implantação da gestão integrada e comunitária no âmbito da segurança pública.
- » Metodologias para busca de soluções, orientadas por problemas aplicados à segurança pública.
- » Técnicas que favorecem a participação e mobilização da comunidade.
- » Experiências de gestão integrada e comunitária na área de segurança pública internacional e nacional.
- » A Polícia Comunitária como filosofia de um trabalho integrado.

d) Estratégias de ensino

- » Exposições dialogadas.
- » Estudos de caso.
- » Simulações de reuniões participativas.
- » Exercícios práticos sobre a metodologia orientada por problemas.

- » Uso de filmes e vídeos.
- » Pesquisa de campo.
- » Visitas a unidades que executam a Gestão Integrada e Comunitária.

e) Avaliação da aprendizagem

Avaliação contínua e processual durante os encontros através da participação ativa dos alunos em sala; trabalho realizado após pesquisa de campo e/ou prova escrita.

f) Referências Bibliográficas

AMARAL, L. de Oliveira. **Direito e Segurança Pública a juridicidade operacional da polícia**. Brasília: Consulex., 2003.

ARNAUD, André-Jean. **Governar sem Fronteiras**. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007.

ARRUDA, Luiz Eduardo. O Líder Policial e suas Relações com os Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo. São Paulo: **A Força Policial**, n. 16, out/dez, 1997.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Lições de direito para a atividade das polícias militares e das forças armadas**. Jorge Cesar de Assis, Cícero Robson Coimbra Neves e Fernando Luiz Cunha. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

BALESTRERI R. et al. Paz nas escolas: o papel da polícia. In **Na Inquietude da Paz**. Ministério da Justiça/ CAPEC, 2001.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. In: **Seminário Polícia e Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro, 1999.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP; 1997.

BITTNER, Egon. **Policiamento em Áreas Deterioradas: um estudo da Manutenção da Paz; Florence Nightingale Procurando Willie Sutton: Uma Teoria de Polícia. Aspectos do Trabalho Policial. Coleção Polícia e Sociedade 8**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. SKOLNICH Jerome H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. São Paulo: Edusp; 2002.

BONUMA, H.; GUIMARÃES, Luiz A. B. **Uma Política Alternativa de Segurança com Participação Social: a Experiência de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

BONONI, José Carlos. **Conselhos Comunitários de Segurança e o Policiamento Comunitário**. São Paulo: Direito Militar, n. 15, jan/fev 1999.

BRAGHIROLI, Elaine Maria. **Temas de Psicologia social**. Elaine Maria Barghirolli, Siloé Pereira, Luiz Antônio Rizzon. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Violência Policial no Rio de Janeiro: mudança política e persistência institucional. Entre a Lei e a Ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRACIOSO, Francisco. **Propaganda Institucional**: nova arma estratégica da empresa. São Paulo: Atlas, 1995.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política**. Relações Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Cortez, 1998

JOHNSTON, L. **Modernidade Tardia, Governo e Policiamento**. Como Reconhecer um Bom Policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 4. São Paulo: EDUSP, 2002.

OSBORNE, David; GABLER, Ted. **Reinventando o Governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 9. ed. Brasília: MH Comunicação, 1997.

ONU. Conjunto de Princípios para Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão. Resolução 43/173 da Assembléia Geral, de 9 de dezembro de 1988.

OMS. OPAS Programas de prevenção do crime e da violência da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde.

REINER, Robert. **Processo ou Produto?** Problemas de Avaliação do Desempenho Policial. Como Reconhecer um Bom Policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 4. São Paulo, EDUSP, 2002

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROVER, C. **Para Servir e Proteger**: Manual para Instrutores. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998.

SÃO PAULO. **Gestão Participativa**: experiências inovadoras estaduais com ênfase na participação dos servidores.

SANDOVAL S. **A Cidadania em Construção**: uma Reflexão Transdisciplinar. Cortez, 1994.

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SKOLNICK, Jerome H.; Bayley, David H. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Edusp, 2002.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALTIVO, Marcos (org.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

g) Referências na WEB

SENASP Apresentação da sobre Política Nacional de Segurança Pública (PowerPoint). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/encontro/Palestras/6>

BATISTA Nilo. Imprensa e criminologia. O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

REVISTA Espaço Acadêmico sobre integração comunitária. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfelix.htm>

SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública -Pesquisas aplicadas, estatísticas, treinamentos, biblioteca. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/>

Disciplina: Mobilização Comunitária

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• A dinâmica da comunidade• Construção dos conselhos comunitários de segurança• Fundamentos da Mobilização Comunitária• As Redes sociais e os problemas na área de segurança• Aspectos básicos: planejamento, acompanhamento e avaliação cooperativa e colaborativa• Tipos de comunicação• Tipos de liderança• Princípios da liderança situacional	<ul style="list-style-type: none">• Enumerar os procedimentos para a criação dos Conselhos de Segurança• Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de Segurança Pública• Participar de reuniões produtivas com instituições, conselhos paritários e representantes da comunidade.• Avaliar os planos e as ações colocadas em prática• Utilizar técnicas para trabalhos com grupos• Utilizar metodologias e procedimentos para mobilização do grupo	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer alianças e parcerias;• Interação com a comunidade• Postura proativa• Ser vetor social de mudança• Priorização dos problemas de SP da população de sua circunscrição (micro-área), segundo critérios estabelecidos pelas secretarias de segurança e pela população• Participação Integrada e Comunitária• Cooperação e colaboração

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

Qualquer tentativa de trabalho ou programa de Polícia Comunitária deve incluir necessariamente a comunidade, pois a participação da mesma é um fator importante na democratização das questões de segurança pública, na implementação de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida e na divisão de responsabilidades.

A compreensão da dinâmica da comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, assim como o medo do crime, pois o controle e a participação social informal (do coletivo, do grupo) é mais eficaz.

Todas as vezes que grupos de cidadãos, ou moradores, se reúnem para encaminhar soluções para problemas comuns, o resultado é bastante positivo.

O desafio, portanto, não está apenas em promover trabalhos com grupos organizados da comunidade, de interesses específicos, mas trabalhar na organização de trabalhos comunitários, de forma constante e permanente.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Identificar os fundamentos, as normas e os procedimentos para construir conselhos comunitários de segurança.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Utilizar estratégias que facilitem a participação comunitária e a mobilização social.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer a importância da parceria entre conselhos comunitários de segurança e polícia comunitária

c) Conteúdo

- » A Polícia e a Mobilização da Comunidade
- » Estratégias de organização comunitária: meio de controle social, de auto-ajuda ou de parceria decisória?
- » Objetivos de um projeto local de polícia comunitária
- » Planejamento Estratégico – Sugestão de Etapas
- » Conselho Comunitário de Segurança

d) Estratégias de Ensino

- » Exposições dialogadas;
- » Estudos de caso;
- » Simulações de reuniões participativas;
- » Uso de filmes e vídeos;
- » Pesquisa de campo;
- » Visitas a unidades que possuem conselhos comunitários de segurança.

e) Avaliação da aprendizagem

Avaliação contínua e processual durante os encontros através da participação ativa dos alunos em sala; trabalho realizado após pesquisa de campo; e/ou prova escrita.

f) Referências Bibliográficas

AMARAL, L. de Oliveira. **Direito e Segurança Pública a juridicidade operacional da polícia**. Brasília: Consulex., 2003.

ARNAUD, André-Jean. **Governar sem Fronteiras**. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007.

ARRUDA, Luiz Eduardo. O Líder Policial e suas Relações com os Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo. **São Paulo: A Força Policial**, n. 16, out/dez, 1997.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Lições de direito para a atividade das polícias militares e das forças armadas**. Jorge Cesar de Assis, Cícero Robson Coimbra Neves e Fernando Luiz Cunha. 6. ed. Curitiba:Juruá, 2005.

BALESTRERI R. et al. Paz nas escolas: o papel da polícia. In: **Na Inquietude da Paz**. Ministério da Justiça: CAPEC, 2001.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: Uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. In: **Seminário Polícia e Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro, 1999.

BECK, U., GIDDENS, A., LASCH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BITTNER, Egon. Policiamento em Áreas Deterioradas: Um estudo da Manutenção da Paz. In Florence Nightingale **Procurando Willie Sutton: Uma Teoria de Polícia**. Aspectos do Trabalho Policial. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. SKOLNICH, Jerome H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. São Paulo: Edusp; 2002.

BONUMA, H.; GUIMARÃES, Luiz A. B. **Uma Política Alternativa de Segurança com Participação Social: a Experiência de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

BONONI, José Carlos. Conselhos Comunitários de Segurança e o Policiamento Comunitário. São Paulo, **Direito Militar**, n. 15, jan/fev 1999.

BRAGHIROLI, Elaine Maria. **Temas de Psicologia social**. In BARGHIROLI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antônio, Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Violência Policial no Rio de Janeiro: mudança política e persistência institucional**. Entre a Lei e a Ordem. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

GRACIOSO, Francisco. **Propaganda Institucional: nova arma estratégica da empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Gênese – Fundação Educacional e Cultural, Para de Minas, 2002.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política**. Relações Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Cortez, 1998

JOHNSTON, L. **Modernidade Tardia, Governo e Policiamento**. Como Reconhecer um Bom Policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 4. São Paulo: EDUSP, 2002.

OSBORNE, David; GABLER, Ted. **Reinventando o Governo**: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público, 9. ed.. Brasília: MH Comunicação, 1997.

ONU - **Conjunto de Princípios para Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão**. Resolução 43/173 da Assembléia Geral, de 9 de dezembro de 1988.

OMS - OPAS Programas de prevenção do crime e da violência da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde.

REINER, Robert. **Processo ou Produto?** Problemas de Avaliação do Desempenho Policial Como Reconhecer um Bom Policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 4. São Paulo, EDUSP, 2002

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2006.

ROVER, C. **Para Servir e Proteger**: Manual para Instrutores. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998.

SÃO PAULO - Gestão Participativa: experiências inovadoras estaduais com ênfase na participação dos servidores.

SANDOVAL S. **A Cidadania em Construção**: uma Reflexão Transdisciplinar. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Edusp, 2002.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: Velho, Gilberto e Altivo, Marcos (orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

g) Referências na WEB

SENASP Apresentação da sobre Política Nacional de Segurança Pública (PowerPoint). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/encontro/Palestras/6>

BATISTA, Nilo. Imprensa e criminologia. O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

REVISTA Espaço Acadêmico sobre integração comunitária. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfelix.htm>

SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública - Pesquisas aplicadas, estatísticas, treinamentos, biblioteca. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/>

Disciplina: Abordagem sociopsicológica da violência e do crime

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Conceitos de violência e de crime em seus vários aspectos• Aspectos sociopsicológicos da violência• Principais fatores (sociais e psicológicos), considerando os vários grupos sociais, em especial aqueles mais vulneráveis• Mediações e contradições existentes entre as questões sociais e os fenômenos da violência• Influência da mídia no imaginário social	<ul style="list-style-type: none">• Compreensão das manifestações da violência• Tomada de decisão de acordo com o cenário• Planejamento de ações de prevenção e contenção da violência baseadas em informações científicas• Estabelecimento de estratégias de mediação a partir da análise das contradições	<ul style="list-style-type: none">• Segurança e equilíbrio na prevenção e contenção dos fenômenos violentos• Desconstrução dos mitos sobre a violência

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Já há algum tempo, esforços de pesquisa, tanto na área da sociologia quanto da história, vêm se voltando para o estudo da criminalidade e da violência, buscando elucidar o fenômeno em termos de suas variações no tempo em relação às estruturas e processos mais amplos e de longa duração. De um modo geral, as mudanças históricas acentuadas nos padrões de violência estariam relacionados a duas alterações de longo curso: as profundas mudanças culturais que modelam a sociedade moderna e, processo concomitante, a expansão do Estado moderno e seus aparatos de vigilância e controle social. De sorte que, poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência nos dias atuais, pois afetam toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. São conseqüências que se repercutem tanto no imaginário cotidiano das pessoas, como nas cifras extraordinárias a respeito dos custos diretos da criminalidade violenta.

Indispensável conhecer os modelos teóricos que abordam os eventos de crimes, nos seus três níveis de análise: individual, micro e macroestruturais. O nível individual enfoca o princípio da escolha racional em que ele pondera sobre custos e benefícios de ações criminosas. O nível micro enfoca os processos de

socialização, aprendizado e de introjeção de auto-controle produzidos pelos grupos de referência. O nível macroestrutural enfatiza os conflitos econômicos, os conflitos morais e culturais, a pressão pela aquisição de bens e a desigualdade de oportunidades.

Atualmente, as teorias científicas sobre a violência e a criminalidade são utilizadas para a compreensão e investigação do fenômeno criminoso, indagando porque determinadas pessoas são tratadas como criminosas; vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade, orientando na formulação de políticas públicas.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender o fenômeno da violência e do crime a partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Discutir as variáveis e os pressupostos dos diferentes modelos teóricos que abordam a violência e os eventos do crime, bem como as formas de intervenção nas ações de Segurança Pública.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Refletir sobre os fatores e situações inerentes à violência e à criminalidade, de acordo com o espaço público de sua atuação.

c) Conteúdo

Introdução ao estudo da Sociologia da Violência e Criminalidade

- Tipos de violência
 - » O crime como problema social e suas raízes históricas
 - » O crime como problema sociológico: modelos teóricos
 - » A condição humana e seu componente de agressividade
 - » Comportamentos psicopatológicos
 - » Violência, criminalidade e o papel da mídia

d) Estratégias de ensino-aprendizagem

- » Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- » Projeção de vídeos e outras mídias;
- » Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, Internet, reportagens da imprensa em geral;
- » Estudo de casos e convidados especiais do campo da sociologia do crime.

e) Avaliação de aprendizagem

» Debates em grupo. Redação de textos referentes a tópicos da temática. Avaliação escrita.

f) Referências Bibliográficas

AMERICAS WATCH, 1993. **Violência Policial Urbana no Brasil: Mortes e Tortura pela Polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos Últimos Cinco Anos, 1987-1992.** São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/ Universidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa.

ADORNO de Lima, S.F. **Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático.** Rio de Janeiro: BIB, 1993.

AMADOR, F.S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2002

AMORIM, Carlos. **CV-PCC A Irmandade do Crime.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ATHAYDE, Celso; BILL, M. W.; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66.** A história da polícia que mata. 8. ed. São Paulo: Globo, 1992.

BRETAS, Marcos **A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997.

_____. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930.** Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

BEZERRA, J.L. Os impasses da cidadania: Infância e Adolescência no Brasil, Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de Psicanálise: Introdução à Psicologia Psicanalítica.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão, Causas e Alternativas.** São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça/SENASP. **Guia para a prevenção do Crime e da Violência.** Brasília: SENASP. 2005.

CALDEIRA, T. **Direitos humanos ou privilégio de bandidos?** Novos Estudos CEBRSP. São Paulo: CEBRAPjul, 1991.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil.** Rio De Janeiro: 7 letras, 2001.

UNIÃO DE MULHERES de São Paulo. **Cartilha: Conheça seus Direitos: Violência Doméstica e Sexual.** 2. Ed. São Paulo, 2001.

CERQUEIRA CMN. **Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade.** Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1996.

CRUZ NETO, O.; MINAYO, M. C. S. **Extermínio: violentação e banalização da vida.** Cadernos de Saúde Pública, 10. 1994.

DAMATTA, Roberto. **Os discursos da violência no Brasil**. Conta de Mentiroso: Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do Dilema Brasileiro. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distingção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FERRACUTI, Franco; Wolfgang M. E. O Comportamento Agressivo Violento como Fenômeno Sociopsicológico. In FERRACUTI, Franco. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

GREGORI, M.S. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra- Anpocs, 1993.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência**. Um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2002.

MISSE, Michel. Reflexões sobre a Violência Urbana. In FEGHALLI, Jandira et al (orgs.) **Segurança e (Des) Esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MINAYO, M. C. (Org.) **Os Limites da Exclusão Social**: Meninos e Meninas de Rua no Brasil. São Paulo: Hucitec. 1993.

MORIN, E. **Meus demônios**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1995.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. Revista Polícia e Sociedade. v.10. São Paulo: EDUSP, 2002.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRATES FC. **Adolescente infrator**. Curitiba: Juruá, 2001.

PINHEIRO, Paulo S. **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garmond 1998.

PAIXÃO., A.L. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez e Associados, 1987.

QUINNEY, Richard. O Controle do Crime na Sociedade Capitalista: uma Filosofia Crítica da Ordem Legal. In TAYLOR; WALTON; YOUNG. **Criminologia Crítica**. São Paulo: Graal, 1980.

RIBEIRO, R. Da política da corrupção. In: **A sociedade contra o social**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SANTOS, Wanderley G **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARAIVA, Railda. **Poder, violência e criminalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SILVA, D.B.N. et al. Determinantes do desemprego em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional de Estudos do Trabalho** 6: ABET, 1999.

SODRÉ, M. **O Social Irrradiado**: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia. Rio de Janeiro: Cortez. 1992.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do Medo**: Vida e morte do Delegado Paranhos Fleury. Editora Globo, 2003.

STREY, Marlene Neves et al. **Violência Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TRINDADE, J. **Delinqüência juvenil**: uma abordagem transcisciplinar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SENASP **Curso de ensino a distância**: Violência, criminalidade e prevenção. Material Complementar: Magnitude da Violência e do Crime. 2007.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva). Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência**. Tempo social: revista de sociologia da USP, São Paulo, 1997.

g) Referências na WEB

ADORNO S. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. Disponível em: <http://www.nevusp.org/portugues/index>.

BRATTON, William J.; ANDREWS, William. (1999), **Delito e Castigo**: O Que aprendemos Sobre Policiamento. Manhattan Institute for Policy Research. Disponível em: http://www.manhattan-institute.org/html/_cj-delito_e_castigo.htm

BALLONE GJ - Depressão e Ansiedade. In **PsiquWeb**: Psiquiatria Geral. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/depansi.html>.

BRASIL. **Guia para a prevenção do crime e da Violência**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. SENASP. Disponível em: www.mj.gov.br

CESec/IPEA (2000). **Violência, criminalidade e segurança pública**. Uma discussão sobre bases de dados e questões metodológicas. Disponível em: <http://www.ucam.edu.br/cesec/publicacoes/textos.asp>

HARRIES, Keith. Mapeamento da Criminalidade. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/livro.htm>

MANSO, Bruno P.; FARIA, Mariluce de Araújo; GALL, Norman. **Diadema/SP/BR**: do Faroeste para a Vida Civilizada na Periferia de São Paulo. Disponível em: <http://www.flacso.cl/flacso/documentos>

NECVU. Núcleo de estudos sobre violência. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>

PAIXÃO, A,L,, BEATO, C,C. **Crimes, vítimas e policiais**: Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol09n1/crimes.pdf.

SOARES, Glauco A. D Um data base integrado sobre a violência no Brasil: Idéias para um Pré-Projeto Interinstitucional de Pesquisa. Fórum de Debates Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas, Cesec/Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.2000. Disponível em: <http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/textos.asp>

Disciplina: Criminologia aplicada à segurança pública

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Abordagem histórica• Etiologia do crime• Características dos crimes mais comuns• Política criminal, prevenção• Vitimologia e vitimodogmática	<ul style="list-style-type: none">• Análise da incidência criminal no contexto social• Utilização de técnicas de prevenção e controle• Análise da conduta da vítima no contexto do crime no processo legislativo e no processo penal.	<ul style="list-style-type: none">• Segurança e equilíbrio na prevenção e contenção dos fenômenos violentos e criminosos

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

A violência é tão antiga quanto a própria humanidade. O delito, em determinado período, chegou a ser identificado com o pecado, época em que o suplício é a ante-sala da pena de morte.

A Criminologia clássica asseverava que o indivíduo agia livremente, pois era detentor de livre arbítrio, sendo por isto, inteiramente responsável por seus atos. Com o surgimento do método de investigação positivo, o crime passou a ser objeto de investigação científica, não como ente abstrato, mas sim, no seu aspecto fenomênico, juntamente com o homem delinqüente, agora centro de investigações das ciências criminológicas. Neste clima, nascia a Escola Positiva Italiana e, com ela, a Criminologia científica.

O delito passava a ser concebido como fato real, natural, não derivando seu cometimento de mera contradição imposta pela norma. Sua compreensão e o estudo de suas causas eram inseparáveis do delinqüente. Para o Positivismo criminológico, o estudo do criminoso estava acima do próprio exame do ilícito praticado. A Escola Positivista, no campo científico, fez premente o estudo do delinqüente como possuidor de uma personalidade reveladora de maior ou menor periculosidade, e contra o qual se devia dirigir uma apropriada defesa social, largamente incentivada pelo uso das medidas de segurança, inclusive como substitutas da própria pena.

Os estudos do crime e do criminoso ganham vulto a partir da obra do médico italiano Cesare Lombroso, *L'Uomo Delinqüente*, publicada em 1876, que exibia a figura do "criminoso nato". Desenvolveu-se, assim, a antropologia criminal, mais tarde denominada Criminologia, muito embora o termo tenha sido empregado pela primeira vez na obra de Raffaele Garofalo, em 1885, também de orientação positivista, que preconizava que o indivíduo agia por impulso determinado pela sua compleição anormal, não constituindo o seu agir em manifestação livre de sua vontade.

Muito se passou, e tivemos a Criminologia do início do século XX, com a Escola de Chicago (precursora da teoria Broken Windows, que origina a idéia da "tolerância zero" como neoretributivismo contemporâneo), tivemos as teorias da anomia, da associação diferencial, do colarinho branco, entre tantas. Na década de sessenta, surge em nosso panorama sociocriminal a denominada Criminologia crítica ou nova Criminologia, baseada na teoria do etiquetamento ou *labeling approach*, movimento científico caracteriza-

do não pelo estudo das características do criminoso ou o que leva a delinquir, mas pelos órgãos de controle como responsáveis pela produção normativa e por sua aplicação. Crítica ferrenhamente a Criminologia tradicional e questiona, ao invés do “porquê” do crime, a razão da seleção de determinadas condutas criminosas. Desta forma, o foco não se concentra mais nos motivos que levam o agente a delinquir, mas nos critérios utilizados pelos órgãos de controle na seleção dessas condutas¹.

No âmbito da ciência criminológica, o delinqüente é visto, hoje, como uma pessoa que possui características comuns à maioria da comunidade na qual se insere. É um ser humano do seu tempo, ou seja, influenciado tanto por sua herança genética, como pelo seu entorno. É plenamente suscetível a um incessante e dinâmico processo de interação com os outros indivíduos e o próprio meio em que vive. É, em suma, um ser perfectível, sempre em evolução, que almeja um futuro e pode ultrapassar seus condicionamentos. Sabendo que o ser humano não é apenas um ser biológico, reveste-se de importância o conhecimento de sua história, cultura e experiências, pessoais e coletivas. A Criminologia reúne estes conhecimentos variados objetivando subsidiar dados para uma intervenção positiva no âmbito da segurança pública.

Atualmente, a Criminologia ostenta rigoroso caráter científico e é definida como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social, e que trata de subministrar uma informação válida sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplando este como problema individual e como problema social –, assim como sobre os programas de prevenção eficazes e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito. São estudos que em muito interessam ao campo da segurança pública, compensando o desmedido biologismo positivista que lhe deu origem, interessando-lhe mais prevenir eficazmente o delito, substituindo conceitos meramente repressivos ou então de “tratamento”, pelo de “intervenção”, em consonância com o substrato real, individual e comunitário do fenômeno delitivo.

O indivíduo não é um ser solitário com sua liberdade (como pensavam os clássicos, defensores da tese do livre arbítrio), nem um prisioneiro do seu código genético, nem mesmo um inválido ou vítima da sociedade, mas sim um ente em constante processo de interação consigo mesmo e com o meio que o cerca². A vítima também adquiriu um papel relevante no estudo da criminologia, através da vitimologia, entendido como a necessidade de se verificar a “real” função que esta desempenha no decorrer do delito. Este enfoque carrega uma imagem mais real e dinâmica da vítima, de seu comportamento, de suas relações com os demais protagonistas do delito, e da correlação das forças que convergem para o acontecimento criminal. Apesar disso, ela continua esquecida dentro do processo penal brasileiro. Por outro lado, o papel da vítima tem sido utilizado para fomentar verdadeiras “guerras santas” dentro do Direito Penal, o qual não deve ser utilizado para acalmar sentimentos psicossociais ou necessidades de vingança coletiva, o que é estudado através da vitimodogmática.

Sobre a importância do estudo do controle social pela Criminologia há que se verificar vários meios ou sistemas normativos, com distintas estratégias e modalidades de penas. A prevenção eficaz do crime não deve limitar-se tão somente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, mas também, da melhor integração das instâncias de controle social formal e informal.

É, pois, uma ciência empírica, uma ciência do “ser”, e dista do paradigma causal-explicativo acolhido pelo positivismo naturalista, com base em pretensões de segurança e certeza. Este novo modelo de saber científico, mais relativo, provisório e inacabado demonstra que o ser humano transcende à “causalidade”, à “relatividade” e à “força”, sendo sujeito e não objeto da história.

Portanto, para a compreensão, interpretação, manejo e aplicação eficiente de políticas de segurança pública são necessários o domínio de marcos teóricos robustos, conceitos esclarecedores e um conjunto de princípios ordenados e orgânicos acerca do delito, do delinqüente, da vítima e dos instrumentos de controle social.

1 DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia**: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra, 1984, p. 43.

2 GARCIA; PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flavio. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos. 2. ed. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, 1997.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Interpretar as diversas teorias de micro e macrocriminologia, bem como os fatores que influenciam na criminalidade e na violência apresentadas pela sociedade contemporânea.
 - » Compreender o paradigma da reação social e suas decorrências.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar a informática no tratamento de dados de modo a obter uma interpretação dirigida pelas informações e estatísticas de registro da criminalidade e da violência;
 - » Avaliar os sistemas de controle social, a implementação de políticas criminais e de segurança pública e a questão da violência institucional.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Valorizar uma práxis em segurança pública voltada à proteção da sociedade, aliada ao respeito máximo aos direitos e garantias fundamentais individuais.

c) Conteúdos

- » Criminologia, conceito, objetos, métodos e funções.
- » O princípio da secularização – análise pré-moderna e contemporânea do paradigma inquisitorial.
- » O autor do delito frente ao paradigma etiológico:
- » Raízes da ideologia da Defesa Social. **Microcriminologia:** teorias biológicas, psicológicas e psiquiátricas; teorias da aprendizagem; teoria da socialização deficiente (teorias ecológicas da Escola de Chicago; teoria dos lares destruídos (Broken Homes); teoria da associação diferencial; teoria da subcultura e neutralização. **Macrocriminologia:** teoria da estrutura social defensiva; teoria da anomia.
- » A Teoria do Etiquetamento ou da Rotulação – presente e futuro.
- » O paradigma da reação social – a grande transformação. Teorias das penas, destacando a questão da ressocialização.
- » A Criminologia crítica frente ao paradigma da neo-criminalização: neo-retributivismo; teoria das janelas quebradas (Broken Windows), tolerância zero, prevenção situacional, Direito Penal do inimigo, teorias da pena..
- » Política criminal. Estatística criminal. Mapeamento criminológico. Prevenção criminal.
- » Políticas criminais alternativas: minimalismo, abolicionismo, justiça restaurativa, garantismo, descriminalização, reparação do dano e medidas de segurança.
- » Vitimologia e vitimodogmática: pesquisas de vitimização; a histórica “neutralização” da vítima no processo penal; delitos sem vítima; vitimologia e vitimodogmática.

d) Estratégias de Ensino

- » Estudo de casos reais.
- » Estudos e análises dos mesmos subsidiados pelos conhecimentos adquiridos na disciplina.
- » Seminários e debates
- » Aulas práticas
- » Estudo de textos
- » Uso de imagens e vídeos.

e) Avaliação

- » Será feita por meio da participação do aluno em atividades que tenham que utilizar os conhecimentos adquiridos, levando em consideração o seu potencial analítico e os instrumentos de formulação de políticas públicas na administração da criminalidade e da violência.

f) Referências Bibliográficas

- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito penal**: introdução à sociologia do direito. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, 1993.
- BORGES DOS REIS, Al bani; et al. **Tratado de Perícias Criminalísticas**: Identificação Humana. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.
- DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manoel da Costa Andrade. **Criminologia**: O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- DONICCI, V.L. **Polícia, guardiã da sociedade ou parceira do crime**: um estudo de Criminologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária,. 1990.
- ESTUDOS AVANÇADOS. **Dossiê Crime Organizado**. Volume 21, n. 61, São Paulo: USP,2007.
- FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de Computador e Segurança Computacional**. Campinas: Millenium, 2008.
- GARCÍA-PABLO DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. 4. ed. rev., atual. e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- KOSOVSKI, Éster; JR. HEITOR, P. **Vitimologia e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Vitimologia, 2005.
- LIMA, Sérgio Renato S. de. **Criminalidade Urbana**: Conflitos sociais e Criminalidade Urbana. Uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- MOLINA, Antonio Garcia-Pablos et al. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. **Criminologia**: Uma introdução a seus fundamentos teóricos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- MORETZSOHN, Sylvia. **O caso Tim Lopes**: o mito da mídia cidadã. In Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, n. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2º semestre de 2002.
- NESPP/ACADEPOL. **Criminologia**. Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa, ano 2, n. 2,, Belo Horizonte, ago, 2007.
- SILVA, Jorge da. **Segurança Pública e Polícia**: criminologia crítica aplicada. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- _____. **Controle da criminalidade e segurança pública na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia clínica e Psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policimento Comunitário**. São Paulo: Edusp, 2002.
- ZALUAR, Alba. Crime e Violência. In: MICELLI, Sérgio. **O que ler na Ciência Social Brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 1999.

g) Referências na WEB

- CNPCT. Comitê Nacional para Prevenção da Tortura no Brasil Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Disponível em: www.radiobras.gov.br.
- Harries, Keith. **Mapeamento da criminalidade**: princípios e prática. Disponível em: www.crisp.ufmg.br/livro.htm.

Disciplina: Análise de Cenários e Riscos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Estudos das variáveis que contribuem potencialmente para situações de riscos• Caracterização dos riscos• Condições dos riscos• Legislações pertinentes• Medidas de prevenção de riscos	<ul style="list-style-type: none">• Identificação, análise e prevenção dos riscos• Tomada de decisão de acordo com o cenário apresentado• Reflexão e formação de problemas e encaminhamento de soluções	<ul style="list-style-type: none">• Segurança e equilíbrio na tomada de decisão• Compromisso• Formular os problemas e encaminhar soluções que reflitam seu compromisso humano de agir conscientemente sobre a realidade, transformando-a e transformando-se em algo sempre novo e melhor• Senso de percepção de risco

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

O estudo desta disciplina está relacionado com o estudo de conhecimentos teóricos e práticos sobre o conceito de cenários e riscos, técnicas avançadas de comunicação, relação de ajuda e intervenção da autoridade pública, de forma a incutir nos futuros profissionais de segurança pública o senso de percepção de risco e desenvolver sua capacidade de auto-avaliação e autoconfiança nas suas intervenções, características importantes para melhoria da qualidade dos serviços que prestará à sociedade.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Avaliar situações de risco a partir de cenários de forma a evitar/ intervir em eventos adversos.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Aplicar processos de intervenção num evento adverso, consoante à função do profissional de segurança pública (polícia ostensiva, polícia judiciária ou bombeiro-militar e defesa civil)
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer a importância de lidar com o estudo cenários para antever riscos e evitar desastres.

c) Conteúdos

- » Cenário. Ameaça e vulnerabilidade. Risco. Percepção de risco. Análise de risco. Tipos de risco. Mapa de risco. Antecipação e prevenção do risco.
- » Evento adverso. Fases e etapas dos eventos adversos. Observação e análise de um evento adverso. Avaliação da situação das pessoas. Alerta e Alarme. Processos de intervenção em eventos adversos. Processos de resolução de problemas aplicados aos eventos adversos.
- » Métodos, técnicas e ferramentas que possibilitem avaliar cenários e riscos.

d) Metodologia

- » Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas.
- » Estudos de caso.
- » Simulações.

e) Avaliação

- » Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizadas provas escritas.
- » Para a prática deverá ser organizado um estudo de campo em uma região na comunidade onde possam ser trabalhados os principais pontos do conteúdo.

f) Referências Bibliográficas

BARROS NETO, Tito Paes de. **Sem medo de ter medo**: um guia prático para ajudar pessoas com pânico, fobias, obsessões, compulsões e estresse. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. **Fundamentos doutrinários**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001.

BRASIL. **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.

BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos**. (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.

BRASIL. **Política nacional de defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000.

BRASIL. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000.

FLEURY, Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. (coord). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

MONJARDET, Dominique. Profissionalismo e mediação da ação policial. antropolítica. n. 10/11, set/out. 2001.

PIQUET CARNEIRO, et al **Estratégias de Controle da Violência Policial**: notas de pesquisa, Políticas de Segurança Pública: Dimensão da formação e impactos sociais. Org.: ZAVERUCHA, Jorge, et al. Recife, Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. A administração de conflitos no Brasil: A lógica da punição. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.) **A cidadania e a violência**. 1996.

_____. Policia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço publico. In **Revista Sociologia e Política**, 15, nov.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: **O trabalho e a rua**: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

ZAVERUCHA, Jorge (Org.). **Políticas de Segurança Pública**: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

g) Referências na WEB

BATISTA, Nilo. **Em nome da “justiça”, contra o direito**: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

PORTO, M.S.G. **Polícia e violência**: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

PIÑON, C.P. As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1293, Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9392>.

Disciplina: Direitos Humanos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Aspectos éticos, históricos, culturais, legais• Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais• Estatuto da Criança e do Adolescente• Estatuto do idoso• Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais• Direitos difusos• O profissional de segurança pública frente aos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none">• Observância aos direitos humanos nas atividades exercidas• Reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis• Planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política• Tratamento adequado a grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none">• Sensibilidade para a percepção do ser humano como titular de direitos• Solidariedade na ação de servir e proteger, e o compromisso com o “bem-estar” de quem recebe cuidado, respeitando-o como cidadão, em qualquer circunstância• Desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Os Direitos Humanos cumprem uma trajetória de autodeterminação que se afirmou decisivamente na metade do século XX, com a emblemática Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento que encerra toda a luta da civilização pela liberdade e a justiça.

Esta pujante vocação dos povos se acha historicamente registrada em documentos como: Carta Magna da Inglaterra (1215); Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, EUA (1776); Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), aprovada pela Assembléia Constituinte Francesa; Declaração Norte Americana que se seguiu a Constituição aprovada na Filadélfia (1787), 1918 – Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado – Rússia (1918).

Não obstante a impressionante evolução das legislações nacionais e internacionais, do incremento de mecanismos jurídicos e institucionais em defesa e promoção dos Direitos Humanos, o século XX se encerra com um notável déficit de conquistas reais, nos campos dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Diante disso, o problema se põe como prioritário na agenda das democracias contemporâneas, constituindo verdadeira ameaça à normalidade institucional, diante da violência crescente, debitada até ao próprio Estado, cuja crise está a exigir uma reconceitualização de modelos.

No Brasil, a disciplina se afirma pelo enfoque jurídico-constitucional desde o Império, cuja Constituição de 1824 já trazia dispositivos próprios.

O período republicano também registra a opção formal pelos Direitos Humanos, mas a fragilidade das instituições democráticas vem comprometendo a sua afirmação histórica concreta.

Agora, com a difusão do tema pela sociedade civil e o aumento da capacidade de organização e mobilização popular, os Direitos Humanos vêm recuperando a sua importância como tema central de uma luta supra-ideológica: a opção da civilização contra a barbárie.

Com a retomada da democracia no Brasil a Constituição Federal de 1988 legitimou e instituiu os Direitos Humanos como um dos fundamentos éticos e jurídicos do processo de reforma do corpo jurídico e institucional do país.

O processo de redemocratização implicou na necessidade de novos parâmetros jurídicos de proteção dos direitos humanos, demandando ao Estado de Direito a necessidade de mudanças na cultura e nas práticas organizacionais e sociais.

Os direitos humanos se inserem como parâmetro e conteúdo no processo de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública no Brasil a partir da década de 90, quando o Ministério da Justiça iniciou, com o apoio de organizações internacionais e nacionais de direitos humanos, a capacitação de gestores e profissionais da segurança pública. Em 1996, com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a educação em direitos humanos passou a ser uma das linhas de ação significativas para nortear as políticas públicas.

Considerando a necessidade de prevenir a violência institucional ainda freqüente nas práticas dos agentes públicos e proporcionar ações com vistas à construção de cultura de respeito aos direitos humanos, os Programas Nacionais de Direitos Humanos – PNDH I e II no contexto da década da educação em direitos humanos estabelecido pela ONU formularam um conjunto de metas de ações focadas na formação e na capacitação na perspectiva dos direitos humanos.

Com a criação da Secretaria da Segurança Pública – SENASP no Ministério da Justiça, o Governo Federal e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública, os direitos humanos como tema transversal no processo de formação e capacitação foi instituído por meio da Matriz Curricular Nacional, resultado dessa nova cultura e gestão da política de segurança pública, que considera a necessidade da transversalidade e da especificidade dos direitos humanos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

A questão dos Direitos Humanos aplicados à ação dos profissionais de segurança pública está cercada de mitos e equívocos que atravessam o imaginário social e, particularmente, a cultura tradicional dos órgãos mantenedores da segurança pública. Apesar dos avanços, tem prevalecido uma visão de antagonismo entre os dois. O profissional de segurança pública eficiente e profissionalizado em padrões de excelência precisa estar eticamente comprometido com os Direitos Humanos, como referência primordial de sua ação técnica, dando, assim, uma resposta aos anseios de justiça e legalidade do sistema democrático, sem prejuízo da eficiência e força na prevenção e repressão do crime.

Direitos humanos e atividade do profissional de segurança pública ainda soam como pólos antagônicos no imaginário público. Tal situação se deve a uma série de fatores históricos e culturais que a cada dia vêm sendo superados pela consciência cívica da população brasileira, pelos esforços dos governantes sérios e pela dedicação de dirigentes públicos comprometidos com a ética e a democracia. Assim sendo, é necessário que o profissional de segurança pública entenda que a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana é uma obrigação de Estado e governos em favor da sociedade, e que o policial é um dos agentes da promoção e proteção desses direitos.

O correto posicionamento do profissional de segurança pública dentro dos valores universais dos Direitos Humanos é a garantia de uma segurança pública cada vez mais acreditada pelo cidadão e cada vez mais prestigiada pelo poder político da sociedade. Nesta perspectiva os órgãos policiais se credenciam a cercar-se de eficientes instrumentos institucionais e materiais para que o combate ao crime seja rigoroso e pacificador.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos Direitos Humanos.
 - » Construir, a partir da vivência pessoal, uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos.
 - » Analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos Direitos Humanos e a ação do profissional de Segurança Pública.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de segurança pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Interagir com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos direitos humanos.
 - » Sensibilizar os profissionais de Segurança Pública para o protagonismo em Direitos Humanos.
 - » Reconhecer a inserção dos Direitos Humanos como Política Pública no Brasil e a inclusão na Política Nacional da Segurança Pública.
 - » Reconhecer e debater os princípios constitucionais e as normas dos Direitos Humanos que regem a atividade do profissional da área de segurança pública.

c) Conteúdos

Tópicos a serem abordados:

- Introdução
 - » Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas (sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos e buscar uma reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis). História social e conceitual dos Direitos Humanos e fundamentos históricos e filosóficos.
 - » Desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões Ético-Filosófica, Histórica, Jurídica, Cultural, Econômica, Psicológica e Político-Institucional dos Direitos Humanos na ação do profissional da área de Segurança Pública.
- Contextualização
 - » A ação do profissional de segurança pública nos mecanismos de proteção Internacionais e Nacionais dos Direitos Humanos.
 - » Fontes, sistemas e normas de Direitos Humanos na Aplicação da Lei: Sistema Universal (ONU), Sistemas Regionais de Direitos Humanos. O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OEA).

- » Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política.
- » Programa Nacional de Direitos Humanos, a Segurança Pública e o Sistema Nacional de Direitos Humanos.
- » Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais.
- » O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos vulneráveis. Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa.
- » A cidadania do profissional da área de Segurança Pública.

d) Estratégias de ensino

História de vida, elaboração conceitual dos direitos humanos (construir, a partir da vivência pessoal, uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos).

Aulas expositivas de caráter teórico, recursos grupais (discussão em grupo, dinâmicas de grupo, jogos dramáticos, seminários com pessoas e entidades governamentais e não-governamentais de promoção e defesa dos Direitos Humanos e operadores do direito). Visitas a instituições de proteção e defesa da criança e do adolescente.

A análise e discussão de textos doutrinários e legais, com uso de recursos audiovisuais, proporcionarão condições aos alunos para uma reflexão consciente e voltada para propostas concretas de ação do profissional da área de segurança pública, investigando técnicas de uso da força com a observação rigorosa da legalidade. Deve-se priorizar a integração e participação, em regime de debates, de personalidades notoriamente ligadas à promoção dos Direitos Humanos. Mesas redondas, painéis, seminários que são fundamentais como estratégia.

e) Avaliação da aprendizagem

A avaliação será feita por meio de debates em grupo e redação de textos individuais e coletivos, contendo as produções realizadas em sala de aula (oficinas) e reflexões teóricas dos alunos, elaboradas a partir das aulas, de questões apresentadas pelos educadores e das leituras indicadas pelos educadores.

f) Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Guilherme Assis de. Direitos Humanos e não-violência. São Paulo: Atlas; 2001.

BRANDÃO, Adelino. **Direito racial brasileiro:** teoria e prática. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos:** do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

_____. **Direitos humanos:** coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo.** São Paulo: Moderna, 1994.

BRISSAC, Chantal. **Quem é você, mulher?** São Paulo: Mercuryo, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CORDEIRO, Bernadete M.P.; SILVA, Suamy. S. **Direitos Humanos**: referencial prático para docentes do ensino policial. 2. ed. Brasília: CICV, 2005.

DELMAS-MARTY, Mireille. **A Imprecisão do Direito**: do Código Penal aos Direitos Humanos. São Paulo: Manole, 2005.

DOTTI, René Ariel. **Declaração universal dos direitos do homem**: 50 anos e notas da legislação brasileira. Curitiba: J.M., 1998.

FARIA, Jose Eduardo. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros, 2005.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, J.B.B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: (o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). Renovar: Rio de Janeiro, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos**: a construção universal de uma utopia. Aparecida: Santuário, 1997.

_____. João Baptista. **Curso de Direitos Humanos**: Gênese dos Direitos Humanos. v 1. São Paulo: Acadêmica, 1994.

JESUS, José Lauri Bueno. **Polícia Militar e Direitos Humanos**: Segurança Pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá; 2004.

LAFER, C. **Reconstrução dos Direitos Humanos**: um diálogo como pensamento de Hannah Arendt São Paulo: Companhia das letras, 1988.

LEAL, Rogério Gesta. **Direitos Humanos no Brasil**: desafios à Democracia. Porto Alegre: Do Advogado; 1997.

LEMOS M.V.R.B. **Direitos humanos 1995-2002**: políticas públicas de promoção e proteção. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

LOUREIRO, S.M.S. **Tratados internacionais sobre direitos humanos na constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LIMA, Roberto Kant de. Espaço Público, Sistemas de Controle Social e Práticas Policiais: o caso brasileiro em perspectiva comparada. In: NOVAES, Regina (org.) **Direitos Humanos**: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos Humanos e conflitos armados**. Rio de Janeiro: Renovar; 1997.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. Teoria Geral. Comentários aos arts. 1º a 5ºda Constituição da República Federativa do Brasil. Doutrina e Jurisprudência. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, Bismael B. (coord.). Segurança Pública e Direitos Individuais. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

ONU – Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, 1966. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**: mito e realidade. São Paulo: Ática, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

ROBLES, G. **Os Direitos Fundamentais e a Ética na Sociedade Atual**. São Paulo: Manole, 2005.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos fundamentais e suas características. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política 29/55**. São Paulo: RT, out/dez 1999.

SEDH. **Demandas por direitos para uma Política de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

SILVA, Suamy **Teoria e prática da educação em Direitos Humanos nas Instituições Policiais Brasileiras**. (s.l.) Edições CAPEC, 2003.

SILVA, José Afonso da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÉVE, Clèmerson Merlin, SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (coords.). **Direitos Humanos e Democracia**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SARLET, I.W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

g) Referências na WEB

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA e do Adolescente Yves de Roussan. CEDECA – BA. Disponível em: <http://www.violenciasexual.org.br/>

COMITÊ INTERNACIONAL da Cruz Vermelha (CICV) Direito Internacional Humanitário. Disponível em: www.icrc.org/web/por/sitepor0.nsf/iwplList2/About_the_ICRC?OpenDocument

DIREITO DO IDOSO compõe-se de uma coletânea de informações jurídicas. Disponível em: <http://www.direitoidoso.com.br/>

REDE DE DIREITOS HUMANOS & Cultura Macro-Temas: Direitos Humanos; Desejos Humanos; Cibercidadania; Memória Histórica; Educação & Direitos Humanos, Arte, Cultura. Disponível em: www.dhnet.org.br

SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: www.presidencia.gov.br/sedh/

LEITE, Soares Hebert. A hermenêutica constitucional clássica e contemporânea como requisito para a reinterpretarção e reconstrução jurídica no Estado Democrático de Direito: uma discussão acerca da aplicação e do conceito de racismo na Constituição brasileira de 1988. Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. Crítica à incriminação do racismo. Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina.

Disciplina: Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Concepção epistemológica do Direito e sua função social• Competências dos ramos do direito aplicados às atividades de Segurança Pública (penal, processual penal, civil constitucional, administrativa e ambiental)	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação em casos concretos• Análise dos princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none">• Atenção aos Fundamentos do processo decisório do Estado• Reconhecimento de que o conhecimento Jurídico é apenas uma ferramenta no exercício de sua profissão• Respeito aos princípios e normas jurídicas estabelecidas na Constituição Federal e no ordenamento jurídico infraconstitucional

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

A implementação da disciplina cultura e conhecimento jurídico tem que ter em vista a atuação do profissional em Segurança Pública no Estado Democrático de Direito e implica no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro e universal, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades policiais, de forma indissociada das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática técnico/profissional.

Cabe ressaltar que os conhecimentos específicos e aprofundados de cada ramo do direito deverão ser realizados pelas disciplinas específicas do curso de formação de cada cargo que compõe o Sistema de Segurança Pública.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Discutir sobre o Direito como construção sociocultural.
 - » Compreender o sistema de justiça criminal, abrangendo os órgãos que o Estado se vale para tanto (Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo) e suas funções típicas.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Analisar os princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na Segurança Pública.

- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer que o conhecimento Jurídico é apenas uma dimensão balizar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

c) Conteúdos

- Introdução ao estudo do direito:
 - » Noções sobre princípios e classificação do direito (Direito publico, privado e os vários ramos do Direito).
 - » Direito, moral e cultura.
- Estado – conceito e organização:
 - » Funções governamentais (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- Sistema de justiça criminal
 - » Funções e atores da justiça criminal (Policias, Ministério Público, Defensoria, Magistratura e Sistema Prisional).

d) Estratégias de Ensino (Metodologia)

A abordagem pedagógica dar-se-á de forma a prestigiar o processo de aprendizagem que instrumentalize o profissional de segurança pública, direcionando suas ações pautadas no processo de construção do conhecimento jurídico, ético e técnico, formando uma perspectiva do ser que pensa, decide e age. Desta forma priorizaremos aulas expositivas, trabalhos grupais, como forma de tornar possível a interação e inter-relação do grupo, jogos e estudos de casos.

e) Avaliação de aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem será individual, escrita e/ou oral e por observação do professor.

f) Referências Bibliográficas

- ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao código penal militar**. v.2, parte especial. Curitiba: Juruá, 2001.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: EDIPRO, 1999.
- BONFIM, Edílson; CAPEZ, Fernando. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. São Paulo: Malheiros, 2001.
- _____. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.
- CANOTILHO, J. J. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- COSTA, T.P. **Dignidade da pessoa humana diante da sanção penal**. São Paulo: Fiúza, 2004.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FAYET JÚNIOR, Ney et al **A sociedade, a violência e o direito penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

GARCIA, Ismar Estulano. **Procedimento policial: inquérito**. 8. ed. AB, 1999.

GASPARINI, D. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva.

MALCHER, José Lisboa da Gama. **Manual de processo penal**. v. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito**. Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense. 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORIN, Edgar. **O Método III**. O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NUNES, Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PUPIN, Aloisio A. C. Barros; PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. **Armas: aspectos jurídicos e técnicos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

STANG José Airton. **Inquérito policial: atualidades e perspectivas**. São Miguel do Oeste: Arco Íris, 2000.

SANTOS, F.F. dos. **Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Instituto Brasileiro de Direito Constitucional. São Paulo: 1999.

SILVA, J.A. **Curso de direito constitucional positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005.

g) Referências na WEB

Silva P 1998. Vocabulário Jurídico. Forense Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/senasp/mapa>>

Disciplina: Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Conceitos de conflito e resolução pacífica de conflitos• Situações de conflito• Tipos de conflitos• Alternativas conjuntas de solução• Características dos meios de resolução pacífica de conflitos: arbitragem, negociação, conciliação e mediação• Relação Segurança Pública e resolução pacífica de conflitos	<ul style="list-style-type: none">• Análise dos meios de resolução pacífica de conflitos• Utilização de técnicas que auxiliem nos processos de mediação de conflito em conjunto com a comunidade• Elaboração de estratégias que favoreçam a prevenção de conflitos	<ul style="list-style-type: none">• Compreensão das características da sociedade e das comunidades que favorecem o conflito• Reconhecimento das formas diferenciadas para atender as situações de conflito• Contribuição para a cidadania• Atuação no âmbito das orientações para resolução de conflitos

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Os instrumentos tradicionais de administração de conflitos interpessoais não têm demonstrado eficácia em gerar transformação nas relações, a ponto de evitar a reincidência e crescimento à violência. E muitas vezes impõem o uso do poder e da força, num itinerário de retroalimentação, que fomenta ainda mais esse ciclo vicioso. Isso quando não há o recorrente e indevido envolvimento do profissional, que acaba enredado pelo contexto de conflito e violência, passando a fazer parte dele.

Os Meios de Resolução Pacífica de Conflitos – ADRs e os recursos metodológicos de que se servem no Sistema Único de Segurança Pública e, principalmente, a Polícia Comunitária, vêm, de um lado, como um instrumental de auxílio na intervenção das polícias e guardas, em momentos em que o confronto não se faça necessário e, de outro, como meio à sua integração, às ações comunitárias, dos gestores públicos e operadores do direito.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Conceituar conflito e resolução pacífica de conflitos.
 - » Identificar situações de conflito e buscar alternativas conjuntas de solução.
 - » Caracterizar as ADRs (arbitragem, negociação, conciliação e mediação).
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar as técnicas que auxiliem na mediação de conflito em conjunto com a comunidade.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer que as ADRs contribuem para a cidadania e para a transformação e a contenção da escalada dos conflitos inter-pessoais em sua origem (a comunidade), evitando a sua eclosão em episódios de violência e de crime.
 - » Reconhecer que os profissionais da área de segurança pública desempenham um papel importante nas ações prevenção, mediação e resolução de conflito.

c) Conteúdos

- » Conflito.
- » Tipos de conflito.
- » Estilo e manejo de conflitos.
- » Meios de Resolução Pacífica de Conflitos – ADRs.
- » Benefícios da mediação.
- » O mediador.
- » A ética do mediador.
- » Aspectos operacionais: fases da mediação.
- » Dimensão sociopsicológica da violência.
- » Mediação em contexto de violência.
- » Mediação e segurança cidadã.

d) Estratégias de ensino-aprendizagem

- » Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas,
- » Estudos de caso,
- » Simulações.

e) Avaliação

- » Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizados instrumentos de avaliação escritos.
- » Para a parte prática deverá ser organizado um estudo de caso ou uma dramatização de operações envolvendo os principais pontos do conteúdo.

f) Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Eduardo Alcântara. **Resolução de Conflitos**. Manual de Formadores de Mediadores e agentes da paz. VIVA RIO, 2005.

BRETT, J. M. B.; ZOE, I.; GOLDBERG, S. B. La eficacia de la mediación: un análisis independiente – Casos gestionador por cuatro importantes proveedores de servicio. *Negotiation Journal*, jul. 1996.

BRUNER, J. Atos de Significação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAMARGO, Carlos Alberto de. **Cidadania e autoridade**. São Paulo: Força Policial, 1997.

COOLEY, J.W. A advocacia na mediação. Brasília: UNB, 2001.

DAHRENDORF, Ralf. As classes e seus conflitos na sociedade industrial. Brasília: UNB, 1982.

FARIA, J. E. O Sistema Brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios. ESTUDOS AVANÇADOS – USP N. 51; pp.103-125 (1988). Eficácia Jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: USP, 2004.

FIORELLI, Mallhadas; MORAES Psicologia na mediação: inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais. São Paulo: LTR, 2004.

FREITAS, Lauro Soares de. **Um estudo do planejamento de novos serviços preventivos de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia, UFMG. 2003.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução de Marcelo Rollemberg. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2003. Série Policia e Sociedade, n. 9, (organização Nancy Candia).

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: Psicologia das Relações Interpessoais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Moore, C. W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.

PEAK, Kenneth J.; GLENSOR, Ronald W. **Community Policing and Problem Solving: strategies and practices**. Upper Saddle River. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999, p.78.

PEASE, Allan; PEASE, Bárbara. **Desvendando os segredos da linguagem corporal**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

PRETTE, Almir del; PRETTE, Zilda A. T. del. **Psicologia das relações interpessoais: vivência para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALVIATO, Silvino. **A metodologia de análise e solução de problemas**.

Disciplina: Fundamentos da Gerência Integrada em Situações de Crises e Desastres

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Tipologia de crise• Doutrina de prevenção• Doutrina para o atendimento• Gestão sistêmica• Protocolos institucionais e integrados de atuação• Sistema de comando de incidentes• Os veículos de comunicação• Importância da informação clara e precisa• Entrevista e os limites de competências do agente de segurança pública e defesa social	<ul style="list-style-type: none">• Controle em Situações de stress• Emprego e atuação em face de protocolos integrados• Execução de planejamento operacional padrão e de contingência• Procedimento de análise e tomada de decisão em situações problemáticas multidimensionais• Avaliação da repercussão e formulação da notícia atendendo ao interesse público	<ul style="list-style-type: none">• Valorização do trabalho em equipe• Respeito aos múltiplos protocolos de atuação• Visão sistêmica• Valorização dos critérios de julgamento• Consciência de ação continuada e complementar dos serviços de segurança pública e defesa social• Observância dos aspectos éticos no relacionamento com a imprensa• Reconhecer a importância de impor limites a atuação da mídia no local do evento

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

No Brasil, nas últimas décadas, os profissionais de segurança pública têm sido chamados, cada vez com mais frequência, a intervir em situações de alta complexidade, sejam de ordem criminal ou não, cujas características especiais requerem posturas fora da rotina de suas atividades.

Deste modo, em geral e para responder às situações de crise e aos desastres, é necessário identificar, obter e aplicar não só recursos do Sistema de Segurança Pública, mas ainda integrar a participação de vários setores da sociedade civil, como é o caso da mídia.

É indispensável não apenas a gestão integrada desses problemas, mas sobretudo preparar os profissionais de segurança pública para aplicar e administrar os recursos existentes, pois de nada adiantará a existência de organizações, estruturas e órgãos específicos, quando estes profissionais de segurança pública não detêm os conhecimentos teóricos e práticos necessários para utilizá-los.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender os elementos teóricos do Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.
 - » Avaliar situações de risco a partir de cenários de forma a intervir em eventos adversos.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Intervir por ocasião de crises e desastres, integrando as estruturas sistêmicas existentes (GGI, GGC, CGD e SCI) de forma a preservar, prioritariamente, a vida humana.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Valorizar a priorização da vida, a incolumidade física, e dignidade da pessoa humana.

c) Conteúdos

- » Ocorrência de alto risco.
- » Situação de crise.
- » Crise de natureza criminal ou não-criminal.
- » Tipos de crise.
- » Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.
- » Objetivos do Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.
- » Graus de riscos e níveis de resposta.
- » Fases de uma crise.
- » Elementos Operacionais Essenciais: Gerente de Crise. Negociador.
- » Equipe Tática.
- » Soluções de Crise: Negociada. Tática.
- » Epílogo de uma crise.
- » Gabinete de Gestão Integrada (GGI).
- » Gabinete de Gerenciamento de Crise (GGC).
- » Desastre.
- » Classificação dos desastres: quanto à intensidade, à evolução e à origem.
- » Centro de Gerenciamento de Desastre (CGD).
- » Sistema de Comando de Incidentes (SCI).

d) Estratégias de ensino-aprendizagem

- » Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas.
- » Estudos de caso.
- » Simulações.

e) Avaliação

- » Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizados instrumentos de avaliação escritos.
- » Para parte prática deverá ser organizado um estudo de caso ou uma dramatização de operações envolvendo os principais pontos do conteúdo.

f) Referências Bibliográficas

ABIQUIM, Departamento Técnico, comissão de Transportes. **Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos**. 5. ed. São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7503: ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos: características e dimensões. Publicada em mar. 2000. Válida desde 02 de maio 2000.

BEATO, Cláudio C. Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais. **Revista do IPEA**, n. 1, janeiro, 2000.

BERNSTEIN, P.L. **Desafio dos deuses**: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres naturais, humanos e mistos**. v 1, 2 e 3. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.

BRASIL. **Política nacional de defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.

BRASIL. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.

BRUNACI, Alan V. Mando de Incêndio, Benemérito Cuerpo de Bomberos de Costa Rica, segunda edição.

CASTRO, A.L.C. et al. **Manual de Redução dos Desastres Tecnológicos de Natureza Focal**. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 2001.

COSTA, Geraldo Luiz Nugoli, Polícia Civil do Distrito Federal. Academia de Polícia Civil. CESPE. Universidade de Brasília. Gerenciamento de Crise. Curso de Formação para candidatos ao cargo de Agente Penitenciário, 1ª Parte. Brasília, 2002.

ESTEVES JÚNIOR, H.S. et al. Manual de Sistema de Comando em Incidentes, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. 1 ed. Brasília, 2007.

GOBATTO, Tito Alberto. Programa de Treinamento para atendimento a acidentes com produtos perigosos. Brasília: Departamento de Defesa Civil, 1995.

JANUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do serviço público**. Brasília, abr/jun 2005.

KAHN, Tulio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In João SENTO-SÉ, Trajano (org.) **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. Alternativas Táticas na Resolução de Ocorrências com Reféns Localizados. Monografia co Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais-CAO-11/01. Polícia Militar de São Paulo. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. São Paulo, 2002.

MASCARENHAS, Wanderlei. Gerenciando crises em Segurança Pública.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de Gerenciamento de Crises. Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia, 7. ed Departamento de Polícia Federal, Brasília, 2004.

PIEIDADE Jr, Heitor; LEAL, Cesar Barros. **A Violência Multifacetada** – Estudos sobre a violência e a segurança pública. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SALINAC. **Gerenciamento de Situações Críticas**.

g) Referências na WEB

OFDA/USAID Material de Referência e manual do participante do SCI. Disponível em: <http://www.uscg.mil/hq/g-m/mor/Articles/ICS.htm>

Disciplina: Relações Humanas

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> • Relações inter e Intrapessoais • Comportamento humano: gênese pessoal, social e comunitária • Comunicação humana • Construção e desenvolvimento de equipes • Redes sociais • Grupos e equipes • Atendimento ao público • Criatividade • Tomada de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de mecanismos e ferramentas para o autoconhecimento • Utilização de mecanismos que possibilitem a compreensão do outro • Trabalho em equipe • Utilização de mecanismos da comunicação verbal, não-verbal e factual • Utilização de feedback • Avaliação dos papéis e funções nas mais diversas relações • Constituição de grupos operativos focados na realidade organizacional, local e planetária • Formação de grupos saudáveis mediante a construção de redes sociais • Utilizar estratégias que estimulem o processo criativo • Utilizar métodos e instrumentos no processo de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer-se como um profissional competente, que se expressa como pessoa relacionando-se com o outro e o mundo, construindo um ambiente social humanamente digno • Preocupar-se com o bem-estar, respeito e cuidado com a pessoa, mesmo na hora de dar uma má notícia. • Expressão das emoções de forma assertiva. • Visão integral do processo • Deixar-se surpreender consigo mesmo, com o outro e com o mundo • Atenção à reconsideração das próprias idéias

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

O homem como ser biopsicosocial constrói o relacionamento com as pessoas tendo como base a construção da sociedade. Com isto, o desenvolvimento de habilidades e competências específicas pessoais tem sido cada vez mais requerido no mundo contemporâneo.

A efetiva interação entre o homem e seu ambiente social aumenta e consolida-se a partir da variada gama de informações disponíveis, incorporadas às novas tecnologias e processo dentro da organização e da sociedade, mas principalmente pelo relacionamento humano.

Por ser um curso básico proposto às carreiras que compõem o aparato de segurança pública na República Federativa do Brasil, entendendo-se como tais, no contexto dado, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militares, há necessidade de que os principais “recursos humanos” sejam geridos e bem utilizados como pessoas e indivíduos que prestam e recebem os mesmos serviços.

Para que estejam habilitados a enfrentar as situações delituosas em seu cotidiano, os servidores públicos dessas áreas devem ser portadores de atitudes que os farão decidir como melhor agir nos momentos em que estiverem enfrentando as situações de risco.

b) Objetivos

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Conceituar e discutir sobre os aspectos (liderança, criatividade, motivação e comunicação) que necessitam serem observados nas relações humanas.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Selecionar estratégias adequadas de ação, visando à melhoria das relações interpessoais e institucionais.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer a importância da individualidade (eu – outro) nas relações humanas.

c) Conteúdos

- Liderança poder e autoridade
 - » Liderança, poder, hierarquia, autoridade – Conceitos e principais fundamentos.
 - » O indivíduo como ator e seu lugar na organização.
 - » Liderança e gerência.
 - » Relações e conflitos (uma introdução).
- Criatividade e motivação
 - » Significado de criatividade e motivação.
 - » Teoria da criatividade.
 - » Teorias da motivação: Maslow, Mc Gregor, Herzberg.
 - » Motivação no trabalho e recompensa.

- » Competências que facilitam a criatividade.
- » Processo criativo.
- » Estratégias criativas para mudança.
- Percepção, atitude e diferenças individuais.
 - » Percepção social e interpessoal.
 - » Percepção e diferenças individuais.
 - » Fatores externos na percepção.
 - » Atitudes e a formação de atitude.
- Comunicação
 - » Comunicação interpessoal.
 - » Comunicação organizacional.
 - » Atendimento ao cidadão.
 - » Dinâmica do processo de comunicação numa perspectiva psicossociológica.
- Trabalho em equipe características diferenciais
 - » Equipe X grupo.
 - » Estratégias para desenvolvimento de equipes e times de trabalho.
 - » Trabalho em equipes e comportamentos relacionados: competição, colaboração, participação.
 - » Lidando com as diferenças.
- Tomada de decisão
 - » Processo de tomada de decisão.
 - » Tomada de decisão individual.
 - » Tomada de decisão em grupo.
 - » Métodos e instrumentos para tomada de decisão.

d) Estratégias de Ensino

O diálogo é a base das estratégias aplicadas ao desenvolvimento desta disciplina. O facilitador, por meio de processo empático e provocador do conhecimento, utilizar-se-á de dinâmicas de grupo e construção de cenários em que se atuará com modelos de casos concretos, além de estudos de casos, análise de textos legais e doutrinários sobre servidor público.

Deverá ser estimulada a leitura de atualidades nacionais e internacionais, além de romances, letras de música e afins, sejam em recursos materiais ou digitais.

Por fim, o estímulo à discussão sobre filmes, próprios para a área ou filmes com contextos de sistema judiciário penal e militar.

e) Avaliação da aprendizagem

A avaliação será por observação do facilitador e também escrita.

A primeira será realizada observando as encenações, criadas pelos alunos, para a análise dos temas abordados e os comportamentos de cada personagem. Para os que não puderem ou não se sentirem à vontade para participar da dramatização, caberá a análise crítica da mesma.

A segunda constará de um trabalho escrito, individual ou em dupla, em que será analisado um filme ou um texto didático, a critério da coordenação acadêmica, podendo haver, ainda, análise de casos e análise de filmes.

f) Referências Bibliográficas

- AL MUKAFA, Ibn. **Calila e Dimna**. Rio de Janeiro: Record.
- ARGYRIS, Chris. **A integração indivíduo-organização**. São Paulo: Atlas, 1975.
- ALMEIDA, Manoel A. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro/São Paulo: O Globo: Klick Editora, 1997.
- ALBRECHT, Karl. **Revolução nos serviços**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- _____. **A única coisa que importa**: trazendo o poder do cliente para o centro de sua empresa. Editora Pioneira, 1993.
- BRITO, A.S, SOUZA, L. Representações Sociais e Policiais Cíveis sobre Profissionalização. **Revista Sociológicas**. Porto Alegre, 2004.
- BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? In: **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 3, set/dez 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARAVANTES, Geraldo C. **Recursos humanos**. Estratégias para o 3º milênio. Porto Alegre, CENEX, Ed. AGE Ltda.
- KOTTER, John P. **Liderando Mudança**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. (coleção textos fundamentais).
- LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LUCENA, Maria da Salete. **Planejamento Empresarial de Recursos Humanos**. Utopia ou desafio. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KOUZES, James M.; Posner, Barry Z. **O desafio da liderança**: como conseguir feitos extraordinários em organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- LESSA, Jadir. **A construção do poder pessoal**. Rio de Janeiro: SAEP, 1999.
- MATTOS, Ruy de Alencar. **Gestão e democracia na empresa**. Brasília: Livres, 1991.
- _____. **De recursos a seres humanos**: o desenvolvimento humano na empresa. Brasília: Livres, 1992.
- MILLER, Jerry. **O milênio da inteligência competitiva**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1994.
- _____, **Desenvolvimento interpessoal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- PAGÈS, M. **A vida afetiva dos grupos**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PICHÓN-RIVIÉRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- SHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

g) Referências na WEB

- SOUZA SANTOS, Boaventura. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado. MARE. Governo Federal. Internet. 1998. Disponível em: www.mare.gov.br/Reforma/Conselho/Boaventura.PDF ou www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/Boaventura.PDF

Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Importância da atividade física na promoção da saúde, seus aspectos mentais e emocionais e prevenção das doenças• Psicopatologias• Estresse/ocupacional• A relação do homem com a organização• Qualidade de vida no trabalho• Condicionamento físico• Contexto socioeconômico – cultural da saúde e da segurança• Alcoolismo e uso de drogas lícitas e ilícitas• Conceito de ambiente saudável• Organização, norma, princípios e responsabilidades• Prevenção e controle de riscos em equipamentos e no ambiente de trabalho• Equipamentos de proteção individual• O ambiente e as doenças do trabalho• Ergonomia	<ul style="list-style-type: none">• Identificação fatores determinantes de perturbação da saúde psicológica• Gerência do estresse• Estabelecimento dos processos de preservação da saúde física e mental do servidor• Estabelecimento dos processos para eliminar, minimizar e controlar os riscos de ocorrência de acidentes, doenças ocupacionais nas atividades/ operações• Adoção de rotinas que possibilitem utilizar de maneira eficiente e eficaz os instrumentos de trabalho• Utilização de técnicas de prevenção do estresse e de outras doenças ocupacionais	<ul style="list-style-type: none">• Consciência corporal• Consciência da importância de preservação do corpo e da mente como instrumento de melhoria na qualidade profissional• Expressar as emoções de forma equilibrada• Valorização da redução dos números de acidentes no trabalho e das doenças ocupacionais• Senso do uso de equipamentos de proteção individual• Zelo pela melhoria da qualidade do ambiente de trabalho• Assumir a responsabilidade pelo que se faz

2. Descrição da disciplina:

a) Contextualização

A disciplina “Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho” advém da necessidade de se estabelecer o vínculo entre efetividade, eficácia e a produção social gerada pelo interesse na pessoa do agente de segurança pública, como sujeito que participa “dos” e “nos” ambientes das comunidades que compõem a sociedade civil brasileira.

Poucos são os estudos que evidenciem o sujeito de segurança pública como produto social, com a espessura do cotidiano que o reproduz e transforma. Entretanto, há um número considerável de trabalhos científicos que indicam o desempenho das atividades dos profissionais de segurança pública como os que apresentam maior tendência de sofrimento de estresse.

É preciso conscientizar estes profissionais para a necessidade de utilizar os equipamentos de proteção individual em atividade de risco. Para isto, pretende-se utilizar uma abordagem transdisciplinar, objetivando-se uma visão biopsicossocial desse sujeito, inserindo-o no contexto social como agente que propicia mudanças positivas no cenário da criminalidade.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Identificar os fatores relevantes da atividade do profissional da área de Segurança Pública que influenciam na saúde geral, relacionando-os com o desenvolvimento do quadro de estresse.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Utilizar procedimentos e técnicas que auxiliem a tornar o ambiente de trabalho mais saudável e a melhorar a qualidade de vida.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Priorizar o cuidado com as saúdes física e mental, como forma de prevenção de algumas patologias que possam ser adquiridas no percurso profissional, melhorando assim a qualidade de vida.

c) Conteúdo programático

- O homem: um ser biopsicossocial (incluí este item para dar uma visão integral do ser humano e da necessidade de busca de equilíbrio)
- A natureza do trabalho do profissional da Área de Segurança Pública – consciência da natureza e das exigências do seu trabalho
- Relações de poder no trabalho e repercussões na saúde do profissional e no ambiente familiar: assédio moral, assédio sexual, relações de subordinação hierárquica, violência no ambiente de trabalho
- Qualidade de vida: o que você pode fazer para ter também?
- Noções de medicina e segurança do trabalho
- Equipamentos de proteção

- Prevenção de doenças do trabalho e doenças profissionais
- Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce
- Ergonomia aplicada ao profissional de segurança pública, tanto no campo operacional como no administrativo
- Hábitos de vida como prevenção de saúde geral:
 - » Alimentação;
 - » Atividades físicas;
 - » Atividades de lazer;
 - » Espiritualidade: técnicas de relaxamento e meditação;
 - » Outros hábitos segundo características regionais.

d) Estratégias de ensino

- » Exposições dialogadas.
- » Debates.
- » Seminários.
- » Uso de vídeos.
- » Visitas de campo e outros recursos que se façam necessários ao bom andamento da aprendizagem.

e) Avaliação da aprendizagem

Esta disciplina não deverá ter prova, mas como produto final, o aluno deverá elaborar um plano para melhoria ou manutenção da qualidade de vida. Este plano deverá envolver um diagnóstico de seus hábitos e proposta para modificação dos mesmos.

f) Referências Bibliográficas

ANITA M. P. **A saúde da mulher e o meio ambiente do trabalho**. Torres: LTr, 2000.

ASFAHL, Ray. **Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. (s.l.): Ernesto Reichman, 1998.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 3. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. v. 8, São Paulo: Edusp, 2003.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTIEL, L.D. **A medida do possível: saúde, risco e etnobiociência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

CODO, W. et al. **Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

_____. C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.

DESLANDES, S.F.; CAIRAFFA, W.T.M. **Análise qualitativa da percepção de risco e das redes sociais e de uso entre usuários de drogas injetáveis**. Brasília: CNDST/AIDS/UFMG/FIOCRUZ. Relatório Final de Pesquisa, 1998.

FALEIROS, V. **O trabalho da política**: saúde e segurança dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMEZ, C.M. Violência no trabalho. In MINAYO, C.M. **O impacto da violência sobre a saúde**. MS: OPAS/Claves, 2005.

LIMA, C. **Estresse policial**. São Paulo: AVM; 2002.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, ABRASCO, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.

_____.; SOUZA, E.R. (orgs). **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MENDES, R. (org.) **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MELLO, Raimundo. **Direito Ambiental de Trabalho e Saúde do Trabalhador**. (s.l.): LTr, 2000.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **X da Questão**: o sujeito à flor da pele. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MUNIZ, J. SOARES, B.M. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, Rio de Janeiro (relatório de pesquisa). 1998.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NUNES, E. D. **Sobre a sociologia da saúde**. Origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROBBINS, S. **Patologia estrutural e funcional**. Rio de Janeiro: Koogan, 1989.

RONDELLI, E. Mídia e saúde: os discursos se entrelaçam. In: PITTA, A. M. R. org.) **Saúde & Comunicação**: visibilidades e silêncios. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1995.

SAMI-Ali. **Corpo real, corpo imaginário**. Porto Alegre: ARTMED, 1993.

SATO, L. O conhecimento do trabalho e a teoria das representações sociais. In CODO, W. et al. **Sofrimento psíquico nas organizações**: saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. **Policial, risco como profissão**: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2005.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho**: ergonomia, método e técnica. São Paulo: FTD, 1987.

g) Referências na WEB

www.vivermentecerebro.com.br

<http://www.alcoolismo.com.br/sequelas.htm>

BALLONE, G.J. Dependência química. In. PsiqWeb, Internet. Disponível em:

<http://sites.uol.com.br/gballone/psicossomatica/drogas.html>

<http://www.alcoolismo.com.br/sequelas.htm>

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Disponível em:

<http://www.ucam.edu.br/cesec>.

DERECHO PENAL on-line. Disponível em:

<http://www.unifr.cl/derechopenal/publicaciones.php>

GUTO. Gestão Urbana de Trabalho Organizado. Disponível em:

<http://polo3.marilia.unesp.br/guto>

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA. Disponível em:

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>

INSTITUTO SOBRE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES. Disponível em:

<http://www.ufmg.br/ieat>

Disciplina: Língua e Comunicação

1. Mapa de Competência

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Linguagem e suas funções• Expressão oral e escrita• Frase, parágrafo e texto• Pronomes de tratamento• Características da comunicação oficial	<ul style="list-style-type: none">• Leitura• Interpretação• Produção de textos• Elaboração de documentos oficiais e comunicações associados ao desempenho da função, segundo normas e padrões vigentes (ofícios, requerimentos, comunicações e relatórios)• Seleção do documento adequado de acordo com a finalidade	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para relações humanas e, principalmente, para a sua profissão.• Valorização do hábito de leitura• Valorização da qualidade na elaboração de documentos• Busca de clareza, precisão e concisão na elaboração da comunicação oficial

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

A Língua Portuguesa, assim como todas as línguas, compõe-se de partes que se completam para que produzam um significado e uma função. A primeira, a **FONÉTICA** e **FONOLOGIA**, em que percebemos os fonemas, as sílabas, a ortofonia e a ortografia. A segunda, a **MORFOLOGIA**, na qual estudamos a estrutura das palavras, a formação de palavras, as classes das palavras e seus mecanismos de reflexão, substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para compreendermos os significados do emaranhado de palavras que surgem em nossos pensamentos, que transmitimos para nos comunicar, se faz necessário o uso correto da pontuação, da regência, da crase, da concordância, da colocação pronominal, da análise sintática, ou seja, da **SINTAXE**. Não podemos esquecer o **APÊNDICE**, no qual as figuras de estilo e os vícios de linguagem são observados.

Dessa forma, a Língua Portuguesa se compõe e se faz necessária no uso diário de nossas atividades, sejam elas verbais ou não verbais e, até mesmo, no emprego simultâneo de diversas linguagens = a multimídia.

Ressaltamos ainda a questão das línguas que complementam o nosso cotidiano como seres humanos, pensantes e reflexivos, que vivem em sociedade e, portanto, com as diferenças. A LIBRAS e o BRAILLE, no

contexto da Segurança Pública e da Defesa Social, são indispensáveis, tanto no que diz respeito às relações de trabalho quanto às relações sociais. Cabe, portanto, aos que estruturam ou organizam programas e projetos educacionais, não olvidar nossos pares.

A disciplina “Língua e Comunicação” se coloca em um contexto de extrema necessidade para os que compõem os quadros profissionais de segurança e defesa social, uma vez que o desempenho das funções exige o uso de uma linguagem objetiva e clara, que não estabeleça dúvidas. Visa, ainda, atender à crescente demanda dos interessados na forma correta do uso da linguagem. Dessa forma, pretende-se utilizar uma comunicação escrita e falada como instrumento gerador de conseqüências justas, corretas, objetivas e transparentes no âmbito da segurança pública e da defesa social.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender a linguagem como fator de comunicação e, a necessidade de produzir textos e documentos oficiais com clareza e objetividade.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Ler e interpretar textos;
 - » Redigir com clareza textos em português e documentos oficiais.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para relações humanas e para o exercício da sua profissão.

c) Conteúdos

- Comunicação Humana
 - » Linguagem
 - » Funções da linguagem
 - » Expressão oral
 - » Expressão escrita
- Estrutura do texto
 - » Interpretação de texto
 - » Vocabulário
 - » Frase e parágrafo
 - » Coesão do texto
- Documentos Oficiais (seguir padrão e legislação de comunicação utilizado no âmbito da administração pública do estado)
 - » Pronomes de tratamento
 - » Características dos textos oficiais
 - » Ofícios

- » Comunicações
- » Requerimentos
- » Memorandos
- » Relatórios

d) Estratégia de Ensino

- » Exposições dialogadas
- » Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação
- » Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de Segurança Pública para uso da linguagem oral
- » Produção de texto com base em temas correlatos à área de segurança pública
- » Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública

e) Avaliação de aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua e, ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

f) Referências Bibliográficas:

ABREU, Antonio Suárez. **Curso de Redação**. São Paulo: Ática, 1994.

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa: Noções Básicas para Cursos Superiores**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARRAHER, David W. **Senso crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas**. São Paulo: Pioneira, 1997.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. Brasília: Presidência da República, 2002.

BORDENAVE, Juan. **O que é comunicação**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CEGALLA, Domingos P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. Ilep Nacional.

CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS. **Manual de Mídia e Direitos Humanos**. São Paulo: Fundação Friederich, 2001.

COSTA, José M. **Manual de redação profissional**. 3. ed. Campinas: Millenium, 2007.

DUNNING, Chris et al. **Administração do Trabalho Policial: satisfação com a comunicação em uma Organização Policial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FARACCO, C.A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____.; MOURA. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1999.

FAULSTICH, Enilde L.de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, F. **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**: de acordo com Ortografia Oficial Brasileira. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERREIRA, Mauro. **Aprender e praticar gramática**: teoria, sínteses das unidades, atividades práticas, exercícios de vestibulares: 2º grau. São Paulo: FTD, 1992.

FONSECA, V. da. **Aprender a aprender**: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre, Artmed, 1998.

HERDADE, Márcio Mendes. **Novo manual de redação**: básica, concursos, vestibulares, técnica. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 1992.

LISPECTOR, Clarice. **Correspondências**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MENDES, G.F.; FORSTER JÚNIOR, N.J. Manual da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2002.

MORENO, Cláudio. **Guia prático de Português correto**: para gostar de aprender. V. 3. Sintaxe. L&PM POCKET, 2003.

MORIN, E. **A Cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **As duas globalizações**: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NICOLESCU, B.; COLL, A. N. **Educação e transdisciplinaridade II**. Brasília: Unesco, 2000. Ministério da Educação, Brasília, 1989.

NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione.

OLIVEIRA LIMA, A. **Manual de redação oficial**. Teoria, modelos e exercícios. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SEDH. **Mídia e Direitos Humanos**. Veet Vivarta Guilherme Canela. UNESCO 2006.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: BestSeller, 1990.

SPINK, M.J.; MEDRADO, B.; MELLO, R.P. **Perigo, probabilidade e oportunidade**: a linguagem dos riscos na mídia. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002.

g) Referências na WEB

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br>

RUBIM, Albino. **Espetáculo, política e mídia**. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

Disciplina: Telecomunicações

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Conceitos• Comunicação integrada• Comunicação via rádio• Telefonia• Formas e sistemas de acionamento• Abordar o papel das tecnologias de telecomunicações na qualidade dos serviços de Segurança Pública e Defesa Social• Normas que disciplinam o uso das telecomunicações no âmbito externo e interno das instituições do Sistema de Segurança Pública• Equipamentos de telecomunicações em uso na força policial	<ul style="list-style-type: none">• Utilização dos equipamentos de telecomunicações como instrumentos de eficiência nos serviços• Desenvolvimento da comunicação interinstitucional• Operação de sistemas integrados de comunicação• Operação dos equipamentos de telecomunicações em uso na força policial	<ul style="list-style-type: none">• Iniciativa e destreza• Consciência da necessidade da correta utilização profissional das tecnologias de telecomunicações• Reconhecimento da importância da boa forma de comunicação, principalmente a integrada• Reconhecimento da importância das telecomunicações, em apoio às atividades operacionais e administrativas• Busca de clareza, precisão e concisão na transmissão de mensagens

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Desde os primórdios, a comunicação é essencial no desenvolvimento do ser humano como um todo. A partir da Revolução Industrial, a necessidade de sistemas de comunicação foi marcante para dar continuidade ao desenvolvimento que se iniciava. Durante as duas guerras mundiais, os meios de comunicação tiveram papel fundamental nos resultados.

No mundo globalizado em que vivemos, nos tornamos a cada dia mais dependentes de sistemas de comunicação, que se vêem obrigados ao aprimoramento constante, diante das novas “necessidades” que vão surgindo a cada dia. A Segurança Pública (ou Defesa Social) também vive esta realidade. O Estado é obrigado a realizar grandes investimentos nesta área, cujo foco principal deve ser o aprimoramento dos sistemas de comunicação, já que este está sempre aquém da realidade da iniciativa privada e, portanto, também dos criminosos. Um sistema de comunicação eficiente e moderno pode reduzir a necessidade de aumento de efetivo, o que significa economia para o Estado.

Por meio da disciplina *Telecomunicações* é possível colocar o aluno a par da realidade no que se refere às comunicações dentro de sua instituição, apresentando os fatores positivos e negativos, as virtudes e as dificuldades, para que tenha condições de decidir diante das adversidades que lhe são apresentadas durante o seu trabalho diário.

O aprendizado é essencial para o aluno, pois isto irá refletir na sua vida profissional, já que continuamente será obrigado a tirar o melhor proveito possível dos sistemas de comunicação disponíveis.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Identificar os fundamentos da telecomunicação.
 - » Enumerar o alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados.
 - » Preencher corretamente o Boletim de Ocorrência e os arquivos relacionados aos sistemas de comunicação.
 - » Utilizar o alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q” no processo de comunicação.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer o papel da tecnologia da comunicação para apoio às atividades dos profissionais da área de segurança pública.

c) Conteúdos

- » Conceito e definições de telecomunicações.
- » Tecnologias da empregadas na instituição como: Sistema de Atendimento e Despacho, Sistema de Rastreamento de Viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas.
- » Pronúncia das palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”.
- » Disciplina na “Rede Rádio”, conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição.
- » Prática de utilização de rádio.
- » Boletim de ocorrência do Centro de Operações.
- » Intranet.
- » Visita ao centro de comunicação da instituição.

d) Estratégias de ensino

Aulas expositivas dialogadas sobre a matéria, utilização de equipamentos audiovisuais, prática na utilização de equipamentos de comunicação que estarão disponíveis para o aluno, exercícios teóricos e práticos sobre a matéria ministrada, atividades em grupo, leitura dirigida e debates.

e) Avaliação da aprendizagem

Perguntas orais e/ou escritas dirigidas aos alunos durante as aulas, procurando despertar o interesse pela disciplina e motivá-los para o estudo, propiciando ao professor diagnosticar os pontos em que os assuntos ministrados não foram compreendidos e sobre os quais deverá insistir nas aulas subseqüentes. Avaliação prática da utilização dos equipamentos de telecomunicações e avaliação teórica da disciplina.

f) Referências Bibliográficas:

AKUTSU, Luiz; PINHO, José A. **Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa**: investigação em portais de governo no Brasil. In: Revista de Administração Pública, v. 36, n. 5, set/out 2002.

BAUDRILLARD J. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BERRY, L.; PARASURAMA, A. **Serviços de Marketing**. Competindo através da qualidade. 1. ed. São Paulo: Maltese-Norma, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de. **Apostila de Telemarketing**. Vitória: 2001.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO. Manual de Instrução da Guarda Civil Metropolitana. São Paulo, 1996.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 1. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1993.

LARVIE, Patrick; MUNIZ, Jacqueline. **A central disque-denúncia no Rio de Janeiro. Seminário sobre Segurança, Justiça e Cidadania**. ISER e IUPER – Rio de Janeiro, 1997.

MANNING, Peter K. **As Tecnologias de Informação e a polícia**. Policiamento Moderno. Coleção Polícia e Sociedade 7. São Paulo: EDUSP, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de Instrução Modular**. Vitória, 1995.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia**: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. In: Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set/dez 2002.

Disciplina: Sistema Informatizado

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Produção de conhecimentos sobre a criminalidade, por meio do uso eficiente e eficaz de informações policiais, extraídas de bases de dados dos sistemas operacionais, disponíveis na área de Segurança Pública• Integração de dados• Sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão• Sistemas de apoio à estatística e análise criminal	<ul style="list-style-type: none">• Utilização dos sistemas informatizados nacionais e estaduais de interesse da defesa social• Desenvolvimento da capacidade crítica de valoração das informações extraídas dos sistemas	<ul style="list-style-type: none">• Qualidade na coleta de dados• Construção de uma rede de informações, a partir de bases de dados distintas• Valorização da informação como importante recurso de apoio à defesa social e de respeito aos direitos humanos

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

A construção de conhecimentos a partir de informações qualitativas vem se firmando como um poderoso instrumento de trabalho nas empresas modernas, bem como na defesa social. Conhecer e entender a realidade social, política, criminal de uma determinada área tem se tornado fundamento para a implantação de políticas públicas de prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

A informática, por meio do estudo das tecnologias da informação, mostra-se como um poderoso recurso para a transformação de dados em informações e para a construção de modelos que auxiliam no processo de tomada de decisão.

A sociedade, por sua vez, vem requerendo da segurança pública um perfil diferente do que vem sendo praticado ao longo dos tempos. Exige-se profissionais mais capacitados e habilitados na realização de estudos prévios de cenários, como pré-requisito para o desencadeamento de ações ou planejamentos de segurança pública. Falsos conhecimentos, baseados no empirismo e ações truculentas sem embasamento ou estudo anterior são, cada vez mais, repudiados pela sociedade.

A disciplina de Sistemas Informatizados insere-se nesse contexto como meio que irá proporcionar aos profissionais de segurança pública a capacitação indispensável à utilização dos sistemas informatizados, como instrumento de alicerce à construção de políticas públicas de Defesa Social, bem como de apoio às atividades operacionais de Segurança Pública.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Produzir conhecimentos sobre a criminalidade, por meio do uso eficiente e eficaz de informações policiais, extraídas de bases de dados dos sistemas operacionais, disponíveis na área de defesa social.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar os sistemas informatizados de apoio às atividades de segurança pública, bem como os voltados ao planejamento preventivo e de combate à violência criminal.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Despertar nos profissionais de segurança pública a importância da integração dos dados, produzidos nas várias instituições que formam o sistema de defesa social (polícia, ministério público, Poder Judiciário, sistema carcerário, dentre outros), como forma para otimizar as investigações policiais e o planejamento de controle e combate à criminalidade.

c) Conteúdos

- Breve histórico da tecnologia da informação
- Conceitos básicos
 - » Dados, informação e conhecimento;
 - » Sistema computacional: *hardware*, *software* e *peopleware*;
 - » Tecnologia da informação e comunicação *versus* sistemas de informações;
 - » Sistemas de Informações
 - » Conceito
 - » Tipologia
 - » Redes de computadores, Internet e intranet.
- Conceituação e prática no(s):
 - » Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg e outros com abrangência interestadual;
 - » Sistemas informatizados de estatística e análise criminal, voltados ao planejamento de ações de controle e combate à criminalidade;
 - » Sistemas informatizados voltados às atividades operacionais de segurança pública e de defesa social, implantados em âmbito estadual;
 - » Sistemas informatizados voltados ao apoio à investigação criminal.

d) Estratégias de ensino

Esta disciplina é contemplada, em sua maior parte, por conteúdos que requerem o desenvolvimento, no discente, de habilidades técnicas para o uso dos sistemas informatizados. Conseqüentemente, é primordial que seja disponibilizado laboratório de informática, munido de recursos auxiliares multimídia e de número de computadores suficiente (máximo de dois alunos por microcomputador) para praticar.

A disciplina deverá ser ministrada por meio da utilização de exemplos práticos da rotina do profissional, o que irá contribuir para demonstrar a necessidade do uso da ferramenta no trabalho de prevenção e controle da violência.

Ademais, sempre que possível, os conteúdos teóricos deverão ser ministrados alternadamente com aplicações práticas referentes ao mesmo, em razão da natureza prática da disciplina.

e) Avaliação da aprendizagem

Na avaliação da disciplina, deverá ser observada a habilidade do discente em utilizar os sistemas informatizados abordados. Sendo assim, uma avaliação prática, envolvendo os conteúdos ministrados, é obrigatória, devendo ser realizada ao final de cada instrução ou ao término da disciplina.

Opcionalmente, pode-se adotar uma avaliação teórica, na forma de prova convencional ou de trabalhos de pesquisa. Neste último caso, intenta-se aprofundar conhecimentos específicos num determinado assunto, sobre o qual se julgue condizente com o assunto ministrado.

f) Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos**: e as modernas ferramentas de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2001.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. Saraiva, 2006.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.

CAUTELA, Alciney Lourenço; POLLONI, Enrico Giulio Franco. **Sistemas de Informação**: Técnicas Avançadas de Computação. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do BR, 1983.

CYGANSKI, David et al. **Information Technology**. Inside Ofside. Upper Saddle River. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de computador e segurança computacional**. Campinas: Millenium, 2008.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública**. (s.l.): Garamond, 2002.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MINNICH, Charles J.; NELSON, Oscar S. **Administração por sistemas**. São Paulo: Atlas, 1977.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Manual do Infoseg**. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Atlas, 2005.

RAVANELLO, A.; IUBEL, F. Epistemologia dos Sistemas de Informações Gerenciais. **Anais**. II SBSI. Curitiba: Positivo, 2006.

STAIR, Ralph M. **Princípios de Sistemas de Informação**: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SPENDER, J.C. Gerenciando sistemas de conhecimento. In: FLEUTY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR, Moacir de Miranda (orgs.). **Gestão estratégica do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

TANENBAUM, ANDREW. **Redes de computadores**. 4. ed. São Paulo: Campus, 2003.

g) Referências na WEB

HARRIES, Keith. **Mapeamento da criminalidade**: princípios e prática. Disponível em: www.crisp.ufmg.br/livro.htm

Disciplina: Gestão da Informação

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Dado, informação e conhecimento• Fluxos de informação• Características da informação• Elementos básicos da formulação e implementação de uma estratégia informacional• Conhecimento como vantagem competitiva	<ul style="list-style-type: none">• Coleta, mapeamento e análise de dados• Utilização de softwares que possibilitam a gestão do conhecimento• Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da defesa social• Produção e criação do conhecimento	<ul style="list-style-type: none">• Preservação da fonte da informação• Organização de bancos de dados• Compartilhamento das informações obedecendo ao princípio da oportunidade• Sigilo e proteção da informação• Reconhecer a relação existente entre informação, conhecimento, tomada de decisão, planejamento e políticas públicas

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Na era da informação, a maior e mais duradoura vantagem competitiva vem do conhecimento. O sucesso das empresas e organizações repousa no domínio da informação em tempo real e na confiança dos relacionamentos. Elas precisam reunir pessoas qualificadas, confiáveis e com elevado espírito de trabalho em equipe, capazes de atuar remotamente e ter ampla autonomia para tomada de decisões em relação às tarefas.

Nesse cenário, a Gestão da Informação é uma ferramenta fundamental para que as empresas e organizações consigam ser bem-sucedidas. A capacidade de compartilhamento, em tempo real, de mensagens e informações, e de conversão das informações em conhecimento são, na atualidade, as competências mais vitais para qualquer organização.

Grande parte das pessoas de alguma forma inseridas no contexto da “sociedade globalizada”, principalmente as classes governantes, empresariais e intelectuais, identificam a importância cada vez maior que o fluxo e a manipulação da informação tem na sociedade que lhes é mais diretamente acessível. As características decorrentes da identificação, armazenamento, processamento e acesso à informação determinam cada vez mais suas vidas, seus relacionamentos profissionais, a visão que têm da sociedade e como nela influenciam.

Esta percepção leva a identificar a “sociedade da informação” como estágio evolutivo inevitável, quando não desejável, da organização social dos grupos humanos. Isto, por sua vez, torna premente uma resposta da sociedade, em seus diversos segmentos, de modo que esta reorganização se realize de forma adequada, evitando uma nova marginalização no contexto que se esboça.

A identificação da “sociedade da informação”, principalmente por meio de suas características econômicas: mudanças nas relações de trabalho e na valorização relativa dos elementos da economia, privilegiando o domínio das tecnologias da informação, tem conseqüências nas políticas que são adotadas, tanto em nível governamental quanto em empresas e outras organizações sociais.

Há, entretanto, diversos outros elementos subjacentes na mudança ora identificada como “sociedade da informação”. Para identificá-los e resgatar sua importância relativa, apoiamo-nos no referencial do ser humano, em suas dimensões individuais e sociais, pessoais e transcendentais.

Esta visão não se contrapõe aos esforços realizados nos âmbitos mais diretamente relacionados com a dimensão econômica da sociedade; o que propõe é uma complementação, restituindo à nossa atenção dimensões do ser humano que sabemos e intuimos fundamentais, mas que muitas vezes ficam abafadas pela primazia que o que parece mais imediato impõe.

Assim a “opção quantitativa”, por mais agentes, armas, viaturas, bem como toda a sorte de outros equipamentos peculiares, ainda que necessária, parece não ser suficiente para produzir o impacto esperado sobre a criminalidade de massa, conforme esperado pelas autoridades e a sociedade em geral.

O fenômeno da criminalidade e sua expansão vêm demandando a mobilização de novos recursos tecnológicos e legais de controle disponíveis pelo Estado, bem como uma nova formatação na metodologia de ação dos profissionais da área de segurança pública.

A gestão do conhecimento produzido acerca da observação de cenários e da análise de suas relações proporciona o conhecimento dos criminosos e questões conexas (sociais, política e econômicas), tornando-se ferramenta fundamental à gestão de segurança do Estado.

A segurança pública e a Inteligência policial envolvem a atividade de gestão da informação (conhecimento ou “saber”) sobre os problemas enfrentados pela sociedade relacionados à sua segurança e a questões correlatas, originando a necessidade de troca de informações articuladas entre diferentes órgãos das esferas federais, estaduais e municipais e até internacionais.

A metodologia de abordagem geral e de procedimentos técnicos específicos da Inteligência Policial está essencialmente identificada com a da Inteligência Clássica de Estado, atividade hoje regulada pela Lei 9.983 de 07 de dezembro de 1999 que institui o chamado Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

De acordo com a lei, “O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais”, portanto revestido de legalidade, utilidade e racionalidade.

Para tanto, mister se faz que as instituições responsáveis pela Segurança Pública do País, por intermédio de seus componentes, saibam utilizar correta e adequadamente a ferramenta que propicia a sistematização da informação.

Esta atividade tem por objetivo subsidiar o planejamento de operações e para a tomada de decisões com informações que permitam o desencadeamento de ações policiais eficazes, reduzindo a probabilidade de erros, justamente por estar o planejamento calcado no produto resultante de um processo metodológico de análise das informações.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Identificar na Gestão da Informação e na ação de Inteligência, os princípios norteadores dos direitos humanos visando assegurar as garantias constitucionais e fundamentais, protegendo dados e informações de cunho pessoal, evitando a exposição desnecessária de indivíduos.

- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar técnicas de levantamento de informações (coleta, mapeamento e análise de dados).
- Fortalecer atitudes para:
 - » Perceber as mudanças sociais e suas repercussões no âmbito da sociedade frente ao fluxo de informações impostas e disponíveis, suas vantagens e desvantagens que influenciam na sua atividade.

c) Conteúdos

- » As características da sociedade contemporânea: o conhecimento como diferencial competitivo
- » As demandas da sociedade contemporânea: o resgate da dimensão humana
- » Dado, informação e conhecimento
- » A gestão da informação e a Inteligência
- » Conceitos e definições fundamentais da atividade de Inteligência.
- » A utilização da Inteligência e dos seus resultados nas diversas fases da história mundial e brasileira
- » A política de Inteligência atual
- » Lei 9983/99, Criação do SISBIN e Decreto 3.695, criação do subsistema de inteligência de segurança pública. MJ/SENASP
- » Proteção ao conhecimento Dec. 4.553, e política de segurança da informação
- » Tipos de análises: de Inteligência, criminal, operacional e investigativa
- » A análise criminal e sua articulação e aproveitamento na gestão da informação
- » Coleta, mapeamento e análise de dados, produção do conhecimento e difusão
- » Softwares que auxiliam na produção e gestão do conhecimento
- » Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da defesa social
- » A informação como fator estratégico para tomada de decisão e elaboração de políticas públicas na área de segurança
- » Redes de relacionamento
- » As diferentes “data warehouses”³.

d) Estratégias de ensino

Apresentação da legislação e discussão. Estudos e análises de casos e do emprego da Inteligência.

Utilização dos diferentes Bancos de Dados informatizados disponíveis em sua organização para a produção do conhecimento através da análise relacional de dados. Apresentação de textos e vídeos relacionados à disciplina.

3 Coleção de dados orientada por assuntos, integrada, constituindo uma grande área de armazenamento eletrônico, estruturada e utilizada para o suporte à decisão.

e) Avaliação da aprendizagem

Trabalhos de estudo dirigidos ao assunto, procurando despertar o interesse destes pela disciplina e, ao mesmo tempo, propiciar a avaliação e o entendimento dos conteúdos da disciplina, de forma a permitir que o instrutor foque nas aulas posteriores à avaliação os assuntos que tiveram menos entendimento.

Avaliação: prática de análise de inteligência – “cases”, em grupo e individual, de forma que aluno utilize todos os conceitos e procedimentos do processo cíclico da inteligência.

f) Referencias Bibliográficas

ARIMA, C. H. **Metodologia de Sistemas**. São Paulo: Erica, 1994.

BRAGA, Gilda. A Representação da Informação na Reconstrução do texto. In: **Colóquios: organização do conhecimento – Enfoques e perspectivas**. Rio de Janeiro: IBICIT, CNPq, 1996.

CEPIK, Marco. **Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação**. Security and Defense Studies Review. Rio de Janeiro.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Missão crítica: obtendo vantagens competitivas com os sistemas de gestão**. São Paulo.

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia de informação: planejamento e gestão**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Gerenciamento de sistemas de informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: 2001.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GARAY, Humberto de Sá. Debates e anotações do Curso de pós-graduação em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas. Porto Alegre-RS, de 2004 a 2005 e do Curso de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Recife – PE, de junho a setembro de 2005.

_____. Experiência enquanto administrador do Sistema Guardiã da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, de 2001 a 2005.

GIL, Antonio. **Auditoria de Computadores**. São Paulo: Atlas, 1989.

INMON, W. H. et al. **Data Warehousing – Como transformar informações em oportunidades de negócios**. 1. ed. São Paulo: Berkeley, 2001.

KAHN, Tulio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Índices de criminalidade: construção e usos na área de segurança pública**. Revista do ILANUD 2, 1997.

LUBISCO, N. M. L.; BRANDÃO, L. M. B. **Informação & Informática**. Salvador: EDUFBA, 2000.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação versus Tecnologias da Informação: um impasse empresarial**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2004.

_____. **Sistema de Informação – Um enfoque gerencial inserido no contexto empresarial e tecnológico**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2000.

OLIVEIRA, Djalma de; PINHO, Rebouças. **Planejamento estratégico** - Conceitos, Metodologia e Práticas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Sistemas de Informações Gerenciais**: Estratégicas, Táticas, Operacionais. São Paulo: Atlas, 1992.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: UNB, 2003.

SIQUEIRA, M. **Gestão Estratégica da Informação**. (s.l.): Brasport, 2005.

TERRA, J.C. **Gestão do conhecimento e e-learning**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

g) Referências na WEB

BRASIL, Lei 10.217, de 11 de abril de 2001. altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

BRASIL, Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Decreto nº 3.965, de 21 de fevereiro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Decreto nº 4.553, 27 de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br.

HARRIES, KEITH. **Mapeamento da Criminalidade**: princípios e prática. Disponível em: www.crisp.ufmg.br/livro.htm

SOUZA, Nelson Gonçalves de e DANTAS, George Felipe de Lima. A Integração de sistemas de Informação: Base para a Gestão do Conhecimento, Inteligência Policial e Análise Criminal. Anais do Simpósio Nacional: “Inteligência Policial e Criminalidade de Massa” Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, junho/2004. <http://www.fenapef.org.br>.

Disciplina: Ética e Cidadania

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Bases filosófica e epistemológica• Valores organizacionais, sociais e pessoais• Papel do profissional da Segurança Pública na construção do Estado Democrático de Direito• Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU)• Códigos de ética e/ou regimentos disciplinares• Art. 5º da Constituição Federal	<ul style="list-style-type: none">• Observância e reflexão sobre o Código de Ética e/ou regimento disciplinar específico da organização a que pertence• Observância e reflexão sobre Art 5º da Constituição Federal• Servir e proteger	<ul style="list-style-type: none">• Postura como protagonista do bem estar social• Reconhecimento de que de que os nossos atos são políticos indo além das suas dimensões técnico-científicas e corporativas• Responsabilidade social assumindo seus atos, reconhecendo-se como autor com capacidade de agir por si mesmo, com autodeterminação, autonomia, independência, com noção de interdependência

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

As doutrinas éticas fundamentais nascem e desenvolvem-se em diferentes épocas e sociedades, como resposta aos conflitos básicos apresentados entre os homens.

O senso moral baseia-se em princípios, valores e costumes contextualizados no tempo, local e sociedade e tem por objetivo a regulação moral da vida cotidiana. É na dinâmica da vida social, portanto, que se constroem as relações éticas fundamentais.

Atualmente, a ética contempla a condição de vida do homem no mundo e dos seus limites e possibilidades, por este motivo é necessário buscar recursos em outras áreas do conhecimento com vistas à análise do comportamento humano. É desta forma que se pretende trabalhar com o profissional de segurança pública.

O estudo da Ética é de fundamental importância para que o profissional de segurança do cidadão possa optar com segurança sobre sua conduta ao defrontar-se com as situações de dualidade, tão frequentes em seu cotidiano profissional.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar-se às atividades ilícitas e criminais.

c) Conteúdos

- » Conceitos básicos – Subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial.
- » Conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço.
- » A profissão do Profissional da Área de Segurança Pública Fundamentada na Ética.
- » A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos – Despersonalização (indivíduo *versus* profissional/estereótipos) –Atitudes profissionais éticas.
- » A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança pública.
- » A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades – a necessidade de um código de ética profissional – a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança pública – código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU).

d) Estratégias de ensino-aprendizagem

- » Exibição de filmes seguidos de discussão e debates (como sugestão, nos primeiros dias de aula deverá ser exibido o filme “Um Dia de Treinamento”, ou mídia similar, isto permitirá um excelente debate);
- » Discussões sobre casos concretos e atuais;
- » Discussões em grupo e dinâmicas;
- » Estudo de textos pertinentes ao tema;
- » Consulta à legislação e documentos afins.

e) Avaliação

A avaliação consistirá na observação cotidiana exercida pelo professor sobre o aluno (escrita, inserções em sala de aula etc.).

f) Referências Bibliográficas

ANTUNES, C.L. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social**. São Paulo: Notadex, 1999.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Rio de Janeiro: Fename, 1978.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988**: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos somos todos**: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. (s.l.): Cultura, 2008.

CHOUKR, F.H.; AMBOS, K. **Polícia e Estado de Direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamentos dos Direitos Humanos**. Estudos Avançados. São Paulo, n. 2, 1997. Coleção Documentos.

_____. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **A polícia à luz do direito**: a polícia civil e as garantias constitucionais de liberdade. São Paulo: RT, 1991.

JARES, Xesús. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KIPPER, Délio José (org.) **Ética e prática – Uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LEAL, Rogério G. **Teoria do estado**: cidadania e poder político na modernidade. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas**: cotidiano e reforma da Polícia Civil. São Paulo: Escrita Editorial, 1992.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**: teoria geral. Coleção. Temas Jurídicos. São Paulo: Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 34/69: código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei. New York: ONU, 1969.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, 1982.

PALAZZO, L. **Psicologia, ética e direitos humanos**: a evolução dos direitos humanos e suas novas dimensões. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1998.

PIEPADE, Jr, Heitor, **Do estado liberal ao estado social**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SAFIOTTI, H. Iara Bongiovani, **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANDOVAL, S. **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
_____. Reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, B. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo Multicultural. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SPAGNOS, Antonio Sergio. **O desejo marginal**. São Paulo: Arte Ciência/Villipress, 2001.

SERRANO, Gloria. Educação em valores: como educar para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TAVARES, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, 1997.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

TEIXEIRA MENDES, R. Brasileiros: nacionais ou cidadãos? In: **Direitos negados**: questões para uma política de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Booklink, 2004.

THEMIS. Cadernos Gênero e Direito, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero Ano III. Porto Alegre, 2002.

TIMM, Ricardo de Souza. **Razões plurais**: itinerários da racionalidade ética no Século XX. Porto Alegre: EDPU CRS, 2004.

UNESCO. **Declaração sobre a diversidade cultural**. Brasília: UNESCO, 2001.

VIDAL, D. Direitos humanos nas camadas populares urbanas. In: **Direitos negados**: questões para uma política de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Booklink, 2004.

g) Filme

Um dia de treinamento. Com Denzel Washington – filme longa-metragem para sensibilização inicial.

h) Referências na WEB

BATISTA, Nilo. **A Folha de S.Paulo e a infância marginalizada**. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

HENRIQUE, Ricardos. MEC. Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em: www.mec.gov.br.

SILVA, Alessandro Soares da. BARBOZA, Renato. **Diversidade sexual, gênero exclusão social na produção da consciência política de travestis**. Athenea Digital. antalya.uab.es/athenea/num8/soares.

VERANI, C. **Diversidade**. Disponível em: www.ghente.org/ciencia/diversidade

Disciplina: Preservação e Valorização da prova

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Concepção epistemológica da prova e sua relevância• Identificação e preservação das provas materiais e subjetivas• Princípios que regem a prova no âmbito processual penal• Procedimento probatório• Condições de coleta da prova• Produção da prova em local de crime• Aspectos críticos em local de preservação de prova de crime: competências funcionais, gerenciamento da comoção/retaliação pública, ligação com a imprensa, vítimas, acusados	<ul style="list-style-type: none">• Utilização de técnicas de preservação da prova e isolamento de locais de crimes• Utilização de métodos e procedimentos que garantam a segurança na identificação, preservação e coleta da prova• Preparação para aspectos críticos e de potenciais interferências na preservação da prova criminal	<ul style="list-style-type: none">• Valorização do isolamento e preservação dos locais de crime• Postura científica para a coleta e preservação da prova• Aumento da autonomia profissional no trabalho de preservação da prova criminal• Conduta assertiva junto às testemunhas, vítimas e autores

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

O direito de punir do Estado democrático de direito não é absoluto. No Estado moderno a solução de conflitos de interesses é exercida por meio da função jurisdicional do Estado no que se denomina de processo e, em se tratando de uma lide penal, processo penal.

A lesão causada ao Estado pela prática da infração penal, desencadeia todo um sistema legal de defesa envolvendo mecanismos dos Estados Legislativo, Administrativo e Judiciário. É estabelecida uma rede de órgãos públicos com competências perfeitamente diferenciadas como a Polícia, o Ministério Público, os Juízes e os Tribunais Penais, mas que buscam o mesmo fim, prevenir e reprimir as práticas delituosas.

Desses, a Polícia tem a função primordial de impedir a prática desses ilícitos e apurar a ocorrência desses e de sua autoria. O foco da disciplina ora proposta, é, exatamente, a fase da apuração da ocorrência e de sua autoria.

Pelo ordenamento jurídico do Brasil cabe à Polícia Judiciária, exercida pelas Polícias Cíveis, a apuração preliminar das infrações penais e de sua autoria que dará sustentação à ação penal, que é o impulso inicial do processo penal. Muito embora a apuração da polícia tenha caráter extrajudicial, ele tem relativa importância na formação do livre convencimento do Juiz no julgamento da causa, até porque está integrada ao contexto do processo.

Um dos princípios que regem o processo penal é o da verdade real, garantidor de que o direito de punir do Estado seja exercido somente contra aquele que praticou a infração penal e circunscrito aos exatos limites de sua culpa. Essa formatação da verdade só é possível por meio da prova.

A prova é a alma do processo. Tem ela, como foco, a reconstrução de fatos e de sua autoria, de todas as circunstâncias objetivas e subjetivas que possam ter influência na responsabilidade penal do autor, bem como na fixação da pena ou na imposição da medida de segurança.

A produção da prova pelas partes é uma das formas de tutela das garantias fundamentais no Estado Democrático de Direito. Portanto, precisa ser bem cuidada desde o primeiro momento de sua construção que, via de regra, ocorre na fase policial. Qualquer descuido na produção da prova prejudica a justa aplicação da lei. Nenhuma acusação penal se presume provada. O ônus da prova dos fatos e da autoria incumbe ao Estado, portanto, no primeiro momento, à Polícia.

A reconstrução da verdade deverá obedecer aos limites impostos pela Constituição Federal e pela lei processual penal. Tanto o Código de Processo Penal como outras leis esparsas estabelecem os meios pelos quais poderão ser produzidas as provas. Esses meios legais de coleta dos elementos de prova nos levam à constatação de que nesse contexto, necessariamente, ela terá que ser considerada em dois aspectos: material e subjetivo.

Muito embora a incumbência funcional da busca da prova seja atribuída à Polícia Judiciária, não se pode perder de vista a proposta política embutida no texto Constitucional quanto à complementaridade das ações de segurança pública. Esse princípio respalda o sistema brasileiro que não contempla a existência de polícia com ciclo completo de ações. A Segurança Pública é uma estrutura de cooperação. A própria Matriz ora proposta, respalda a prática, que é inequívoca quanto ao fato de que as organizações de segurança pública, de forma sistêmica, desenvolvem ações que se completam, mesmo as de apuração dos delitos. Daí a existência de conhecimentos que são comuns e, portanto, precisam ser compartilhados.

Em especial no local de crime, onde as provas são mais evidentes, a regra é que, pelo menos, atuem as Polícias Militar e Civil. Aquela, via de regra, chegando ao primeiro momento, tomando as primeiras providências, especialmente no que diz respeito aos cuidados iniciais com a preservação das provas, tanto materiais quanto subjetivas. Em alguns casos, além dessas organizações, também participam dessa tomada de decisão inicial, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de trânsito ou a Guarda Municipal.

Nesse contexto, considerando não haver uma hierarquia de provas, pois o convencimento do Juiz depende de uma apreciação sistêmica, é fundamental que o sentido de preservação e de cuidados com a prova, seja também sistêmico. É preciso que o agente de segurança pública tenha essa percepção de que os elementos de produção da prova são complementares entre si. São partes de um todo. São ângulos diferentes de um mesmo fato, portanto precisam ser tratados com o mesmo cuidado.

A disciplina “Preservação e Valorização da Prova” trata dos cuidados objetivos que o agente de segurança pública deve ter no trato com os elementos de prova, especialmente no momento que antecede sua coleta, pelo perito, no caso da prova material, ou pelo Delegado de Polícia, quanto à prova subjetiva, na dimensão do espaço, por meio lícito e legal, para ser validado como prova idônea na busca da verdade real.

Valorizar a prova requer, antes de tudo, reconhecê-la, para assim saber preservá-la. Requer também a capacidade de responder as questões: por que preservar? Quais os prejuízos para o meu trabalho e para o trabalho dos demais profissionais envolvidos na cadeia deste processo? Que ações executar visando esta preservação? O que evitar?

Num sentido ainda mais amplo, a real compreensão da importância da atividade desempenhada por cada profissional pode ser encarada como uma valorização da própria atividade e da auto-estima deste, facilitando a sua inserção no processo e sua integração com os demais profissionais envolvidos.

Sendo assim, o propósito da disciplina é o de alcançar o agente que não é aquele encarregado, institucionalmente, da coleta e validação das provas, como o perito e o delegado de polícia, mas aquele encarregado dos cuidados iniciais nesse processo de validação. No contexto estão os demais agentes cujo trabalho consolida toda uma proposta de ações integradas e complementares da segurança pública. São conhecimentos básicos necessários à sustentação dos procedimentos e atitudes que deverão ser adotadas por esses agentes na preservação da prova, seja ela material ou subjetiva.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Compreender o sentido sistêmico que envolve todo o processo criminal, desde a fase inicial na cena do crime, até a utilização das provas materiais e subjetivas na fase final, na esfera do Poder Judiciário.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar técnicas de isolamento de locais de crime e procedimentos requeridos para uma correta preservação das provas.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer na produção das provas, quer sejam materiais ou subjetivas, a sua relação direta com a plena aplicação da garantia dos Direitos Individuais, com a proteção dos Direitos Humanos e com o combate à impunidade.
 - » Atuar com uma conduta adequada na cena do crime, reforçando em cada um dos envolvidos no Sistema de Justiça Criminal, o sentido do valor que o desempenho de sua atividade representa.

c) Conteúdo

- Prova
 - » classificação: material e subjetiva;
 - » estrutura analítica da prova;
 - » elemento de prova;
 - » meio de prova;
 - » instrumento de prova;
 - » produção da prova (ônus da prova);
 - » aspectos legais;
 - » atribuições e competências nas fases, policial e judicial.
- A prova material
 - » vestígios, evidências e indícios;
 - » tipos de vestígios ou evidências;
 - » características especiais de vestígios encontrados na cena de crime;
 - » preservação da prova material;
 - » a prova subjetiva;
 - » conceito e valor jurídico;
 - » abordagem de testemunhas, vítimas e suspeitos;
 - » técnicas de abordagem;
 - » circunstâncias e condições especiais a serem consideradas;
 - » preservação da prova subjetiva.
- Local de crime
 - » definição de local de crime;
 - » classificação de local de crime;

- » técnicas de isolamento de local de crime;
- » técnicas de preservação de local de crime;
- » protocolos de procedimentos no local de crime, considerando as características próprias de cada um e as competências de cada organização de segurança pública;
- » a relação entre os diferentes profissionais de segurança pública na cena do crime;
- » trato com a imprensa, parentes da vítima e/ou e populares em geral.

d) Estratégias de ensino

Serão utilizadas aulas expositivas, projeção de imagens e de vídeos para a aquisição de conhecimentos teóricos; e demonstrações, simulações e estudos de casos para o desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes.

e) Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem abrangerá uma prova e um exercício de simulação.

f) Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Acidentes de trânsito: aspectos técnicos e jurídicos**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.

ARANHA, Adalberto José Q.T. de Camargo. **Da prova no processo legal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

BORGES DOS REIS, Albani et al. **Tratado de perícias criminalísticas: identificação humana**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CAVALCANTI, Ascendino. **Criminalística básica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.

CRUZ, Alexandre. **Falso testemunho, falsa perícia**. Campinas: Millennium, 2003.

DOREA, Luiz Eduardo. **Local de crime**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.

_____. et al. **Criminalística**. 3. ed. Campinas: Millennium, 2006.

ESPINDULA, Alberi. **Perícia criminal e cível**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2006.

_____. **Local de crime: isolamento e preservação, exames periciais e investigação criminal**. 2. Ed. Brasília: Alberi Espindula, 2003.

FIGINI, Ariano Roberto da Luz et al. **Identificação humana**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.

KLEINUBING, Rodrigo; NEGRINE NETTO, Oswaldo. **Dinâmica dos acidentes de trânsito: análises e reconstruções**. Campinas: Millennium, 2006.

NOBORU Marukawa. L.; FELIPETTO, Daniel **Orientações em Segurança Pública**. Instituto de Criminalística Londrina, 2007.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. 2. Ed. São Paulo: Teixeira.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. Campinas: Bookseller, 1997.

MIRABETE, Julio Fabbrine. **Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PASSAGLI, Marcos. **Toxicologia forense – teoria e prática**. Campinas: Millennium, 2008.

TORNAGHI, Hélio. **Curso de Processo Penal**, v. 1, São Paulo: Saraiva, 1997.

RABELLO, Eraldo. **Curso de Criminalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

TOCCHETTO, Domingos. **Balística Forense**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.

ZARZUELA, José Lopes. **Temas Fundamentais de Criminalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

Disciplina: Primeiros Socorros

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Emergência e urgência• Sistema de emergência médica e socorrista• Avaliação geral do paciente• Suporte básico de vida• Hemorragia e choque• Traumatismo• Emergência e pacientes especiais: crianças, idosos e perturbados mentais• Aspectos psicológicos intervenientes no atendimento ao acidentado	<ul style="list-style-type: none">• Prestação de pronto atendimento a vítimas de politraumatismo ou de emergência clínica• Aplicação de técnicas do suporte básico de vida até a chegada de Unidade Especializada ou de profissional da área médica ou remoção da vítima para unidade hospitalar• Avaliação e informação da situação de emergência• Estabilizar pacientes na cena de emergência• Manipulação adequada do paciente• Informação da condição do paciente e os tratamentos ministrados• Aplicação das técnicas aprendidas• Técnicas de higienização e esterilização, fatores de riscos e equipamentos de proteção	<ul style="list-style-type: none">• Atitudes pró-ativas, agilidades• Atenção das técnicas adequadas a cada situação de constante preservação da vida• Equilíbrio de emoções e apoio tranquilizador nas situações de atendimento

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização:

A grande maioria dos acidentes poderia ser evitada, porém, quando ocorrem, alguns conhecimentos simples podem diminuir o sofrimento, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas.

O fundamental é saber que, em situações de emergência, deve-se manter a calma e ter em mente que a prestação de primeiros socorros não exclui a importância de uma posterior apresentação a um médico. Além disso, o socorrista deve se certificar de que há condições seguras o bastante para a prestação do socorro sem riscos para o socorrista. Não esquecer que um atendimento de emergência mal feito pode comprometer ainda mais a saúde da vítima.

Deixar de prestar socorro significa não dar nenhuma assistência à vítima. A pessoa que aciona um socorro especializado, por exemplo, já está prestando e providenciando socorro.

Qualquer pessoa que deixe de prestar ou providenciar socorro à vítima, podendo fazê-lo, estará cometendo o crime de omissão de socorro, mesmo que não seja a causadora do evento.

A falta de atendimento de primeiros socorros eficientes é o principal motivo de mortes e danos irreversíveis nas vítimas de acidentes.

O momento após um acidente, principalmente as duas primeiras horas são os mais importantes para se garantir a recuperação ou a sobrevivência das pessoas feridas.

Todos os seres humanos são possuidores de um forte espírito de solidariedade, e é este sentimento que nos impulsiona a tentar ajudar as pessoas em dificuldades.

Nesses trágicos momentos, após os acidentes, muitas vezes entre a vida e a morte, as vítimas são totalmente dependentes do auxílio de terceiros.

Acontece que somente o espírito de solidariedade não basta. Para que se possa prestar um socorro de emergência correto e eficiente, precisamos dominar as técnicas de primeiros socorros.

É comum pensar que na hora de emergência certas pessoas não terão coragem ou habilidade suficiente, mas isso não deve ser motivo para deixar de aprender as técnicas, porque nunca se sabe quando terão que utilizá-las.

A responsabilidade torna-se maior quando o Agente de Segurança Pública se depara com situações em que os primeiros socorros terão que ser aplicados. Estes Agentes lidam diretamente e quase que diariamente com o público, os quais têm o dever de prestar socorro em quaisquer circunstâncias. Nota-se que estes Agentes de Segurança são, via de regra, os primeiros a chegarem ao local de acidentes, tendo que assumir uma postura de liderança, que passe confiança aos presentes, em nome do Estado que representam.

b) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:
 - » Avaliar a vítima por meio da identificação de sinais vitais e suas possíveis irregularidades.
- Desenvolver/exercitar habilidades para:
 - » Utilizar técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento preciso, rápido e seguro em casos de acidentes, partos ou males súbitos, até a presença de pessoa mais especializada.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Reconhecer o limite de seus recursos/meios e solicitar ajuda mais especializada.

c) Conteúdos:

- Avaliação geral da vítima
 - » Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação.
- Suporte básico de vida
 - » Reanimação cardiopulmonar;
 - » Parada respiratória;

- » Engasgamento;
- » Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos.
- Hemorragias e choques
 - » Conceito;
 - » Sinais e sintomas;
 - » Tipos de hemorragias;
 - » Tipos de choque;
 - » Técnicas de contenção de hemorragias.
- Traumas
 - » Traumatismo crânio-encefálico;
 - » Traumatismo Raquimedular;
 - » Traumas de tórax;
 - » Técnicas de transportes;
 - » Razões para a movimentação de vítimas.
- Parto de emergência
 - » Fases do trabalho de parto;
 - » Possíveis complicações do parto.
- Prevenção de infecto-contagiosas
 - » Assepsia de viaturas e materiais;
 - » Técnicas de transporte.

d) Estratégias de ensino:

- » Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
- » Métodos interativos com os participantes – indutivo e dedutivo;
- » Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- » Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

e) Avaliação da aprendizagem:

- » A avaliação será feita pela participação efetiva nas práticas executadas em sala de aula durante o curso, na qual o aluno demonstrará que assimilou o conteúdo aplicado;
- » Prova escrita para verificação de aprendizagem.

f) **Referências Bibliográficas:**

APOSTILA DE EMERGÊNCIA MÉDICA PRÉ-HOSPITALAR. Brasília-DF: Aeroclube de Brasília, 1990.

APOSTILA DE PRIMEIROS SOCORROS DE URGÊNCIA. Brasília-DF: Academia de Polícia Civil do Distrito federal, edição revisada, 2004.

APOSTILA DO CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS. Brasília-DF: Departamento de Socorro da Cruz Vermelha Brasileira, 1996.

BENHKE, Robert S. **Anatomia do movimento**. Tradução de Nilda Maria Farias de Albernaz. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARROLL, Mary; BRUE, Jane. **Enfermagem para idoso: guia prático**. São Paulo: Organização Andrei, 1991.

CARVALHO FILHO, Eurico Thomas; PAPALÉU NETTO, Matheus. **Geriatría:**

fundamentos, clínica e terapêutica. São Paulo: Atheneu, 2000.

CASTRO, Sebastião Vicente de. **Anatomia fundamental**. 2. ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1985.

COIMBRA, Raul S.M. et al. **Emergências traumáticas e não traumáticas: manual do residente e do estudante**. São Paulo: Atheneu, 2001.

Decreto Estadual nº 5.075/98 (Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná).

AMERICAN ACADEMY OF ORTHOPAEDIC SURGEONS. **Emergency care and transportation of de sick and injured**. 5. ed. Revised. Rosemont, Illinois, 1992.

FERREIRA JÚNIOR, Haroldo Machado; SOUZA, Paulo José Barbosa. **Manual Técnico Profissional de Salvamento**. Brasília: 1994. v. I, II e III.

GOLDFARB, D. C. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

Manual do Atendimento Pré-Hospitalar. SIATE/CBPR, 2006.

INMETRO, Norma nº NIT DIPAC 013. Critérios para autorização de entidades técnicas públicas ou paraestatais para realização de inspeção de segurança veicular.

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRAJR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. Curitiba: Atheneu, 2002.

PARANÁ, Polícia Militar do Estado. Apostila do Curso de Direção Defensiva da PMPR, Curitiba, PR.

PHTLS: **Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado**. Básico e Avançado. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

RUIPÉREZ, Isidoro; LLORENTE, Paloma. **Guia Prático de Enfermagem**

Geriatría. Tradução de Maria Tereza Ramalhal Teixeira. Rio de Janeiro: Mc Graw-Hill, 1996.

SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo. **Manual de Fundamentos**. São Paulo: Abril, 1999.

SILVA, Vera Lúcia de Oliveira e. **Manual do Atendimento Pré-Hospitalar**.

SIATE/Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1995.

SMELTZER, Suzanne C. et al. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. **Manual de Proteção Respiratória**. São Paulo: ABHO, 2003.

STANWAY, Andrew. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro. Marques Saraiva, 1980.

XAVIER, Rafael de Carvalho. **Teoria e Prática sobre Primeiros Socorros Emergenciais para Leigos**. Brasília: UCB, 1998.

g) Referências na WEB

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Highlights of 2005. **AHA Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care**. Currents in Emergency Cardiovascular Care. USA: Volume 16, Number 4, Winter2005-06. Disponível em: <<http://www.americanheart.org/downloadable/heart/1132621842912Winter2005.pdf>>.

NEME, Claudio; GARCIA, Gisele Clozer Pinheiro. **Que é Atendimento de Urgência ou Emergência Hospitalar?** Disponível em: <http://kplus.Cosmo.com.br/>

DENATRAN. **Direção Defensiva** – Trânsito seguro é um direito de todos, 2005. DP, Wikipedia. org. Disponível em: < <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/>>. 2006.

EUROPEAN RESSUSCITATION COUNCIL. **ERC Guidelines for Resuscitation in 2005**. Irlanda, Dublin: Ed. Elsevier, 2006. Disponível em: http://www.erc.edu/index.php/guidelines_download_2005/en/

JOHANNESBURG, Hospital Trauma Unit. **Abdominal Injury Penetrating**. Africa do Sul, Johannesburg, 2006. Disponível em: <<http://www.wits.ac.za/trauma>

MARTINS, Gilberto; MOREIRA, Paulo César; SANTOS, Amilton dos; **Oficiais do Curso de Socorrista Oficiais 2002**. CD de Treinamento – Corpo de Bombeiros -Atendimento Pré-Hospitalar. Curitiba: AM-PLUS DVD, 2002.

MATO GROSSO. Corpo de Bombeiros. Anjos do Norte. SINOP – MT. Disponível em: <http://www.anjosdo-norte.com>

SANTOS, Agostinho. **Tanatologia Forense**. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Portugal, Porto 2004. Disponível em: <<http://medicina.med.up.pt/legal/>

SARAH, Rede. **Agressões por Arma de Fogo**. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.sarah.br/paginas/prevencao/po/02_08_paf.pdf

SZPILMAN, David Dr. **Salvamento aquático**. Brasil, Rio de Janeiro. 2000. disponível em: http://www.szpilman.com/biblioteca/a_fogamento

Disciplina: Uso da Força

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">• Conceito do uso da força.• Legislação pertinente ao uso da força (Código de Utilização do Uso da Força e da Arma de fogo para os encarregados de cumprirem a lei e legislações internacionais, regionais, nacionais)• Escala dos princípios da necessidade e da proporcionalidade do uso da força.• Armamentos e equipamentos não letais	<ul style="list-style-type: none">• Uso da força (presença do profissional da área de segurança pública; verbalização; técnicas de submissão; controles de contato ou controle de mãos livres; táticas defensivas não letais e tiro policial defensivo)• Domínio do processo de tomada de decisão (observação, reflexão, decisão, etc)• Correlação dos tipos de abordagem com as habilidades necessárias• Pensar antes de agir• Técnicas não letais de imobilização, defesa, ataque e condução	<ul style="list-style-type: none">• Valorização da graduação da ação durante a aplicação da força• Respeito à escala de segurança (público, profissional da área de Segurança Pública e infrator)• Respeito aos aspectos legais• Respeito às normas e aos procedimentos• Atenção aos riscos e as oportunidades• Reconhecer o limite legal da ação e as imposições do ambiente para tomar a decisão adequada

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

A disciplina surge da necessidade emergente em dar suporte e embasamento à capacitação teórica e prática dos profissionais da área de segurança pública considerando a exigência do contexto atual, a observância dos princípios técnicos, éticos e legais no âmbito do Estado Democrático de Direito, ao mesmo tempo em que procura resguardar a integridade física e moral desse profissional.

Consta nesta Ementa conteúdos que ampliam o leque das alternativas ao uso da força - “incluindo a solução pacífica de conflitos”¹-; que possam:

- desenvolver a percepção do profissional de Segurança Pública diante do risco em potencial do quadro apresentado;
- dar suportes técnicos e táticos (normas, processos, técnicas e atitudes) capazes de proporcionar o aprofundamento da metodologia específica aplicada à disciplina, com o atendimento dos aspectos legais, voltado, sobretudo à atividade fim.

Para tanto, se faz necessário que a disciplina trabalhe de forma transversal e interdisciplinar os conteúdos específicos que oferecem subsídios técnicos, para que o profissional da área de segurança

¹ Texto extraído do Princípio Básico nº 20, dos Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Arma de Fogo Pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Adotados por consenso em 7 de setembro de 1990, por ocasião do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes.

pública aja profissionalmente de maneira adequada no atendimento de ocorrências que exijam a aplicação da proporcionalidade do uso da força. São eles: excludente de criminalidade, dentre outras noções de direito aplicáveis ao trabalho dos profissionais de Segurança Pública; presença do profissional da área de Segurança Pública; verbalização; técnicas de submissão; controles de contato ou controle de mãos livres; táticas defensivas não letais e tiro policial defensivo². Todas essas indispensáveis para aplicação do uso legal da força.

b) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
 - » Analisar as peculiaridades dos aspectos legais que envolvem a excludente de ilicitude, o abuso de autoridade e a desobediência.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
 - » Identificar o escalonamento do uso da força a partir de procedimentos, técnicas, táticas proporcionando ao profissional de segurança pública a tomada de postura adequada e proporcional à resistência e/ou a agressão recebida.
- Fortalecer atitudes para:
 - » Priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais;
 - » Reconhecer o seu papel na sociedade, atuando dentro das previsões legais e aplicando a força estritamente necessária para a contenção da resistência e/ou da agressão recebida.

c) Conteúdos

- Princípios legais (excludente de criminalidade, desobediência, desacato, tortura, danos morais, lesões corporais, excesso e outros).
- Aspectos legais e éticos do uso da força (legislação internacional, estadual e nacional aplicáveis ao uso da força: Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de Fogo – ONU; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal; Constituições Estaduais; Código Penal; Código de Processo Penal; Código Tributário Nacional; Código de Conduta dos Profissionais dos órgãos de Segurança Pública).
- Fundamentos técnicos do uso da força pelos profissionais de Segurança Pública (presença; verbalização; técnicas de submissão; controles de contato ou controle de mãos livres; táticas defensivas não letais e tiro policial defensivo).
- Propostas de modelos de uso progressivo da força (“FLETC”; “GIUESPIE”; “REMSBERG”; “CANADENSE”; “NASHVILLE”; “PHOENIX”; Procedimento Operacional Padrão – POP/PMGO).
 - » Análises comparativas dos Modelos do Uso da Força.
 - » Proposta de um Modelo Básico do Uso Progressivo a ser adotado pelos órgãos de Segurança Pública.
- Elementos do uso da força (armas e equipamentos; táticas de defesa; restrições; movimento e voz).

- Tipos de respostas do uso da força pelos profissionais de segurança pública. (encontro cooperativo; encontro resistente; resistente passivo; resistente ativo; agressivo).

d) Estratégias de Ensino

A disciplina abordará fundamentos e técnicas do uso da força visando a formação, aperfeiçoamento e atualização do profissional, lançando mão dos recursos didáticos expositivos, participativos, exemplificativos, audiovisuais e informáticos, por meio de aulas teóricas e práticas.

Abrange as diversas práticas metodológicas entre elas:

- » exposição em sala de aula com auxílio de quadro de giz ou outros recursos audiovisuais;
- » exposições de materiais (armamento, munição e equipamento);
- » participação de alunos na exemplificação, no estudo de casos reais e na troca de experiências;
- » exercícios práticos de aplicação dos procedimentos do escalonamento do uso da força.

e) Avaliação da aprendizagem

Deverá ser composta exercícios simulados com base nos procedimentos operacionais padrão de resolução de problemas (ocorrências). Deverá ser elaborada uma súmula com os pontos a serem avaliados.

A avaliação terá “feedback” durante a sua aplicação, visando a confirmação e correção imediata do procedimento do avaliado em relação ao uso da força.

f) Referências Bibliográficas

ABREU, Abel Fernando Marques. **Armas de fogo**. São Paulo: Iglu, 1999.

BAYLEY, David H. Criando uma Teoria de Policiamento. Padrões de Policiamento. Coleção Polícia e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.

BITTNER, Egon. A Capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia. Aspectos do Trabalho Policial. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003

BUENO, Luciano. Controle de armas: um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

CAMPOS, Alexandre Flecha; CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Goiânia: Independente, 1989.

COBRA, Coriolano Nogueira. Manual de investigação policial. São Paulo: Saraiva, 1987.

CANO, Ignácio. Uso da Força Letal pela Polícia do Rio de Janeiro: Os Fatos e o Debate. Crime Organizado e Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Revista Arché Interdisciplinar, Ano VII, No. 19, 1998.

_____. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Polícia, violência e Direitos Humanos. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Série cadernos de polícia, n. 20. Rio de Janeiro, 1994.

CORRÊA, Marcelo Vladimir. Abordagem Policial Militar no Patrulhamento Motorizado Face ao Treinamento Profissional Específico no 8º RPM, Período de 1998 a 2000. Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

FRANCO, Paulo Alves. Estatuto do desarmamento anotado. Campinas: Servanda, 2005.

GIRALDI, Nilson, Cel QOR PMESP. Manual de Tiro Defensivo de Preservação da Vida, 1999.

_____. IPSC X Pista Policial. São Paulo: PMESP, 1996.

GOIÁS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão – POP, 2003.

HAGEN, A.M.M. O trabalho policial: estudo da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

HEAL, Sid; JANY, Eduardo. As 10 Considerações para o sucesso na implementação de um Programa de Armas Menos-Letais. In: 1º Seminário Internacional de Tecnologias Não-Letais, Brasília, 2006.

LEDUR, Nelton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre: Revista Unidade, n. 41, jan/mar 2000.

LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e confronto armado. Curitiba: Juruá, 2005.

MATHIAS, José J. D'Andrea; BARROS, Saulo C. Rego. manual básico de armas de defesa. São Paulo, Magnum, 1997.

MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial. v. I, Belo Horizonte, 2002.

_____. PMMG. Polícia Militar de Minas Gerais. NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1. O uso de força no exercício do poder de polícia. Belo Horizonte: Estado Maior da Polícia Militar, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MUNIZ, Jacqueline, PROENÇA JR., D.; DINIZ, E. Uso da Força e Ostensividade na Ação Policial. Conjuntura Política: Boletim de Análise do Departamento de Política da UFMG. Belo Horizonte, 1999.

NETO, Paulo Mesquita. A violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. Rio de Janeiro: Revista, Cidadania, Justiça e Violência, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PMMG. Polícia Militar de Minas Gerais. NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1. O uso de força no exercício do poder de polícia. Belo Horizonte: Estado Maior da Polícia Militar, 1984.

PROENÇA JÚNIOR; DOMÍCIO; DINIZ; Eugenio. Uso da força e ostensividade na ação policial. Conjuntura Política. Boletim de Análise n. 6. Departamento de Ciência Política – UFMG, 1999.

ROVER, C. Para Servir e Proteger: Manual para Instrutores. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998.

RAMALHO, Alexandre Ofranti, da SILVA et al. Ocorrências com reféns: fundamentos e práticas no Brasil. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial/ES.

SILVA, José Geraldo. Nova Lei das Armas de Fogo. Comentários da Lei n. 10.826, Campinas: Millennium, 2003.

SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo. Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. Goiânia: Independente, 2000.

UNITED STATES OF AMERICA. NATIONAL INSTITUTE OF JUSTICE. Selection and Application Guide To Personal Body Armor. Traduzido por Taurus Blindagens. (Título em Português: Guia para seleção e aplicação do colete balístico para policiais). São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 2005.

Participaram da elaboração desse trabalho:

Responsáveis pelo Trabalho: Juliana Márcia Barroso – SENASP/MJ
Melissa de Alencar Alves Pongeluppi – SENASP/MJ
Ricardo Brisolla Balestreri – SENASP/MJ

Coordenação Pedagógica: Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro – SENASP/MJ

Revisão da bibliografia: Rose Mary Gonçalves.

Grupo de Trabalho

Hamilton dos Santos Esteves Junior – BMDF
João Filipe Dias Fernandes – PMPE
Francisco das Chagas Soares Araújo – PCDF
Patrícia Luíza Costa – PCMG
Tereza Cristina Albieri Baraldi – Delegada de Polícia da PCSP

Colaboradores do Grupo de Trabalho para elaboração das ementas

Severiano Pedro do Nascimento – PCPB
Íluna de Aguiar Maia – PCCE
Gláucia Mozinho – Professora RJ
Patrícia Luíza Costa – PCMG
Tereza Cristina Alberi Biral di – PCSP
Maria de Nazaré Tavares Zenaide – SEDH
Valdemarina Bidone de Azevedo Souza – PUCRS
Roberta Shirley – MJ
Rose Mary Gimenez – PR

Participantes do segundo Encontro da Matriz Curricular

Abizair Antônio Paniago – PCTO
Adilson José Guimarães de Miranda – PCRO
Ana Paula Mendes de Miranda – ISP/RJ
Antônio Altamir Fonseca Barradas – PCPI
Antonio Jorge Ferreira Melo – PMBA
Aquiles dos Santos Andrade – APC-AM
Beatriz Fátima Figueiredo Rabel – PCMT
Carlos Alberto Silva – PMMG
Carlos Roberto Sondam da Silva – PMRS
Daniel Ferreira Lima – PMPE
Denise Pinho de Assis Pereira – SJS - AC
Everton dos Santos – SSP- SE
Jane Alves Clemente da F. Duarte – PVMS

José Nilo Tavares Pereira de Castro – PCPB
José Ribamar da Silva Filho – PMMA
Marcos de Castro Lima – PMPR
Míriam Gondim Lacerda – Diretoria – CE
Paulo Augusto Xavier da Costa – PCES
Sebastião Divino Alves – PMGO
Sílvia Caroline Listgarten – SSP/MG
Vicente de Paulo Conceição – IESP/PA

Participantes de Grupos de Trabalho Virtual e Presencial

Alexandre Flecha Campos – PMGO
Analina dos Santos Chaves – Consultora de RH – MG
Anderson Alcântara da Silva Melo – PCMG
André Peixoto Braga – PCAL
Antonio Altamir Barradas - PCPI
Aurélio José Pelozatto da Rosa – PCTO
Carlos Alberto Silva – PMMG
Cássio Thyone de Rosa – PCDF
Danielle Novaes – PMPE
Edna – DF
Elisângela Melo Reghelin, PCRS
Elvis Presley Nascimento Ribeiro – PCAP
Emílio Henrique – UERJ – RJ
Gustavo Persichini – PCMG
Humberto de Sá Garay – PMRS
Irapuan Diniz de Aguiar – Professor CE
Jésus trindade Barreto Júnior – PCMG
João Alberto Maciel – PCPA
João Filipe Dias – PMPE
Joel Alexandre – PMPE
José Jorge Vieira – PMGO
José Nilo Tavares – PCPB
Júlio da Paz Cônsul - PMRS
Lauédís Tomazelli de Lima – BMAL
Marcelo Vladimir Corrêa – PMMG
Márcio Santiago de Moraes – PMRR
Mauro Acelino Gegenheimer – PMES
Miguel Angel Martinez Vila – Médico Legal – MS
Patrícia Luíza Costa – PCMG
Paulo Guilherme Santos – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança
Paulo Roberto Marques Lima – BMAL
Pedro Rates Gomes Neto – PCRO
Rafael de Carvalho Xavier – PCDF
Ricardo Luiz Albuquerque Costa – PMRN
Sairo Rogério da Rocha e Silva – PMRN
Sylvia Elyzabeth Figueira – GICAP – SDS – PE
Tereza Cristina Gomes pereira – PMERJ
Wellington de Oliveira – PCMS
Wilquerson Felizardo Sandes – PCPA
Zoraia Saint' Clair Branco – PCRJ